

	GOVERNADOR <b>Wilson José Witzel</b>
	VICE-GOVERNADOR <b>Cláudio Bomfim de Castro e Silva</b>
<b>ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA <i>Raul Teixeira</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS <i>Cleiton de Souza Rodrigues</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA <i>Guilherme Macedo Reis Mercês</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS <i>Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR <b>Gen. PM Rogério Figueiredo de Lacerda</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL <b>Delegado Flávio Marros Amaral de Brito</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA <b>Cel. PM Alexandre Azevedo de Jesus</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL <b>Gen. BM Roberto Robadey Costa Junior</b>	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE <i>Fernando Raphael de Almeida Ferry</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO <i>Pedro Henrique Fernandes da Silva</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO <i>Leonardo Rodrigues</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES <i>Delmo Manoel Pinho</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Altineu Cortes Freitas Coutinho</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, E ABASTECIMENTO <i>Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Fernanda Titonel de Souza</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE <i>Felipe Bornier</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Otavio Leite</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES <i>Juarez Fialho</i>	
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Homindo Bicudo Neto</i>	
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO <i>José Luiz Corrêa da Silva</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE VITIMADOS <i>Pricilla Azevedo Barletta</i>	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA	
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA	
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS INTEGRADAS DA COVID-19	
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Marcelo Lopes da Silva</i>	
<b>GOVERNO DO ESTADO</b> <b>www.rj.gov.br</b>	

SUMÁRIO	
<b>Atos do Poder Legislativo.....</b>	<b>1</b>
<b>Atos do Poder Executivo.....</b>	<b>4</b>
Gabinete do Governador .....	4
Governadoria do Estado .....	...
Gabinete do Vice-Governador .....	...
Vice-Governadoria do Estado .....	4
<b>ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)</b>	
Casa Civil e Governança .....	5
Governo, Comunicação e Relações Institucionais.....	...
Fazenda .....	6
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais .....	...
Infraestrutura e Obras .....	...
Polícia Militar .....	7
Polícia Civil .....	7
Administração Penitenciária .....	7
Defesa Civil.....	8
Saúde .....	8
Educação .....	8
Ciência, Tecnologia e Inovação .....	12
Transportes .....	12
Ambiente e Sustentabilidade.....	...
Agricultura, Pecuária e Abastecimento .....	12
Cultura e Economia Criativa .....	13
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	...
Esporte, Lazer e Juventude.....	...
Turismo .....	13
Cidades .....	...
Controladoria Geral do Estado .....	...
Gabinete de Segurança Institucional do Governo .....	13
Vitimados.....	...
Trabalho e Renda.....	...
Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília....	...
Secretaria Extraordinária de Acompanhamento das Ações Governamentais Integradas da COVID-19.....	...
Procuradoria Geral do Estado .....	13
<b>AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO .....</b>	<b>13</b>
<b>REPARTIÇÕES FEDERAIS .....</b>	<b>...</b>

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### LEI Nº 8857 DE 03 DE JUNHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A PRIORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ÁREAS DE SAÚDE, SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA POR OCASIÃO DA REGULIZAÇÃO DOS LEITOS DE INTERNAÇÃO E NA REALIZAÇÃO DE TESTES PARA DETECTAR A PRESENÇA DO COVID-19, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Os profissionais das áreas de saúde, segurança, assistência social e demais profissionais que atuam diretamente nos hospitais e unidades de saúde no enfrentamento do COVID-19 terão prioridade na regulação para internação em unidades da rede de saúde pública Estadual, Municipal, federal e privada, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em caso de suspeita de COVID-19.

**§ 1º** - Consideram-se profissionais de saúde para fins desta lei, todo servidor público ou contratado da área de saúde que exerça suas atividades laborais no Estado do Rio de Janeiro.

**§ 2º** - Consideram-se profissionais de segurança para fins desta Lei, os integrantes das seguintes instituições:

**I** - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ);

**II** - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CB-MERJ);

**III** - Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ);

**IV** - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP);

**V** - Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE);

**VI** - Membros de empresas de segurança privada, em serviço nas unidades públicas de saúde no Estado do Rio de Janeiro;

**VII** - Policial Federal, lotado e em efetivo exercício na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro;

**VIII** - Policial Rodoviário Federal, lotado e em efetivo exercício na Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro;

**IX** - Agentes do Programa Segurança Presente;

**X** - As Guardas Municipais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

**XI** - Fundação Santa Cabrini; e

**XII** - Guardas Portuários (GUAPOR).

**§ 3º** - Aos municípios fica facultada, através da edição de ato próprio, a inclusão de Guardas Municipais ou correlatos no rol do parágrafo anterior para as unidades de saúde sob suas respectivas gestões.

**§ 4º** - O Poder Executivo poderá estruturar os hospitais e policlínicas da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e o IASERJ, objetivando priorizar o atendimento desses profissionais e demais funcionários do Estado do Rio de Janeiro no atendimento da pandemia COVID-19.

**§ 5º** - O Poder Executivo poderá, caso necessário, utilizar as áreas livres e as estruturas dos batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para instalação provisória de hospitais de campanha objetivando o atendimento da população durante a pandemia - COVID-19.

**Art. 2º** - A presente Lei não se aplica nos casos de admissibilidade e elegibilidade de pacientes que estejam em estado crítico ou grave mais acentuado que os profissionais elencados no artigo anterior, conforme avaliação da equipe médica responsável.

**Art. 3º** - Fica assegurada, aos profissionais a que se refere o Artigo 1º desta Lei, a prioridade de acesso na realização de testes para detectar a presença do novo Coronavírus (COVID-19) no organismo, em todos os tipos de metodologias aprovadas, independente de comprovada suspeita.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2488/2020

Autoria: Poder Executivo - Mensagem nº 17/2020

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254446

#### LEI Nº 8858 DE 03 DE JUNHO DE 2020

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESTINAR RECURSOS PARA MITIGAR IMPACTOS PROVOCADOS POR SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE NA SUBSISTÊNCIA DAS PESSOAS PERTENCENTES ÀS CATEGORIAS PROFISSIONAIS MENCIONADAS, DESEMPREGADOS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, NA FORMA QUE MENCIONA.**

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para mitigar impactos provocados por situações de emergência ou de calamidade, oficialmente reconhecidas por ato do Poder Executivo, na subsistência de:

**I** - agricultores e agricultoras familiares, bem como a pescadores artesanais radicados no Estado do Rio de Janeiro, que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa;

**II** - profissionais de creches comunitárias registradas nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que tenham sua renda reduzida em razão do fechamento da instituição;

**III** - profissionais das Instituições registradas nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro que prestem atendimento a crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e mulheres vítimas de violência, que tenham sua renda reduzida em razão do fechamento da instituição;

**IV** - atletas de rendimento, definidos pelo § 1º do art. 3º da Lei Federal nº 9.615, de 29 de março de 1998;

**V** - produtores da economia solidária residentes no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei nº 8.772, de 23 de março de 2020, podendo ser dispensado o registro no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), a critério da autoridade estadual competente, desde que os empreendimentos solidários não cadastrados no CADSOL observem o disposto nos artigos 5º e 6º da Lei nº 8.351, de 01 de abril de 2019;

**VI** - empreendedores sociais e negócios de impacto social, residentes e estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro, definidos respectivamente nos incisos IV e I do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.571, de 16 de outubro de 2019;

**VII** - profissionais do setor do turismo residentes no Estado do Rio de Janeiro;

**VIII** - pessoas desempregadas, cadastradas no Sistema Nacional de Emprego (SINE), que tiveram seus contratos de trabalho interrompidos em razão das práticas de prevenção determinadas pelos órgãos estaduais;

**IX** - famílias fluminenses, cuja renda familiar está abaixo de um salário mínimo regional, em razão das práticas de prevenção determinadas pelos órgãos estaduais;

**X** - catadores de materiais recicláveis cadastrados em cooperativas ou membros de associações antes da data de vigência desta Lei;

**XI** - aos Trabalhadores autônomos que recolham contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social como autônomos, que deverá apresentar a guia de recolhimento de contribuição previdenciária do mês anterior ao isolamento para o direito ao benefício;

**XII** - aos trabalhadores domésticos ou diaristas que tiverem sido dispensados pelos tomadores do serviço;

**XIII** - as comunidades tradicionais indígenas, caiçaras ou quilombolas;

**XIV** - barraqueiros de praia.

**§ 1º** - Para os efeitos do inciso I do art. 1º desta Lei, serão considerados como agricultores familiares aqueles definidos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que possuam sua DAP ativa e como pescadores profissionais artesanais aqueles definidos no Inciso I do artigo 2º do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que possuam sua DAP ativa ou RGP (Registro Geral da Pesca), ou ainda que possuam declaração de desenvolvimento da atividade econômica como agricultor familiar ou pescador artesanal emitida por sindicatos rurais, associações de produtores, SPGs e afins.

**§ 2º** - Para os efeitos do inciso IV do art. 1º desta Lei, o atleta de rendimento poderá fazer jus ao benefício se cumular os seguintes requisitos:

**I** - possuir renda mensal, por qualquer natureza, inferior a três salários mínimos;

**II** - não estar recebendo verbas ou patrocínio público ou privado;

**III** - comprovar a participação em pelo menos dois torneios oficiais adultos no período de 12 meses anteriores a suspensão das atividades esportivas, quando homem, e um torneio quando mulher.

**§ 3º** - Para os efeitos do inciso V do art. 1º desta Lei, a comprovação da aptidão dos empreendedores solidários será realizada através de declaração emitida pelos órgãos colegiados estaduais e municipais vinculados ao tema, entidades e organizações intermediárias da sociedade civil cuja finalidade seja o apoio e fomento à Política Estadual de Economia Solidária e Órgãos do Governo, estaduais ou municipais, que fomentem a economia solidária.

**§ 4º** - Para os efeitos do inciso VI do art. 1º desta Lei, a comprovação da aptidão dos empreendedores sociais e dos negócios de impacto social será realizada através de declaração emitida pelos órgãos colegiados estaduais vinculados ao tema ou pelas entidades e organizações intermediárias da sociedade civil cuja finalidade esteja relacionada com a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social.

**§ 5º** - Para os efeitos do inciso VII do art. 1º desta Lei, serão considerados como guias de turismo as pessoas residentes no Estado do Rio de Janeiro, que tenham sido cadastrados no CADASTUR, Órgãos de Classe dos Guias de turismo, Entidades de Representação dos Municípios dos Guias de turismo, tais como LIGUIA (Liga Independente dos Guias de Turismo do Rio de Janeiro) e demais de entidade de representação até 15 de março de 2020, que não possuam contrato de trabalho sob o regime celetista e não possuam outra fonte de renda além do acompanhamento de turistas em âmbito estadual.

**§ 6º** - Para efeitos do inciso XIV do art. 1º desta Lei, o benefício poderá ser concedido aos barraqueiros que comprovarem o exercício da atividade econômica, mediante apresentação de autorização do respectivo município.

**§ 7º** - A comprovação da perda do vínculo empregatício ou da dispensa de que trata o inciso XII deverá ser por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou E-Social com a rescisão assinada ou pela declaração assinada por, no mínimo duas pessoas que usufruíram do serviço da doméstica (o) como diarista eventual.

**§ 8º** - O disposto nesta Lei não contemplará o cidadão que já seja titular de benefício estadual, de caráter assistencial ou previdenciário.

**§ 9º** - As condições para recebimento da renda mínima emergencial, mediante cadastro "online", serão definidas em regulamento.

**§ 10** - O cadastramento "online" para recebimento da renda mínima poderá ser realizado através da cooperação entre o Poder Executivo



Estadual e os Municípios do Estado do Rio de Janeiro e do acesso ao Número de Identificação Social (NIS), assim como a cadastro de programas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e ao Sistema Nacional de emprego (SINE).

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a prover renda mínima emergencial aos trabalhadores da cultura.

**Parágrafo Único** - Entende-se como trabalhador do setor cultural toda e qualquer pessoa inserida na cadeia produtiva da cultura, que adquire sua renda através de trabalhos desempenhados no setor, sejam eles de produção, promoção, técnica e atuação em qualquer área cultural ou linguagem artística, e todo aquele que fomenta, produz e pertence à cultura popular brasileira, afro-brasileira e indígena, que comprove efetiva realização de atividades ou prestação de serviços no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 29 de fevereiro de 2020.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002) e ao Fundo Estadual do Trabalho (Lei nº 8.935, de 16 de maio de 2019), ouvido, quando for o caso, o órgão colegiado competente, bem como de outras dotações a serem definidas pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** - O Poder Executivo poderá elaborar e mobilizar ações visando a continuidade da produção agropecuária e da pesca artesanal no Estado, bem como sua oferta nos centros consumidores, através da ampliação de feiras que ocorram ao ar livre, resguardando-se as orientações sanitárias em vigor.

**Parágrafo Único** - O fomento à produção agrícola, o incentivo ao escoamento da produção e o abastecimento do mercado interno, devem ser considerados emergenciais, tanto sob o aspecto da segurança alimentar, quanto do estímulo à economia local.

**Art. 5º** - A autoridade estadual competente, por meio de ato específico, editado imediatamente após a publicação desta Lei, definirá conceitos e critérios para:

a) comprovação pelo beneficiário das condições mencionadas no art. 1º desta Lei;

b) comprovação pelo beneficiário da perda de seus rendimentos em decorrência da interrupção ou redução de suas atividades laborais provocada por situação de emergência ou de calamidade;

c) definição da vigência e do valor mensal do benefício pago, mensalmente, aos beneficiários, desde que atendidos os requisitos fixados por esta Lei e por ato que vier a regulamentá-la.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2034/2020

Autoria dos Deputados: Flávio Serafini, Renata Souza, Mônica Francisco, Dani Monteiro, Waldeck Carneiro, Vandro Família, Zeidan, Dr. Deodalto, Carlos Minc, Brazão, Chico Machado, Jorge Felipe Neto, Bebeto, Léo Vieira, Capitão Paulo Teixeira, Carlo Caiado, Max Lemos, Bagueira, Marcelo Do Seu Dino, Welberth Rezende, Renato Cozzolino, Luiz Paulo, Giovanni Ratinho, Marina, Valdecy Da Saúde, Gustavo Schmidt, Val Ceasa, Anderson Alexandre, Danniell Librelon, Subtenente Bernardo, Marcelo Cabelheiro, André Ceciliano, Fabio Silva, Eliomar Coelho, Sérgio Fernandes.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça

Id: 2254447

**LEI Nº 8859 DE 03 DE JUNHO DE 2020**

**ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS RESPIRATÓRIAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ENQUANTO VIGORAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Torna obrigatório, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, enquanto vigorar o Estado de Calamidade Pública em virtude da pandemia do novo Coronavírus, o uso de máscara de proteção respiratória, seja ela descartável ou reutilizável, em qualquer ambiente público, assim como em ambientes privados de acesso coletivo.

**§ 1º** - Compreende-se entre os locais descritos no caput deste artigo, dentre outros: ruas, praças, parques, praias, meios de transporte coletivo e individual de passageiros, repartições públicas, hospitais, supermercados, farmácias, padarias, agências bancárias, além de outros estabelecimentos comerciais.

**§ 2º** - Em caso de necessidade, a máscara descrita no caput deste artigo poderá ser substituída por qualquer outro instrumento que proteja o nariz e a boca.

**§ 3º** - O uso de máscaras cirúrgicas ou do tipo N95 será prioritário aos profissionais da área da saúde.

**Art. 2º** - A obrigatoriedade contida no artigo 1º desta Lei estende-se a todos os funcionários ou colaboradores de empresas e estabelecimentos comerciais que se encontram em serviço.

**Parágrafo Único** - No caso descrito no caput deste artigo, é obrigatório o fornecimento gratuito pela empresa empregadora ou tomadora de serviços, em caso de terceirização, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como luvas descartáveis e máscaras em TNT descartável, bem como a disponibilização de álcool em gel 70% para seus funcionários ou colaboradores.

**Art. 3º** - É vedada a entrada ou a permanência de pessoas sem máscara em estabelecimentos comerciais de acesso coletivo, devendo o referido estabelecimento adotar as medidas cabíveis para garantir o respectivo cumprimento.

**Art. 4º** - Ficam desobrigadas da utilização de máscaras as pessoas que sofrem de patologias respiratórias e as pessoas com deficiência severa nos membros superiores, mediante apresentação de documento médico que ateste o risco de utilização de máscaras nos casos aqui especificados.

**Art. 5º** - O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará:

I - multa administrativa às pessoas jurídicas no valor correspondente a 200 (duzentos) UFIR-RJ por cada autuação, sendo o seu valor duplicado em caso de reincidência, podendo ser multiplicada até 5 (cinco) vezes em caso de descumprimento reiterado;

II - às pessoas físicas:

a) advertência;

b) multa de 30 (trinta) UFIR-RJ, na primeira autuação;

c) multa de 60 (sessenta) UFIR-RJ, em caso de reincidência, podendo ser multiplicada até 5 (cinco) vezes em caso de descumprimento reiterado.

**Parágrafo Único** - Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Estadual de Saúde a serem aplicados nas ações de combate do novo Coronavírus, causador da COVID-19.

**Art. 6º** - Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Estadual de Saúde.

**Art. 7º** - O Poder Executivo poderá realizar campanhas informativas e de conscientização acerca do uso de máscaras, com especial ênfase às recomendações feitas pelo Ministério da Saúde sobre os cuidados para evitar o contágio.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública em virtude da situação de emergência decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), declarada pelo Decreto Estadual nº 46.973, de 16 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2383/2020

Autoria dos Deputados: Thiago Pampolha, Renan Ferreirinha, Vandro Família, Delegado Carlos Augusto, Gil Vianna, Chico Machado, Martha Rocha, Brazão, Dr. Deodalto, Zeidan, Carlos Minc, Waldeck Carneiro, Mônica Francisco, Dani Monteiro, Franciane Motta, Enfermeira Rejane, Carlo Caiado, Coronel Salema, Bebeto, Valdecy Da Saúde, Subtenente Bernardo, Alana Passos, Eliomar Coelho, Val Ceasa, Carlos Macedo, Flavio Serafini, Marcos Muller, Giovanni Ratinho, Danniell Librelon, Marcelo Cabelheiro, André Ceciliano, Capitão Paulo Teixeira, Marcelo Do Seu Dino, Gustavo Tutuca.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254448

**LEI Nº 8860 DE 03 DE JUNHO DE 2020**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CENTRAL DE INFORMAÇÕES SOBRE PACIENTES INTERNADOS NA REDE ESTADUAL DE SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS - COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Poder Executivo fica autorizado a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, a Central de Informações sobre pacientes internados na rede estadual de saúde durante a pandemia do novo Coronavírus - COVID-19.

**Parágrafo Único** - A central funcionará enquanto os decretos estaduais a respeito da pandemia do novo Coronavírus estiverem em vigor ou enquanto houver pacientes internados nesta situação.

**Art. 2º** - A Secretaria de Estado de Saúde disponibilizará, via sítio eletrônico, na sua página inicial, formulário para que o familiar possa solicitar informações a respeito de pacientes internados na rede pública estadual de saúde.

**Parágrafo Único** - Após o envio de formulário disposto no caput deste artigo, a secretária prestará no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas as informações a respeito do paciente.

**Art. 3º** - A Secretaria de Estado de Saúde disponibilizará número de telefone para informações a respeito de pacientes internados conforme o disposto no art. 1º da presente Lei.

**Art. 4º** - As informações sobre o estado de saúde do paciente somente serão repassadas após a comprovação de parentesco do solicitante.

**§ 1º** - Para comprovação de parentesco, o parente deverá informar o nome completo do paciente e algum documento de identificação do mesmo, como RG, CPF ou CNH.

**§ 2º** - Após a comprovação de parentesco com o paciente internado, a unidade de saúde deverá informar ao familiar o estado de saúde do paciente, bem como procedimentos que já tenham sido realizados ou que estão previstos a serem realizados, como exames laboratoriais, de imagem, entre outros.

**§ 3º** - O parente poderá deixar um telefone de contato ou e-mail com a Central de Informações para ser avisado de qualquer mudança no quadro clínico do familiar internado.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2357/2020

Autoria dos Deputados: Carlo Caiado, Delegado Carlos Augusto, Vandro Família, Capitão Paulo Teixeira, Subtenente Bernardo, Samuel Malafaia, Chico Machado, Fabio Silva, Dr. Serginho, Lucinha, Brazão, Dr. Deodalto, Alana Passos, Carlos Minc, Sergio Fernandes, Renan Ferreirinha, Dani Monteiro, Enfermeira Rejane, Alexandre Freitas, Bagueira, Bebeto, Thiago Pampolha, Coronel Salema, Welberth Rezende, Rodrigo Amorim, Mônica Francisco, Renata Souza, Eliomar Coelho, Marcelo Do Seu Dino, João Peixoto, Luiz Paulo, Jorge Felipe Neto, Martha Rocha, Gustavo Schmidt, Val Ceasa, Dionísio Lins, Zeidan, André Ceciliano, Max Lemos, Marina, Danniell Librelon, Marcelo Cabelheiro, Jair Bittencourt, Alexandre Knoploch, Bruno Dauaire, Waldeck Carneiro, Valdecy Da Saúde, Flavio Serafini.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254449

**LEI Nº 8861 DE 03 DE JUNHO DE 2020**

**ALTERA A LEI Nº 8.626, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019, NA FORMA QUE MENCIONA.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Acrescenta-se § 3º ao artigo 1º da Lei nº 8.626, de 18 de novembro de 2019, com a seguinte redação:

“§ 3º - Todos os equipamentos de proteção individual e vestimentas mencionados no parágrafo 1º deste artigo deverão ser fornecidos gratuitamente pelo órgão estadual competente e pelas organizações sociais de saúde gestoras de contrato de gestão aos trabalhadores e profissionais da área da saúde e de segurança pública citados no parágrafo 2º deste artigo, que atuem de forma direta ou indireta no setor de saúde da população, seja como servidor público, contratados pela gestora ou contratado por empresa terceirizada, e verão estar em perfeitas condições de uso, atendendo todos os requisitos técnicos de segurança e funcionamento, conforme determina a legislação vigentes.”

**Art. 2º** - Adicione-se § 4º, ao artigo 1º da Lei nº 8.626, de 18 de novembro de 2019, com a seguinte redação:

“§ 4º - Nos casos de calamidade ou pandemia oficialmente reconhecidas, dada a situação de urgência, a compra e a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) destinados a profissionais da área da saúde deverão ser imediatas”.

**Art. 3º** - O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei, imediatamente após a sua publicação.

**Art. 4º** - Eventuais despesas em função desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2152/2020

Autoria dos Deputados: Carlos Minc, Waldeck Carneiro, Vandro Família, Zeidan, Gil Vianna, Val Ceasa, Gustavo Schmidt, Coronel Salema, Luiz Paulo, Martha Rocha, Samuel Malafaia, Renata Souza, Chico Machado, Lucinha, Brazão, Fabio Silva, Alana Passos, Sergio Fernandes, Valdecy Da Saúde, Max Lemos, Carlo Caiado, Renan Ferreirinha, Danniell Librelon, Bebeto, Renato Cozzolino, Bagueira, Léo Vieira, Subtenente Bernardo, Welberth Rezende, Thiago Pampolha, Eliomar Coelho, Giovanni Ratinho, Marina, Marcelo Cabelheiro, Chicão Bulhões, Dr. Deodalto, Dr. Serginho, Jair Bittencourt, Sérgio Fernandes, André Ceciliano, Delegado Carlos Augusto, Enfermeira Rejane, Marcelo Do Seu Dino.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254450

**LEI Nº 8862 DE 03 JUNHO DE 2020**

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL TEMPORÁRIA DE PSQUIATRAS, PSICÓLOGOS, ASSISTENTES SOCIAIS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS, NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, PARA OFERECER ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE DEPRESSÃO E TENDÊNCIAS SUICIDAS EM DECORRÊNCIA DA COVID-19.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a contratação emergencial de Psiquiatras, Psicólogos, Assistentes Sociais e Terapeutas Ocupacionais, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde (SES), para garantir atendimento psicológico e social presencial às vítimas de depressão e tendências suicidas em decorrência da COVID-19, enquanto persistir a pandemia.



**Imprensa Oficial**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Francisco Luiz do Lago Viégas**  
Diretor Presidente

**Alexandre Augusto Gonçalves**  
Diretor Administrativo

**José Roberto Vicente Cardozo**  
Diretor Financeiro

**Homero de Araujo Torres**  
Diretor Industrial

**O NOTICIÁRIO DAS PÁGINAS 1 A 4 É EDITADO SOB A RESPONSABILIDADE DO NÚCLEO DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Edição  
**Carla Sena e Inês Valença**

Diagramação - **Francisco Junior e Miguel Heichard**

**PUBLICAÇÕES**

**ENVIO DE MATÉRIAS:** As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.  
**PARTE I - PODER EXECUTIVO:** Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à **Assessoria de Controle dos Cargos em Comissão e Publicação dos Atos Oficiais** à Rua Pinheiro Machado, s/nº (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro-RJ, Brasil CEP 22.231-901 - Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

**AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ:** Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

**RIO** - Rua São José, 35, sl. 222/24  
Edifício Garagem Menezes Cortes  
Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e  
Fax: 2332-6549

**NITERÓI** - Av. Visconde do Rio Branco, 360, 1º piso, loja 132, Shopping Bay Market - Centro, Niterói/RJ.  
Tels.: (0xx21) 2719-2689, 2719-2693 e 2719-2705

**PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:** cm/col \_\_\_\_\_ **R\$ 132,00**  
cm/col para Municipalidades \_\_\_\_\_ **R\$ 92,40**

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

**ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL**

ASSINATURA NORMAL	<b>R\$ 284,00</b>
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	<b>R\$ 199,00 (*)</b>
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	<b>R\$ 199,00 (*)</b>
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	<b>R\$ 199,00 (*)</b>

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.  
OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.  
**A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas.** Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas à rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

**ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.**

**IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** • Rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ., CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-4141 - PABX. • Fax (0xx21) 2717-4348

**www.imprensaoficial.rj.gov.br**

**Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h**



§ 1º - A contratação dos profissionais listados neste artigo será feita por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

§ 2º - O atendimento de que trata esta Lei poderá ser realizado de forma tele presencial e será garantido a todos.

Art. 2º - A Secretaria de Estado de Saúde deverá definir o quantitativo de profissionais a serem contratados de acordo com as unidades de saúde aptas a realizarem os atendimentos de que trata esta Lei à população que dela necessitar.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar uma ou mais unidades de saúde da rede pública estadual para centralizar o atendimento de que trata esta Lei, podendo, para tanto, transferir profissionais de saúde de outras unidades, desde que não desfalque suas equipes.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

WILSON WITZEL  
Governador

Projeto de Lei nº 2251/2020

Autoria dos Deputados: Capitao Paulo Teixeira, Marcelo Do Seu Dino, Alana Passos, Mônica Francisco, Márcio Gualberto, Filippe Poubel, Dannel Librelon, Carlos Macedo, Vandro Família, Delegado Carlos Augusto, Gil Vianna, Giovanni Ratinho, Subtenente Bernardo, Marcelo Cabelheiro, Anderson Alexandre, Val Ceasa, Renato Cozzolino, Thiago Pampolha.

Aprovada a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254451

LEI Nº 8863 DE 03 DE JUNHO DE 2020

AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE CULTURA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro, órgão Executivo do Fundo de que trata a Lei Estadual nº 2.927, de 30 de abril de 1998 e os artigos 35 e seguintes da Lei Estadual nº 7.035, de 07 de julho de 2015, fica autorizada a adquirir com recursos do mesmo, excepcionalmente, bilhetes e ingressos antecipados de mecanismos culturais.

§ 1º - Entende-se por mecanismos culturais para efeito do disposto no caput deste artigo, todo instrumento de manifestação cultural, tais como cinemas, teatros, casas de shows e espetáculos.

§ 2º - A aquisição de bilhetes e/ou ingressos poderá ocorrer até 30 (trinta) dias após o fim do Plano de Contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 2º - A aquisição de bilhetes e ingressos de que trata o artigo 1º desta Lei será destinada, exclusivamente, para produções, peças e espetáculos nacionais e se dará com o objetivo de garantir a manutenção dos pagamentos pelos mecanismos culturais enquanto perdurar a proibição de realização de eventos com aglomeração de pessoas.

§ 1º - A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro deverá, em parceria com os mecanismos culturais, definir a utilização e o percentual de ingressos e/ou bilhetes a serem utilizados por apresentação, exibição e/ou espetáculo.

§ 2º - O mecanismo cultural beneficiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Cultura, nos termos desta Lei, fica obrigado a priorizar o pagamento de seus funcionários de apoio técnico, operacional e administrativo, bem como de seu corpo técnico e artístico.

Art. 3º - As despesas com a aquisição antecipada de bilhetes e/ou ingressos estará a limitada a 30% (trinta por cento) do saldo existente no Fundo de Estado de Cultura.

Art. 4º - Os bilhetes e/ou ingressos adquiridos na forma desta Lei deverão ser disponibilizados à população de baixa renda, sendo, preferencialmente, distribuídos na rede pública estadual de ensino.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro divulgará a forma e os critérios para distribuição dos ingressos e/ou bilhetes adquiridos.

Art. 5º - Na fixação dos critérios para aquisição dos bilhetes e/ou ingressos, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro deverá priorizar os mecanismos de cultura de pequeno porte.

Art. 6º - A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro deverá regulamentar a presente Lei por ato próprio.

Art. 7º - Os bilhetes e/ou ingressos adquiridos na forma desta Lei deverão ser disponibilizados à população de baixa renda, sendo, preferencialmente, distribuídos na rede pública estadual de ensino e utilizados até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro divulgará a forma e os critérios para distribuição dos ingressos e/ou bilhetes adquiridos.

Art. 8º - Os mecanismos beneficiados com a aquisição de bilhetes e/ou ingressos pelo Fundo Estadual de Cultura deverão prestar contas da aplicação dos recursos, no prazo de até 60 (sessenta dias) após o último recebimento, na forma e procedimento a serem definidos pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Art. 9º - O valor dos bilhetes e/ou ingressos, para efeito do disposto no art. 1º da presente Lei, deverá seguir os valores médios de mercado.

Parágrafo Único - A comprovação da conformidade do valor dos bilhetes e/ou ingressos com os valores médios de mercado deverá se dar através da apresentação de três panfletos, anúncios em meios de comunicação, sites, peças gráficas virtuais ou qualquer outra forma de divulgação, de eventos, apresentações, shows ou exibições diferentes, sendo da mesma natureza artística do produto cultural a que se referem os bilhetes e/ou ingressos, podendo ter sido realizados e/ou exibidos pelo próprio mecanismo cultural ou não.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação com vigência enquanto perdurar o Plano de Contingência adotado pela Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia pelo Coronavírus (COVID-19).

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

WILSON WITZEL  
Governador

Projeto de Lei nº 2428/2020

Autoria dos Deputados: André Ceciliano, Vandro Família, Gil Vianna, Marcos Muller, Renato Zaca, Coronel Salema, Val Ceasa, Eliomar Coelho, Flavio Serafini, Waldeck Carneiro, Carlos Minc, Brazão, Lucinha, Dr. Deodalto, Luiz Paulo, Martha Rocha, Dani Monteiro, Dionisio Lins, Enfermeira Rejane, Capitão Paulo Teixeira, Gustavo Tutuca, Sergio Fernandes , Carlo Caiado, Max Lemos, Subtenente Bernardo, Renan Ferreirinha, João Peixoto, Alana Passos, Samuel Malafaia, Bebetto, Marcelo Do Seu Dino, Zeidan, Welberth Rezende, Rodrigo Amorim, Chico Machado, Valdecy Da Saúde, Marina, Capitão Nelson, Renato Cozzolino, Dannel Librelon, Franciane Motta, Jorge Felipe Neto, Gustavo Schmidt, Rodrigo Bacellar, Marcelo Cabelheiro, Thiago Pampolha.

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254452

LEI Nº 8864 DE 03 DE JUNHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO PROPORCIONAL DAS MENSALIDADES ESCOLARES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PARTICULAR, DURANTE A VIGÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.794, DE 17 DE ABRIL DE 2020, NA FORMA QUE MENCIONA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, inclusive técnico ou profissionalizante, ou de educação superior da rede particular, em atividade no Estado do Rio de Janeiro, obrigados a reduzir suas mensalidades, nos termos do disposto nesta Lei, durante o período de vigência do estado de calamidade pública, instituído pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.

§ 1º - Serão observados os seguintes critérios para definição, em Mesa de Negociação, do valor mínimo de redução das mensalidades:

I - estabelecimentos particulares de ensino que oferecem serviços de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, inclusive técnico ou profissionalizante, ou de educação superior, cujo valor da mensalidade seja inferior ou igual a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), ficam desobrigados de reduzir o valor da mensalidade praticada;

II - estabelecimentos particulares de ensino que oferecem serviços de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, inclusive técnico ou profissionalizante, ou de educação superior, cujo valor da mensalidade seja superior a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), ficam obrigados a promover redução obrigatória na proporção de, no mínimo, 30% (trinta por cento) sobre a diferença entre o valor da mensalidade praticada e o limite da faixa de isenção fixado no inciso anterior;

III - cooperativas, associações educacionais, fundações e instituições congêneres, sem fins lucrativos, bem como sociedades empresariais que tenham a educação como atividade econômica principal e estejam devidamente enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, cujo valor da mensalidade seja superior a R\$ 700,00 (setecentos reais), ficam obrigadas a promover redução obrigatória na proporção de, no mínimo, 15% (quinze por cento) sobre a diferença entre o valor da mensalidade praticada e o limite da faixa de isenção fixado no inciso I.

§ 2º - As reduções determinadas por esta Lei incidem sobre o valor da mensalidade e da anuidade ou semestralidade e, em havendo descontos anteriormente concedidos pelo estabelecimento de ensino, caberá à Mesa de Negociação de que trata o artigo 2º desta Lei a definição de percentual de desconto a cada caso, sendo vedado o aumento do valor da mensalidade, semestralidade ou anuidade, bem como a suspensão, no ano corrente, de descontos ou bolsas de estudos que estavam em vigor na data de suspensão das aulas presenciais ou a cobrança posterior dos valores referentes aos descontos concedidos através da presente Lei.

§ 3º - Para as faturas dos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino sob metodologia de cobrança diferenciada entre horário escolar regular e atividades extracurriculares complementares, de horário integral ou turno prolongado, incluindo o oferecimento de refeições ou não, a redução a ser aplicada, em relação à cobrança equivalente às atividades complementares, será de, no mínimo, 30% (trinta por cento).

§ 4º - A obrigatoriedade das reduções previstas neste artigo aplica-se aos contratos em vigor que envolvam a metodologia de aulas presenciais, mesmo que o estabelecimento de ensino esteja desenvolvendo, em caráter extraordinário, atividades alternativas não presenciais.

§ 5º - As reduções previstas neste artigo não se aplicam a contratos em que houver inadimplência, registrada antes da suspensão das aulas presenciais, em montante superior ao valor de 02 (duas) mensalidades.

§ 6º - As reduções determinadas por esta Lei serão mantidas enquanto durar o estado de calamidade pública instituído pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020, ou por outro ato que vier a prorrogá-lo ou convalidá-lo.

§ 7º - As reduções determinadas por esta Lei, quando se tratar de estabelecimento particular de ensino superior, também incidem sobre cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu.

Art. 2º - Os estabelecimentos de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, inclusive técnico ou profissionalizante, ou de educação superior da rede particular, em atividade no Estado do Rio de Janeiro, deverão formar Mesa de Negociação para cada modalidade de ensino ou curso ofertado, com representação paritária de estudantes ou de seus responsáveis financeiros, profissionais da educação e proprietários do estabelecimento, com o objetivo de analisar as planilhas de receitas e de despesas da instituição e definir, sempre que possível, por consenso, o valor da redução a ser implementada, tendo como referência os critérios dispostos no artigo 1º desta Lei.

§ 1º - A Mesa de Negociação de que trata o caput deste artigo deverá levar em conta, entre outras, as seguintes variáveis:

I - situação econômica do estudante ou de sua família, em especial no tocante à perda comprovada de seus rendimentos durante a pandemia;

II - situação econômica do estabelecimento de ensino, em especial:

a) despesas de custeio, antes e durante a pandemia, excluídos os pagamentos feitos a acionistas a título de dividendos ou participação nos lucros;

b) comportamento da receita, antes e durante a pandemia;

c) taxa de inadimplência, antes e durante a pandemia;

d) número de estudantes regularmente matriculados multiplicado pelo valor médio das mensalidades pagas;

e) média do lucro líquido anual, apurada com base nos três últimos exercícios financeiros ou, quando se tratar de estabelecimento em funcionamento há menos de três anos, apurada com base no exercício anterior;

III - adoção, pelo estabelecimento de ensino, de atividades educacionais por meios remotos, a partir da suspensão das aulas presenciais.

§ 2º - O acordo celebrado na Mesa de Negociação não impede que o estabelecimento de ensino particular desenvolva tratativas específicas com cada estudante ou seu responsável financeiro, de modo a conceder descontos adicionais, além da redução implementada com base no disposto nesta Lei.

§ 3º - Os estudantes ou seus responsáveis financeiros e os profissionais da educação terão acesso garantido às planilhas de receitas e de despesas dos estabelecimentos particulares de ensino aos quais estão vinculados, ficando tais instituições obrigadas a apresentar de-

talhadamente o impacto das mudanças em sua situação financeira decorrentes da suspensão das atividades presenciais, tais como gastos com custeio, horas extras, entre outros.

§ 4º - A Mesa de Negociação será obrigatoriamente instalada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de publicação desta Lei, podendo permanecer em funcionamento até o final do ano letivo de 2020, a critério das representações que dela participarem.

§ 5º - Se a Mesa de Negociação não deliberar sobre a aplicação de desconto específico aos alunos que já gozem de descontos anteriormente concedidos pelo estabelecimento, será aplicado a estas hipóteses o disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º desta Lei.

§ 6º - As reuniões da Mesa de Negociação serão registradas em ata e suas deliberações serão aprovadas por maioria simples, com a presença de, no mínimo, um representante de cada um dos três segmentos que dela participam.

Art. 3º - Os estabelecimentos de ensino deverão manter, durante todo o período de suspensão das aulas, a integralidade de seu quadro docente, bem como os demais profissionais de educação que atuam no apoio pedagógico, administrativo ou operacional, sem redução em suas remunerações.

Art. 4º - Os estabelecimentos particulares de ensino especificados na presente Lei ficam desobrigados de reduzir o valor de suas mensalidades, de acordo com os critérios fixados nesta Lei, após o período de vigência do estado de calamidade pública instituído pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.

Parágrafo Único - As reduções fixadas nesta Lei poderão vigor por 30 (trinta) dias após a retomada das aulas presenciais regulares, mediante deliberação da Mesa de Negociação.

Art. 5º - Os estabelecimentos particulares de ensino que já tiverem pactuado com seus contratantes percentuais de desconto superiores ao estabelecido nesta Lei deverão manter os valores acordados.

Art. 6º - O descumprimento do disposto na presente Lei ensejará a aplicação de multas, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, por órgãos responsáveis pela fiscalização, notadamente pela Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro (PROCON-RJ).

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros enquanto estiver em vigência o estado de calamidade pública instituído pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

WILSON WITZEL  
Governador

Projeto de Lei nº 2052/2020

Autoria dos Deputados: André L. Ceciliano, Dr. Serginho, Rodrigo Bacellar, Vandro Família, Marcelo Cabelheiro, Marcos Muller, Flavio Serafini, Lucinha, Mônica Francisco, Carlos Minc, Val Ceasa, Samuel Malafaia, Enfermeira Rejane, Thiago Pampolha, Dani Monteiro, Gustavo Tutuca, Márcio Canella, Zeidan, Valdecy Da Saúde, Max Lemos, Eliomar Coelho, Alana Passos, Dannel Librelon, Capitão Paulo Teixeira, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Martha Rocha, Dionisio Lins, Bebetto, Chico Machado, Delegado Carlos Augusto, Jorge Felipe Neto, Coronel Salema, João Peixoto, Renata Souza, Fabio Silva, Anderson Alexandre, Brazão, Welberth Rezende, Dr. Deodalto, Waldeck Carneiro

Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Id: 2254453

LEI Nº 8865 DE 03 DE JUNHO DE 2020

ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.260, DE 11 DE JUNHO DE 2008, QUE “ESTABELECE O REGIME JURÍDICO PRÓPRIO E ÚNICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DA DEFENSORIA PÚBLICA, DO TRIBUNAL DE CONTAS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 26-A da Lei nº 5.260, de 11 de junho de 2008, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art. 26-A - Será pago adicional de 100% (cem por cento) aos benefícios da pensão por morte, observando-se os limites constitucionais sobre o total, quando o óbito decorrer no exercício das funções para os beneficiários dos segurados das seguintes carreiras:

I - Policiais Cíveis;

II - Policiais Militares;

III - Bombeiros Militares;

IV - Inspetores de Segurança e Administração Penitenciária;

V - Agentes Socioeducativos.

§ 3º - O adicional estabelecido no caput também será pago na ocorrência de falecimento de servidor público civil ou militar elencado nos incisos I ao V e de servidores públicos da área da saúde, em virtude da COVID-19, devidamente comprovada, contraída no pleno exercício de suas funções em órgão ou entidade pública dos estabelecimentos de saúde durante o estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do Novo Coronavírus, nas funções da área de segurança pública, da saúde e de assistência social, observadas as condições estabelecidas nos parágrafos anteriores.

§ 4º- O adicional estabelecido no caput também será pago nas hipóteses de falecimento de servidor público estatutário dos Programas Segurança Presente, Lei Seca e Barreira Fiscal e Assistentes Sociais, em decorrência da COVID-19, devidamente comprovada, contraída no efetivo exercício de suas funções durante o estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do Coronavírus (COVID-19), observadas as condições e requisitos estabelecidos nos parágrafos anteriores”.

Art. 2º - O benefício de que trata esta Lei deverá ser concedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir do protocolo do Requerimento de concessão.

Art. 3º - A presente Lei irá gerar seus efeitos a partir da data da publicação do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconheceu a situação de emergência na Saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do Novo Coronavírus (COVID-19), independentemente da data de entrada em vigor da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

WILSON WITZEL  
Governador

Projeto de Lei nº 2643/2020 (Mensagem 21/2020)  
Autoria: Poder Executivo

Id: 2254454



LEI Nº 8866 DE 03 DE JUNHO DE 2020

**LIMITA OS CUSTOS DOS ATOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA HIGIEZ ECONÔMICO FINANCEIRA DA OPERAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITOS DO RIOPREVIDÊNCIA.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA - autorizado a praticar os atos necessários a assegurar a higidez econômico-financeira de operações de alienação de ativos econômicos referidos no inciso XII do art. 13 da Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 4.237, de 05 de dezembro de 2003, que tenham sido feitas, com base na Lei nº 6.112/11, revogada pelo artigo 8º da Lei nº 8.007/18.

I - os atos necessários para manutenção da higidez econômico financeira não poderão resultar em custos que excedam 5% (cinco por cento) do valor total nominal dos títulos não liquidados e/ou não cancelados na data em que a transação for celebrada com os detentores desses títulos;

II - não são considerados custos para fins do inciso I despesas relacionadas à execução da transação, como a contratação de serviços de terceiros assumido no intuito de viabilizar a celebração do acordo.

**Parágrafo Único** - Fica o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA - autorizado a praticar os atos de que trata o caput, assegurada a transparência dos atos, mediante publicação em meios oficiais e sítio eletrônico, para consulta pública, incluindo todas as despesas despendidas para a viabilização da operação, incluindo comissões e remuneração dos agentes estruturantes e financeiros.

**Art. 2º** - Com a referida negociação, com os investidores, serão suspensas as cláusulas de recolhimento (cash trapping), de amortização antecipada (early amortization) e de aumento de cupom (step-up) dispostas pelo índice de cobertura.

**Parágrafo Único** - Fica o Poder Executivo autorizado, consoante a autorização constante da Lei nº 8.846, de 27 de maio de 2020 e os termos da presente Lei, a delegar ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA - a praticar os atos de que trata o caput, assegurada a transparência dos mesmos, mediante publicação em meios oficiais e sítio eletrônico, para consulta pública.

**Art. 3º** - A negociação acordada não poderá resultar em acréscimos na taxa de juros da operação, além do estabelecido em contrato.

**Art. 4º** - Os documentos aditivos (waivers) que vierem a ser firmados em função das negociações aqui referidas deverão ser apresentados previamente e aprovados pelo Conselho Administrativo do Rioprevidência - CONAD.

**Art. 5º** - As despesas relacionadas à contratação de serviços de terceiros deverão ser publicadas no sítio eletrônico da transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro e no DOERJ.

**Parágrafo Único** - No prazo de 30 dias, a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo, enviará a ALERJ documento em relação ao contrato objeto do WEAVER em que conste no mínimo:

I - o total do valor em dólares/reais dos títulos ainda não liquidados;

II - o tempo total que falta para liquidação do/dos contrato/contratos;

III - a previsão anual de valores a serem pagos pelo Rioprevidência para liquidação;

IV - a correlação dos valores dos incisos anteriores com o valor do preço do barril de petróleo e ao valor do dólar;

V - atualização mensal do fluxo de caixa das operações, evidenciando os valores já pagos e os valores ainda não liquidados.

**Art. 6º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2642/2020 (Mensagem 20/2020)  
Autoria: Poder Executivo

Id: 2254455

LEI Nº 8867 DE 03 DE JUNHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TÁXI INTERMUNICIPAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E INSTITUI O CADASTRAMENTO PARA FRETAMENTO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O exercício do serviço de táxi em trajetos intermunicipais, no âmbito do Rio de Janeiro, é de competência do profissional taxista devidamente habilitado conforme a legislação vigente, Lei nº 6.504, de 16 de agosto de 2013 e ainda, licenciado na forma da legislação do município de emplacamento do veículo.

**§ 1º** - Considera-se serviço de táxi, para os fins desta Lei, a modalidade de transporte remunerado de passageiros em veículos do tipo passeio ou pequenos utilitários, com capacidade de transportar até 07 (sete) pessoas, no máximo, incluindo o motorista, por meio de veículo de luxo, especiais, executivos, blindados, adaptados ao transporte de deficientes ou destinados exclusivamente ao transporte de mulheres.

**§ 2º** - Os táxis deverão estar com os seus taxímetros ligados nos trajetos de ida e vinda quando utilizados para outros municípios.

**Art. 2º** - O exercício do serviço de táxi em trajetos intermunicipais, no âmbito do Rio de Janeiro, não inviabiliza o exercício de atividade do serviço de transporte privado individual de passageiros.

**Art. 3º** - O serviço de táxi de natureza intermunicipal será objeto de licenciamento obtido junto órgão municipal competente, observadas as seguintes condições para o seu deferimento:

I - ser o requerente taxista devidamente registrado junto ao órgão do Poder Executivo competente e estar regular no ato do requerimento ou da execução do serviço;

II - possuir licença regular para o exercício do serviço de táxi em âmbito municipal emitida pelo município de emplacamento do veículo;

III - possuir veículo destinado exclusivamente ao serviço de táxi comum ou com características especiais e registradas na categoria "aluguel" desde que sejam as locadoras legalizadas e registras junto ao DETRAN-RJ.

**Art. 4º** - As licenças de que tratam o artigo anterior somente poderão ser concedidas a pessoas físicas, nos termos da Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011.

**Art. 5º** - É vedado o exercício de transporte intermunicipal por táxi através de empresas que não sejam compostas exclusivamente por taxistas, sócios ou associados, inclusive no agenciamento por central de rádio chamada ou por meios digitais.

**Art. 6º** - Salvo o disposto nesta lei, a operação de táxi intermunicipal deverá, sempre e exclusivamente, ter origem no município de licenciamento e emplacamento do veículo como táxi, sendo vedado o retorno ou origem em outro município.

**§ 1º** - Os taxistas agenciados por cooperativas ou associações que possuam contratos de agenciamento previamente firmados com empresas que tenham matriz no município de licenciamento de seus sócios ou associados, poderão, exclusivamente neste caso, realizar o retorno ou iniciar operações com origem em outro município observadas as seguintes condições:

I - ter o passageiro solicitado o serviço junto a central de operações da cooperativa ou associação;

II - ter a emissão prévia de guia de transporte que registre o itinerário, nome e CPF dos passageiros, número da ordem de serviço, nome e telefone da empresa contratante, devendo estas informações serem arquivadas em sistema da cooperativa ou associação para eventual fiscalização.

**§ 2º** - Para a operação de contratos geradores de demandas com as características previstas no § 1º, as cooperativas e associações deverão arquivar previamente tais contratos junto ao DETRO-RJ, que se limitará tão somente a recebê-los e arquivá-los.

§ 3º - VETADO

**§ 4º** - A prestação de serviços de táxi por pessoas que não sejam taxistas profissionais devidamente registrados na forma da legislação, quando identificados pelos fiscais devem ser objeto de comunicação às autoridades policiais.

**Art. 7º** - Aos taxistas autônomos, bem como as sociedades cooperativas e associações compostas exclusivamente por estes, incidirá a legislação tributária do município de origem no que concerne as operações de serviços de táxi.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**  
Governador

Projeto de Lei nº 2133/2020  
Autoria dos Deputados: Jorge Felipe Neto, Vandro Família, Sérgio Louback, Renato Zaca, Dionísio Lins, Léo Vieira, Bebeto, Carlo Caiado, Chico Machado, Val Ceasa, João Peixoto, Dannel Librelon, Samuel Malafaia, Márcio Canella, Brazão, Lucinha, Marcelo Cabeleireiro, Rosenverg Reis, Marcelo Do Seu Dino.  
Aprovado o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

**RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 2133/2020, DE AUTORIA DOS SENHORES DEPUTADOS JORGE FELIPPE NETO, VANDRO FAMÍLIA, SÉRGIO LOUBACK, RENATO ZACA, DIONÍSIO LINS, LÉO VIEIRA, BEBETO, CARLO CAJADO, CHICO MACHADO, VAL CEASA, JOÃO PEIXOTO, DANNIEL LIBRELON, SAMUEL MALAFAIA, MÁRCIO CANELLA, BRAZÃO, LUCINHA, MARCELO CABELEIREIRO, ROSENVERG REIS E MARCELO DO SEU DINO QUE “DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TÁXI INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E INSTITUI O CADASTRAMENTO PARA FRETAMENTO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Muito embora louvável a intenção do Poder Legislativo, não foi possível sancionar integralmente a proposta, recaindo o veto sobre o parágrafo terceiro do artigo 6º do presente Projeto de Lei.

É que o § 3º do artigo 6º, estipula multa de 5.000 (cinco mil) UFIR e a apreensão do veículo. O valor proposto mostra-se desproporcional as multas aplicadas por essa Autarquia.

A aplicação da sanção, ao lado da apreensão e retenção do veículo irregular, configura legítimo exercício do poder de polícia da autoridade administrativa. Ademais, a aplicação de sanções administrativas por desrespeito às regras de trânsito depende da perfeita adequação do comportamento do condutor do veículo com a penalidade prevista legalmente.

No entanto, cabe ressaltar que as sanções aplicadas pelo ente fiscalizador devem obedecer ao critério de igualdade e proporcionalidade, inclusive com as outras categorias por ele fiscalizadas.

Por todo o exposto não me restou outra opção a não ser a de apor o veto parcial que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

**WILSON WITZEL**  
Governador

Id: 2254456

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATO DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 47.104 DE 03 DE JUNHO DE 2020

REVOGA O DECRETO Nº 46.940, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica revogado o Decreto nº 46.940, de 14 de fevereiro de 2020.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**WILSON WITZEL**

Id: 2254509

### Atos do Governador

ATO DO GOVERNADOR

DECRETO DE 03 DE JUNHO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-12/001/046227/2019,

RESOLVE:

**DESIGNAR SALVADOR BEMERGUY** para, na qualidade de representante do Ministério Público Estadual, exercer as funções de membro suplente no Corpo Deliberativo do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

Id: 2254414

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO DE 03 DE JUNHO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

**NOMEAR ANA CAROLINA SOUZA CORREIA**, ID FUNCIONAL Nº 5077850-1, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DG, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Ricardo Cardoso dos Santos.

\*DECRETO DE 02 DE JUNHO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 01 de junho de 2020, **TARCISIO MUREB CATUTA**, ID FUNCIONAL Nº 5100109-8, do cargo em comissão de Subsecretário Adjunto, símbolo SA, da Subsecretaria de Gestão e Tecnologia, da Secretaria de Estado de Fazenda. Processo nº SEI-040206/000034/2020.

\*Republicado por ter saído com incorreções no D.O, de 03/06/2020,

Id: 2254525

### Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

EXPEDIENTE DE 03 DE JUNHO DE 2020

**PROCESSO Nº SEI-12/001/413/2020 - AUTORIZO**, conforme proposta encaminhada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, referente à GEE SEI-12/1/413/2020/A da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília, a contar de 05/2020.

Id: 2254521

### Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 02.06.2020

**\*PROCESSO Nº SEI-16/004/308/2019** - Com base no artigo 82, § 1º, da Lei nº 287, de 04/12/1979, bem como o estabelecido na Portaria PRES/GAB nº 460, de 14/02/2020, e com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, **AUTORIZO** a despesa, no valor global estimado de R\$ 13.000,00 (treze mil), em favor da P&P Turismo Eireli - EPP, relativa à celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2019, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de agência de viagens conforme termo de referência, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de 03/06/2020.

\*Omitido no D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254397

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA DETRAN-RJ Nº 5870  
DE 01 DE JUNHO DE 2020

**INSTITUI A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO DETRAN/RJ E ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA DETRAN-RJ N. 5813, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o constante dos autos do Processo nº SEI-160005/000371/2020,

RESOLVE:

**Art.1º** - Instituir nova Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro e alterar a composição da Comissão Especial criada pela Portaria DETRAN-RJ nº 5813, de 19 de fevereiro de 2020.

**Art. 2º** - Ficam designados os servidores, a seguir elencados, para compor a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com mandato de 01 (um) ano contado a partir da publicação desta Portaria, nos termos do art. 26, § 4º, do Decreto nº 42.301, de 12/02/2010.

PRESIDENTE:

JOSE RENATO SOUSA NEVES DE ANDRADE - ID 51008416

EQUIPE DE APOIO:

WAGNER DOS SANTOS SOARES - ID 44232128

RODRIGO SILVA LIMA - ID 42495806

VANESSA DA CONCEICAO FREIXO - ID 44003668.

MEMBROS SUPLENTES:

CARLOS HENRIQUE DA SILVA TAVARES - ID 44015577

FELIPE ADELINO DA SILVA - ID 50969579

ELIANE DA CRUZ SANTOS - ID 43869190

REGINA SZCZEPURA DE SOUZA - ID 50226290

**Parágrafo Único** - Ficam designados os servidores Wagner dos Santos Soares, ID 44232128 e Carlos Henrique da Silva Tavares, ID 44015577, como Pregoeiro e Pregoeiro Substituto, respectivamente.

**Art. 3º** - Fica designado o servidor Wagner dos Santos Soares, ID 44232128, como substituto do titular da CPL nos seus eventuais impedimentos, em atenção ao disposto no art. 26, § 3º, do Decreto nº 42.301, de 12/02/2010.

**Art. 4º** - Fica alterada a composição da Comissão Especial para elaboração de termos de referência e projetos básicos e necessários aos editais de licitação no âmbito desta Autarquia, vinculada à Presidência, nos seguintes termos, sob a presidência do primeiro:

JOSE RENATO SOUSA NEVES DE ANDRADE - ID 51008416;

RUY RONALDO TAVARES LIMA - ID 51010488;

LEONARDO BOTELHO QUIRINO - ID 44160453;

BRUNO TARGINO GARCIA - ID 44005989.

**Parágrafo Único** - Fica designado o servidor Ruy Ronaldo Tavares Lima, ID 51010488, como substituto do titular nos seus eventuais impedimentos.



**Art. 5º** - Da presente Portaria será dado imediato conhecimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado de Fazenda.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias PRES-DETRAN/RJ nºs 5.795 e PRES-DETRAN/RJ nº 5.796, ambas de 21 de janeiro de 2020.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2020

**MARCELLO BRAGA MAIA**  
Presidente do DETRAN-RJ

Id: 2254406

**VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**ATO DO PRESIDENTE**

**PORTARIA PRE DER/RJ Nº 23 DE 01 DE JUNHO DE 2020**

**DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DOS PRAZOS PARA RECURSO DE AUTOS DE INFRAÇÃO E O REGIME DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DER-RJ.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER/RJ**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO:**

- o disposto no Decreto nº 47.102, de 01 de junho de 2020, sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência na saúde pública do estado do Rio de Janeiro; e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-160002/001928/2020,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Prorrogar a suspensão temporária do atendimento ao público no Protocolo Geral e no Protocolo de Recebimento de Recursos de Autos de Infração de Trânsito até o dia 05 de junho de 2020.

**§ 1º** - Em razão da suspensão do atendimento ao público, ficarão também suspensos, por igual período, os prazos para recurso de multas aplicadas pelo DER-RJ e indicação de real infrator.

**§ 2º** - O Protocolo Geral permanecerá funcionando internamente, em regime de escala, apenas para recebimento de documentos oriundos de outros órgãos da Administração Pública ou de empresas que possum contrato vigente nesta Fundação.

**Art. 2º** - Os procedimentos de emissão de AET (Autorização Especial de Trânsito), os quais são realizados de forma presencial no edifício sede do DER-RJ, manter-se-ão restritos ao período compreendido entre 10hs e 15hs, somente às terças e quintas-feiras, ou seja, limitados a dois dias na semana.

**Art. 3º** - Manter, até o dia 05 de junho de 2020, o regime de trabalho remoto - home office - para todos os servidores ou contratados que se enquadrem nos grupos de risco ou de cuidado preferencial:

**I** - pessoas acima de 60 (sessenta) anos;  
**II** - portadores de doenças crônicas ou oncológica;  
**III** - pessoas transplantadas;  
**IV** - gestantes e lactantes.

**§ 1º** - O trabalho remoto ocorrerá mediante ciência da chefia imediata e autorização do titular da respectiva diretoria ou setor equivalente.

**§ 2º** - O trabalho remoto deve ser realizado de forma compatível com a respectiva jornada de trabalho do funcionário, devendo o agente público manter-se acessível e disponível durante este período, através de e-mail, telefones de contato e aplicativos de troca de mensagens, sem prejuízo aos serviços de interesse de cada setor.

**Art. 4º** - O funcionamento da sede da Fundação DER-RJ estará condicionado ao regime de escala de seus servidores, que deverão alternar-se entre o trabalho remoto e o presencial, exceto aqueles que se enquadrarem no art. 2º desta Portaria, observando-se, no entanto, integralmente as atividades no âmbito deste órgão, a fim de que não haja a superveniência de prejuízos à Administração Pública.

**Art. 5º** - Os canais do setor de Ouvidoria do DER-RJ permanecerão funcionando exclusivamente através do sítio eletrônico [www.der.rj.gov.br/ouvidoria.asp](http://www.der.rj.gov.br/ouvidoria.asp), até que a situação de emergência seja normalizada.

**Art. 6º** - Esta Portaria é válida até o dia 05 de junho de 2020.

**Art. 7º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2020

**URUAN CINTRA DE ANDRADE**  
Presidente

Id: 2254384

**VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 03.06.2020**

**PROC. Nº E-16/002/007808/2019 - ADJUDICO e HOMOLOGO**, nos termos da legislação em vigor, o Pregão Eletrônico nº 047/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUO DE HIEGINIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES INTERNAS, EXTERNAS E FACHADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS tendo como vencedora a empresa MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI, no valor de R\$ 2.523.473,40 (dois milhões, quinhentos e vinte e três mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

Id: 2254498

**VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**DESPACHOS DO PRESIDENTE  
DE 01.06.2020**

**PROC. Nº SEI-080002/000971/2020** - Consubstanciado nos pareceres da Assessoria Técnica Jurídica (documentos SEI nºs 4549907 e 4550315) e da Auditoria Interna (documento SEI nº 5051410), e diante da manifestação da Diretoria de Operação e Conservação Centro-Sul/Metropolitana (documento SEI nº 5042550), **AUTORIZO** a pavimentação asfáltica na área demarcada.

**PROC. Nº SEI-160002/001432/2020** - Com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com os pareceres da Assessoria Técnica Jurídica e da Auditoria Interna, **AUTORIZO** o Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo do Contrato nº 01/2019, por 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, a contar de 26/06/2020, transferindo seu término para 20/06/2021, cujo objeto consiste na "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE CONSERVAÇÃO RÓTINEIRA DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL PERTENCENTE À FUNDAÇÃO DER-RJ", pela Empresa SINAPE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA., no valor de R\$ 1.558.378,20 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e vinte centavos), ficando **APROVADO** o cronograma físico-financeiro, devidamente assinado.

**PROC. Nº SEI-160002/001434/2020** Com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com os pareceres

da Assessoria Técnica Jurídica (documentos SEI nºs 4630723 e 4661791) e da Auditoria Interna (documento nº 4669346), **AUTORIZO** o Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo do Contrato nº 085/2014, por 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 19/06/2020, transferindo seu término para 15/12/2020, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS REFERENTES A IMPLANTAÇÃO, REMANEJAMENTO OU REALOCAÇÃO DE ELEMENTOS DE PONTOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, pela Empresa CIM SANEAMENTO INSTRUMENTAL LTDA., no valor de R\$ 1.437.374,16 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), ficando **APROVADO** o cronograma físico-financeiro, devidamente assinado.

Id: 2254266

**VICE GOVERNADORIA DO ESTADO  
INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**ATO DA DIRETORA-PRESIDENTE**

**PORTARIA ISP SEI Nº 110 DE 02 DE JUNHO DE 2020**

**PRORROGA DURAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO REMOTO - HOMEOFFICE INSTITUÍDO PELA PORTARIA ISPIRJ 105/2020, NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ISP/RJ, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).**

**A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.329, de 28 de dezembro 1999,

**CONSIDERANDO:**

- que o Estado do Rio de Janeiro reconheceu a situação de emergência em saúde por meio do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020;

- o disposto no §1º, do art. 3º do Decreto Estadual nº 46.980, de 19 de março de 2020;

- que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio do Coronavírus, causador da COVID-19;

- a necessidade de atualizar as medidas adotadas para o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) em decorrência de mortes já confirmadas;

- a prorrogação das medidas de isolamento social estabelecidas pelo Decreto nº 47.102, de 01 de junho de 2020; e

- o constante dos autos do Processo nº SEI-160219/000136/2020,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica prorrogado, a partir do dia 01 de junho de 2020 até o dia 05 de junho de 2020, o prazo previsto no art. 2º da Portaria ISP/RJ nº 105, de 20 de março de 2020, podendo ser novamente prorrogado a critério da autoridade superior.

**Art. 2º** - Ficam mantidas as demais regras estabelecidas na Portaria citada no artigo anterior.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020

**ADRIANA PEREIRA MENDES**  
Diretora-Presidente

Id: 2254314

## Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

**ATOS DO SECRETÁRIO**

**DE 03 DE JUNHO DE 2020**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

**RESOLVE:**

**EXONERAR**, a pedido, **ANA CAROLINA SOUZA CORREIA**, ID FUNCIONAL Nº 5077850-1, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

**EXONERAR ELISEU MIGUEL DO IMPÉRIO**, ID FUNCIONAL Nº 4270892-3, do cargo em comissão de Secretário I, símbolo DAI-4, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

**NOMEAR LEANDRO GOMES DA SILVA** para exercer o cargo em comissão de Secretário I, símbolo DAI-4, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Eliseu Miguel do Império, ID Funcional nº 4270892-3.

**DE 02 DE JUNHO DE 2020**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

**RESOLVE:**

**NOMEAR IZABEL LESSA BARBOSA NOUGUEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5019432-1/1, para exercer, com validade de 01 de junho de 2020, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Acompanhamento e Controle de Contratos, da Subsecretaria de Executiva, da Secretaria de Estado de Educação, em vaga anteriormente ocupada por Sarah da Silva de Alcântara, ID Funcional nº 5036090-6/1. Processo nº SEI-030029/002704/2020. \*Omitido no D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254526

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ATO DA DIRETORA-GERAL**

**PORTARIA SECCG/DGAF Nº 198 DE 01 DE JUNHO DE 2020**

**ALTERA AS COMISSÕES PERMANENTES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA.**

**A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 fevereiro de 2011 e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o consoante no Processo Administrativo nº SEI-120001/005749/2020; e

**CONSIDERANDO** a necessidade, por eficiência, de consolidar o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, e execução de contratos;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Alterar as Comissões de Gestão e Fiscalização, retirando o servidor PAULO ROBERTO VIANNA PORTELLA, ID 5089238-0, designando e substituindo os servidores abaixo, para, sem prejuízo de

suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600/2016, principalmente o que consta no art. 13 (DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES:

**a)** Contrato nº 0005/2020 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 196 DE 15 DE ABRIL DE 2020 - ACQUA-LIMP SOLUÇÕES EM TRATAMENTO DE ESGOTO E INSTALAÇÕES LTDA. DOERJ Id: 5089238-0.

**RAFAEL RUEB - ID: 5098973-1.**

**b)** Contrato nº 0004/2019 e 0005/2019 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 168 DE 08 DE AGOSTO DE 2019 - ELEVADORES IVIMAIA LTDA - EPP e ELEVADORES IVIMAIA LTDA - EPP. DOERJ Id: 2216995

**MARCELO MOTTA, ID 5097783-0**

**c)** Contrato nº 0011/2015 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 174 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019 - Electron Dalmar Ltda-ME. DOERJ Id: 2213532

**RAFAEL RUEB - ID: 5098973-1.**

**d)** Contrato nº 0024/2014 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 169 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 - Leste & Sudeste Serviços Gerais Ltda. DOERJ. DOERJ Id: 2205664

**RAFAEL RUEB - ID: 5098973-1.**

**e)** Contrato nº 0004/2017 e 0005/2017 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 169 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 - Elevadores OTIS. DOERJ Id: 2205322

**RAFAEL RUEB - ID: 5098973-1.**

**f)** Contrato nº 0006/2019 - PORTARIA SECCG/DGAF Nº 169 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 - Pro Ar do Brasil Comércio e Serviços Eireli. DOERJ Id: 2205322

**RAFAEL RUEB - ID: 5098973-1.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01.06.2020.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2020

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

Id: 2254389

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ATO DA DIRETORA-GERAL**

**PORTARIA SECCG/DGAF Nº 199 DE 01 DE JUNHO DE 2020**

**ALTERA A COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO QUE MENCIONA.**

**A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 fevereiro de 2011 e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o consoante no Processo Administrativo nº SEI-120001/003463/2020; e

**CONSIDERANDO** a necessidade, por eficiência, de consolidar o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, e execução de contratos;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Alterar a Portaria SECCG/DGAF nº 195, de 08.04.2020, referente ao Id: 2247886, modificando a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 05/2018, celebrado com a Empresa Libex Serviços e Locação Eireli EPP, designando os servidores abaixo, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600/2016, principalmente o que consta no art. 13 (DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES).

ANTONIO CARLOS NASCIMENTO, ID Funcional 571471-0;  
GIANCARLO SALES TEIXEIRA DE OLIVEIRA, ID 2588903-6; e  
RODRIGO FERREIRA MAGELA PASSOS, ID 5000376-3

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01.06.2020.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2020

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

Id: 2254486

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 29 DE MAIO DE 2020**

**REGULAMENTAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO - IOERJ.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 43.770, de 11/09/2012, através do art. 14, que dispõe ao titular desta Empresa Pública a possibilidade de regulamentação, por meio de normas internas, da utilização dos veículos oficiais no âmbito da IOERJ,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Os veículos automotores, próprios ou locados, a serviço exclusivo da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro são classificados como veículos de serviço, e são destinados, exclusivamente, às atividades comprovadamente necessárias ao serviço público estadual, sendo classificados em:

**I** - SERV 1: em número de 01 (um) - tendo como características: motor 2.0L, modelo com quatro portas, na cor preta;

**II** - SERV 2: em número de 06 (seis) - tendo como características: motor de até 1.5L, modelo quatro portas, na cor branca;

**III** - SERV 3: em número de 03 (2 vans modelo furgão e 1 furgão de menor porte) - veículos de carga e uso misto, com identificação da Empresa, possuidores de características específicas, destinados ao transporte de materiais e carga, para atenderem peculiaridades do serviço de determinado setor.

**Art. 2º** - Os veículos serão utilizados da seguinte forma:

**I** - SERV 1 - estritamente pelo Diretor-Presidente;

**II** - SERV 2 - pelos demais Diretores, Chefe de Gabinete, bem como por empregado, e exclusivamente em serviço, para a realização de atividades externas ou para transporte de expedientes;

**III** - SERV3 - para transporte de materiais e carga, para consecução das atividades inerentes a sua área e, de acordo com a necessidade, pelo Chefe de Serviço, requisitados ao setor de Transportes, onde ficarão custodiados.



**Art. 3º** - A solicitação, a utilização e o controle dos veículos da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ, dar-se-ão nos termos desta Instrução Normativa.

**Art. 4º** - Para os efeitos da presente Instrução Normativa, considera-se:

**I** - CONDUTOR: servidor credenciado responsável pela condução do veículo;

**II** - VEÍCULO OFICIAL: Veículo próprio ou locado, de uso exclusivo da IOERJ.

**Art. 5º** - A Unidade Administrativa responsável pela gestão dos veículos da IOERJ é o Setor de Transportes - SATRA, supervisionado pelo Serviço de Atividades Auxiliares - SEATA, a qual compete:

**I** - promover a manutenção, conservação e controle dos veículos oficiais;

**II** - organizar e manter atualizados os registros dos veículos oficiais próprios;

**III** - organizar e manter atualizados os registros dos veículos oficiais entregues à sua guarda;

**IV** - controlar o consumo de combustível fornecido aos veículos oficiais próprios ou locados sob sua responsabilidade;

**V** - gerenciar os reparos necessários nos veículos oficiais, observando os casos em que a manutenção for considerada antieconômica;

**VI** - providenciar para que os veículos satisfaçam as condições técnicas e os requisitos de segurança exigidos em lei ou regulamento;

**VII** - fiscalizar para que os veículos, próprios ou locados, só sejam autorizados a trafegar com a documentação exigida pelos Órgãos competentes;

**VIII** - zelar pela boa apresentação dos motoristas e veículos;

**IX** - manter atualizados os dados pessoais referentes à habilitação dos motoristas e credenciados;

**X** - coordenar as solicitações de uso dos veículos, otimizando a saída dos veículos para atender a várias missões, quando for o caso.

**Art. 6º** - Para a gestão das frotas, o Diretor-Presidente, quando julgar necessário, poderá designar 01(um) ou mais servidores para a função de Gestor da Frota, devendo tal designação ser comunicada à SUBLOG. Com as seguintes atribuições:

**I** - coordenar e supervisionar os trabalhos do Encarregado de Transporte;

**II** - reportar-se à SUBLOG para assuntos relativos ao controle orçamentário, dotação de veículos oficiais e cadastramento de motorista e quaisquer outros assuntos que demandem resposta ao nível central;

**III** - controlar o fornecimento de combustíveis à sua frota e o consumo das quantidades disponibilizadas para a Empresa;

**IV** - responsabilizar-se pelos cartões de abastecimento e equipamentos de controle eletrônico de consumo de combustível fornecidos pela SUBLOG, registrando as instalações/desinstalações nos veículos, bem como os recolhimentos por avaria do equipamento ou substituição de veículos.

**Art. 7º** - Os motoristas deverão portar obrigatoriamente os documentos: Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir; Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRVL); Credencial para Dirigir Viaturas Oficiais, quando for o caso; Boletim Diário de Transportes (BDT); e, no caso de veículo locado, comprovante do IP-VA pago e cópia do contrato de Locação.

**Art. 8º** - Os veículos oficiais SERV 3, só poderão trafegar com o Boletim Diário de Transporte - BDT, assinado pelo Encarregado de Transportes, expedido a cada utilização do veículo.

**Art. 9º** - É vedado o uso dos veículos em dias que não houver expediente, salvo para eventual desempenho de encargos, de relevante interesse da Empresa ou do serviço público, a critério do Diretor-Presidente, comunicado o setor competente.

**Art. 10** - Os veículos SERV 3, deverão ser recolhidos, ao fim do trabalho, ao Setor de Transportes que os vistoriará, anotando qualquer irregularidade observada.

**Art. 11** - Somente empregados habilitados e devidamente credenciados pelo Setor de Transportes poderão conduzir os veículos oficiais da IOERJ, responsabilizando-se por eles, desde o recebimento da chave até a devolução do veículo àquele Setor.

**Art. 12** - Somente será concedido credenciamento a empregados, não sendo permitida a condução de veículos oficiais por estagiários ou prestadores de serviço, como segue:

**I** - a solicitação de credenciamento será justificada pelo gestor da Unidade Administrativa, que deverá seguir os procedimentos descritos no Anexo I desta Instrução Normativa;

**II** - os condutores respondem administrativamente pelas faltas que porventura venham a praticar e sujeitam-se ao ressarcimento ao erário público e/ ou terceiros, pelos prejuízos causados pela condução negligente ou imprudente, sem prejuízo de outras responsabilizações;

**III** - o condutor não poderá passar a direção do veículo sob sua responsabilidade a outros condutores;

**IV** - ao receber o veículo, o condutor deverá:

a) Obedecer aos dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, estando sujeitos, inclusive, às penalidades nele previstas;

b) Trafegar somente com os acessórios de segurança e todos os equipamentos de sinalização funcionando regularmente;

c) Verificar se o veículo possui combustível suficiente para o deslocamento que irá realizar;

d) Comunicar ao Setor de Transporte toda e qualquer irregularidade relacionada ao veículo, sob pena de responder pelos danos ou avarias identificados pela vistoria após a entrega do automóvel;

e) Responsabilizar-se pelas infrações de trânsito praticadas, quando na condução de veículos pertencentes à frota da IOERJ;

f) Preencher o formulário BDT, em todas as conduções de veículo que efetuar, bem como o formulário de vistoria de veículos ao final de cada mês;

**V** - Em caso de cassação ou suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e de aplicação de multa, comunicar, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao Setor de Transportes;

**VI** - Todos os condutores deverão assinar o Termo de Responsabilidade por Utilização de Veículo (Anexo II).

**Art. 13** - Ao receber uma notificação de infração de trânsito, o Setor de Transporte deverá identificar o infrator, providenciar a coleta de sua assinatura no Auto de Notificação e, encaminhar seus dados aos Órgãos de Trânsito e ao Serviço de Recursos Humanos.

**Art. 14** - É terminantemente proibido o uso de veículo oficial a empregado afastado por qualquer motivo do exercício da respectiva função.

**Art. 15** - O abastecimento dos veículos do Grupo II deverá ocorrer, obrigatoriamente, em postos de abastecimento cadastrados pela SUBLOG, tendo instalado o equipamento de controle eletrônico de consumo de combustível ou usando cartão magnético de abastecimento fornecido pela SUBLOG, conforme o caso.

**Art. 16** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 02 de junho de 2020

FRANCISCO VIÉGAS  
Diretor-Presidente

#### ANEXO I

#### PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE CONDUTORES

##### Setor de Transportes:

1. Analisar a real necessidade de credenciamento;
2. Selecionar empregado responsável, habilitado e capacitado;
3. Preencher uma CI solicitando o credenciamento;
4. Anexar à CI, fotocópias da Carteira Nacional de Habilitação - CNH e do Contracheque do empregado, candidato ao credenciamento;
5. Encaminhar a CI com todos os documentos ao(s) Gestor(es) da Frota;
6. Encaminhar a credencial ao requerente.

#### ANEXO II

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE POR UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO.

Pelo presente instrumento de TERMO DE RESPONSABILIDADE POR UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, de um lado a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.542.017/0001-90, estabelecida à Rua Professor Heitor Carilho, nº 81, CEP: 24.030-230, neste ato Representada pela Chefia da Seção de Transportes, Sr. \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, no final assinado, doravante denominada simplesmente "IOERJ" e de outro lado \_\_\_\_\_, admitido em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, exercendo a função de \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira Nacional de Habilitação \_\_\_\_\_, Categoria \_\_\_\_\_, com validade até \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado (a) "FUNCIONÁRIO" tem entre si, justo e contratado o que a seguir especificam:

**Cláusula Primeira** - Do Objeto Cláusula Primeira. O presente Termo tem como objetivo regular o uso do veículo marca \_\_\_\_\_ ano de fabricação/modelo \_\_\_\_\_, placa \_\_\_\_\_, chassi nº \_\_\_\_\_, pertencente a empresa \_\_\_\_\_ e próprio/locado à IOERJ de acordo com os termos do Contrato nº \_\_\_\_\_, que o CONDUTOR acima qualificado recebe da IOERJ em perfeito estado de funcionamento para o exercício de suas funções, conforme Termo de Vistoria constante da Cláusula Sexta.

**Cláusula Segunda** - A utilização do veículo acima se destina ao exercício exclusivo das atividades inerentes à função. O uso fora dessas condições será passível de cobrança das despesas geradas decorrentes de tal uso, bem como de sanções administrativas.

**Cláusula Terceira** - A utilização do veículo por empregado, por necessidade do serviço deverá ser devidamente registrado pelo responsável, a fim de subsidiar possíveis processos de ressarcimento de multas.

**Cláusula Quarta** - Para o exercício das atividades inerentes à função, os encargos e despesas com abastecimento e pedágio ficam a cargo da IOERJ. Os encargos e despesas com manutenção, licenciamento e seguro estão a cargo da empresa proprietária do veículo acima mencionada.

**Cláusula Quinta** - O CONDUTOR se compromete a realizar a conferência diária da quilometragem e do estado de conservação do veículo, concordando desde já em informar, de imediato, à Seção de Transportes todo e qualquer dano ou avaria.

**Cláusula Sexta** - O CONDUTOR declara para todos e devidos fins ter recebido, nesta data, o veículo supracitado (remissão à Cláusula Primeira - Do Objeto), de acordo com o Termo de Vistoria, comprometendo-se à:

a. Zelar pela conservação do veículo;

b. Comunicar diretamente à Seção de Transportes da IOERJ a necessidade de manutenção ou conserto do veículo, a quem caberá providenciar o devido serviço;

c. Comunicar, imediatamente, a IOERJ qualquer ocorrência relacionada ao veículo, tais como, danos, avarias, roubo ou furto;

d. Prestar contas ou devolver o veículo por solicitação da Seção de Transportes da IOERJ para troca do mesmo;

e. Comunicar, imediatamente, à Seção de Transportes da IOERJ em caso de recebimento de multa por qualquer tipo de infração de trânsito;

f. Responsabilizar-se pelo pagamento e/ou ressarcimento das multas decorrentes de infração de trânsito de sua responsabilidade;

g. Abastecer o veículo em postos segundo a orientação da Seção de Transportes da IOERJ, considerando o combustível preferencial indicado para o veículo;

h. Nos casos de deslocamentos fora das atividades inerentes à função, controlar o consumo de combustível conforme modelo em anexo e realizar o correspondente abastecimento, de acordo com o consumo médio do veículo lançado no modelo;

i. Nos casos de deslocamentos fora das atividades inerentes à função, utilizar as cabines convencionais de pedágio onde não estejam instalados sistemas de livre trânsito;

j. Não utilizar o veículo para deslocamentos fora do Estado do Rio de Janeiro, salvo se houver liberação formal, por escrito da IOERJ;

k. Devolver o veículo à Seção de Transportes da IOERJ em caso de férias e/ou afastamento da empresa por período superior à 5 (cinco) dias e;

l. Devolver o veículo, imediatamente, à Seção de Transportes da IOERJ em caso de rescisão de contrato com a empresa proprietária.

**Parágrafo Único** - Em caso de danos ou avarias no veículo, decorrentes de negligência ou má utilização do mesmo, que não venham a ser coberto pela empresa contratada, bem como o recebimento de multas por infração de trânsito, o CONDUTOR autoriza a IOERJ a proceder ao desconto em folha de pagamento do valor correspondente, após a devida assinatura do competente Termo de Confissão de Dívida.

**Cláusula Sétima** - As cláusulas e/ou condições ora pactuadas somente poderão ser revistas, suprimidas e/ou revogadas no todo ou em parte a critério da IOERJ, mediante a celebração de novo Termo de Responsabilidade.

**Cláusula Oitava** - O CONDUTOR autoriza a comunicação à empresa contratada quanto a sua assunção de responsabilidade pelo uso do veículo assinalado na Cláusula Primeira. Da mesma forma, a IOERJ se responsabiliza por comunicar a empresa contratada toda e qualquer alteração ou a extinção do presente Termo;

**Cláusula Nona** - O presente Termo terá início a partir da data de sua assinatura, podendo ser revogado ou alterado a qualquer tempo, a pedido do CONDUTOR, da IOERJ ou em caso de necessidade de substituição do veículo.

**Parágrafo Único** - Dar-se-á como automaticamente extinto o presente Termo na ocorrência das seguintes hipóteses: mudança de função cuja utilização do veículo deixe de ser necessária; determinação ou liberalidade da IOERJ; substituição do veículo; e extinção, cessação ou rescisão do contrato de trabalho.

E por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas e condições ora pactuadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, sendo uma delas entregue ao CONDUTOR.

Niterói, RJ, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Condutor autorizado

Chefe da Seção de Transportes  
Representante da IOERJ

Id: 2254431

#### IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

\*PORTARIA PR-Nº 69 DE 01 DE JUNHO DE 2020

EXONERA SERVIDOR DO CARGO QUE MENCIONA.

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO**, Empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 37, V, do Estatuto Social desta Empresa,

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº SEI-120079/000297/2020,

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Exonerar RODRIGO BARBOSA DE SOUZA, matrícula nº 1917, do cargo de Auxiliar de Divisão da Diretoria Industrial, símbolo CC-09, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 01 de junho de 2020

FRANCISCO LUIZ DO LAGO VIÉGAS  
Diretor-Presidente

\*República por incorreção no original publicada no D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254471

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO  
D.O DE 29/05/2020  
PÁGINA 07- 1ª COLUNA

DESPACHO DO DIRETOR  
DE 27/05/2020

Proc. nº SEI-120211/000238/2020

Onde se lê: ... nos períodos de 02/01/1987 a 08/09/1999 ... totalizando 1995 dias de efetivo exercício.

Leia-se: ... nos períodos de 02/01/1997 a 08/09/1999... totalizando 2315 dias de efetivo exercício.

Id: 2254383

#### Secretaria de Estado de Fazenda

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 27.05.2020

**PROCESSO Nº SEI-040204/46/2020** - ROBSON DE SOUZA CHAGAS JUNIOR - AUTORIZO o gozo da licença para desempenho de estágio probatório, com validade de 30.01.2020, em conformidade com artigo 1º, da Lei nº 7.333/2016, bem como no item XIII da Resolução nº 109/2008 e vedado pelo artigo 37, inciso XVI da CRF.

Id: 2254348

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DO SUPERINTENDENTE  
PORTARIA SUT Nº 312 DE 03 DE JUNHO DE 2020

**FORNECE DADOS PARA O CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 08 A 14 DE JUNHO DE 2020.**

**O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Cláusula Segunda do Convênio ICMS 15/90, de 30 de maio de 1990,

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 08 a 14 de junho de 2020, em dólares, é a seguinte:

Valor da saca de 60 Kg em Dólar	
CAFÉ ARÁBICA	CAFÉ CONILLON
US\$ 121,5000	US\$ 69,0000

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

EDUARDO DOS SANTOS MELO  
Superintendente de Tributação

Id: 2254410



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA	
RETIFICAÇÃO D.O. DE 03/06/2020 PÁGINA 08 - 1ª COLUNA	
Onde se lê:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES QUARTA CÂMARA
Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 09 de junho de 2020, às 12h30min ...	
Leia-se:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA
Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 09 de junho de 2020, às 12h30min...	
Onde se lê:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES QUARTA CÂMARA
Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 10 de junho de 2020, às 12h30min...	
Leia-se:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA
Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 10 de junho de 2020, às 12h30min...	
Id: 2254350	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES QUARTA CÂMARA	

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 10 de junho de 2020, às 13h, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCERJ nº 039, de 04/05/2020.

Recurso: 75.801/RO - Processo nº E-04/211/015307/2019 - Interessada: FIMATEC COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Recorrente: PRIMEIRA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Antonio Lopes Caetano Lourenço - Representante da Fazenda: Cláudia Freze da Silva.

Recursos: 75.932 e 75.933/RO's - Processos nºs E-04/211/020325/2019 e E-04/211/020326/2019 - Interessada: DAI NI SEIKI GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - Recorrente: DÉCIMA TERCEIRA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Alex Gabriel Siveris da Rosa - Representante da Fazenda: José Bessa Nogueira.

Recurso: 75.743/RO - Processo nº E-04/211/018971/2019 - Interessada: TINSEI COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - Recorrente: SEXTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Charley Francisoni Velloso dos Santos - Representante da Fazenda: Cláudia Freze da Silva.

Recurso: 75.702/RO - Processo nº E-04/211/016875/2019 - Interessada: IGOR INGLE KERCKHOFF - Recorrente: DÉCIMA TERCEIRA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Gustavo Kelly Alencar - Representante da Fazenda: José Bessa Nogueira.

NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ, com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23/06/2017, publicada no D.O. de 27/06/2017, fls. 08/09: "...os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação."

Id: 2254326	
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA	
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE	
ATO DO DIRETOR DE 02/06/2020	
APOSENTA, a pedido, REINALDO FERREIRA, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID 19411235/1, da Administração Direta do Governo do Estado RJ, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, fixando os proventos com validade a partir de 29/05/2020. Proc. nº PD-04/135.480/2020.	
Id: 2254317	

### Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR	
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 03.06.2020	
PROCESSO Nº SEI-350192/000827/2020 - AUTORIZO a despesa, de acordo com o que estabelece o § 1º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287/79, em favor da empresa COMERCIAL MILANO DO BRASIL LTDA (01.920.177/0001-79), referente à AQUISIÇÃO DE PESCADO PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO DO EFETIVO DA SEPM, no valor total de R\$ 1.871.944,80 (um milhão, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), Pregão Eletrônico nº 021/2020.	
Id: 2254394	
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE SAÚDE	
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 05.05.2020	
PROCESSO Nº E-09/108/000111/2019 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 12/2020 e AUTORIZO a despesa em favor da Empresa E. TAMUSSINO & CIA LTDA, CNPJ nº 33.100.082/0001-03, vencedora do item 01, com o valor total registrado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).	
Id: 2254334	

### Secretaria de Estado de Polícia Civil

CORREGEDORIA GERAL	
ATO DO CORREGEDOR-GERAL DE 01/06/2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor BERNARDO MOUTINHO LIMA, inspetor de Polícia, matrícula nº 959.012-6, para apurar a prática, em tese, da transgressão disciplinar descrita no art. 14, incisos III, IX, XI, XV (deslealdade), XXXIV e XXXV, este c/c o artigo 10, incisos XIII e XV, do Decreto-Lei nº	

218/75, e também no artigo 52, inciso IX, c/c o artigo 39, incisos VI e VII, e no artigo 52, inciso I c/c o artigo 40, inciso XII, todos do Decreto-Lei nº 220/75. Processo nº E-36/219/267/2019 (PAD 09/2020).

Id: 2254310	
CORREGEDORIA GERAL	
ATO DO CORREGEDOR-GERAL DE 01/06/2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar, em face do servidor IRANILDO CAMPOS JUNIOR, inspetor de Polícia, matrícula nº 888.870-3, para apurar a hipótese de abandono de cargo, apontada pelo Departamento Geral de Gestão de Pessoas da SEPOL, com fulcro no §1º, do artigo 52 do Decreto-Lei nº 220/75, podendo ensejar a pena de demissão na forma do inciso V, do artigo precitado. Processo nº SEI-360320/000121/2020 (PAD 10/2020).	
Id: 2254311	
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL	
DESPACHOS DO SECRETARIO DE 03/06/2020	
PROC. Nº SEI 36-227/007/2020 - RAPHAEL VASCONCELOS CABRAL, ID Funcional nº 4.371.877-9 - período base: 04/02/2016 a 02/04/2020, 03 meses. <b>CONCEDO</b> Licença-Prêmio.	
PROC. Nº SEI 36/116/034/2020 - AGATA CONTAGE LOUREIRO, ID Funcional nº 564.986-2 - <b>ANOTE-SE</b> , para fins de aposentadoria, o tempo de serviço de efetivo exercício em atividades vinculadas ao regime da Previdência Social,584 dias.	
Id: 2254331	

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL	
DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 02/06/2020	
PROC. Nº SEI-36/286/000008/2019 - CARLOS ROBERTO FERREIRA LIMA, Técnico Policial de Necropsia, ID 2.992.864-8 - <b>TORNA SEM EFEITO</b> o Despacho de 03/05/1998, publicado no DOERJ de 07/05/1998, através do Proc. Memo nº 00049/541-97, que concedeu férias em dobro referentes aos exercícios de 1981, 1982, 1984 a 1991, face não terem sido utilizadas para Abono de Permanência	
PROC. Nº SEI-36/286/000008/2019 - CARLOS ROBERTO FERREIRA LIMA, Técnico Policial de Necropsia, ID 2.992.864-8 - <b>TORNA SEM EFEITO</b> o Despacho de 28/11/1997, publicado no DOERJ de 05/12/1997, através do Proc. Memo nº 00049/541-97, que concedeu férias em dobro referentes aos exercícios de 1993 e 1995, face não terem sido utilizadas para Abono de Permanência	
PROC. Nº SEI-36/286/000008/2019 - CARLOS ROBERTO FERREIRA LIMA, Técnico Policial de Necropsia, ID 2.992.864-8 - <b>TORNA SEM EFEITO</b> o Despacho de 16/11/1999, publicado no DOERJ de 23/11/1999, através do Proc. nº E-09/00358/1837/99, que concedeu férias em dobro referentes aos exercícios de 1996 e 1997, face não terem sido utilizadas para Abono de Permanência	
PROC. Nº SEI-36/286/000008/2019 - CARLOS ROBERTO FERREIRA LIMA, Técnico Policial de Necropsia, ID 2.992.864-8 - <b>TORNA SEM EFEITO</b> o Despacho de 06/12/2002, publicado no DOERJ de 12/12/2002, através do Proc. nº E-09/263/1837/2002, que concedeu férias em dobro referentes ao exercício de 1998, face não terem sido utilizadas para Abono de Permanência	
Id: 2254299	

SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 03/06/2020	
PROC. Nº E-36/299/057/2019 - ALESSANDRA MATTOS VALLE, ID Funcional nº 4.364.914-9 - período base: 20/01/2015 a 18/01/2020, 03 meses.	
PROC. Nº E-36/105/042/2019 - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA FAGUNDES, ID Funcional nº 5.033.084-5 - período base: 28/07/2014 a 26/07/2019, 03 meses.	
PROC. Nº E-36/105/029/2019 - WALDIR TARDELLI FILHO, ID Funcional nº 613.067-4 - período base: 03/05/2013 a 01/05/2018, 03 meses.	
CONCEDO LICENÇA-PRÊMIO	
Id: 2254337	

### Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
ATOS DO SECRETÁRIO DE 18.05.2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados no Processo nº SEI-21/080.018/2020, em face do servidor ISAP LUIS EVANGELISTA DE MELLO, ID nº 4318829-0.	
DE 22.05.2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados no Processo nº SEI-210064/000159/2020, em face do servidor ISAP PEDRO AMÉRICO SILVEIRA CARVALHO, ID. Funcional nº 4336865-4.	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados no Processo nº SEI-210025/000665/2020, em face da servidora Auxiliar de enfermagem, ELSA MIRANDA DE MATTOS, IDF nº 1974845-0.	
DE 25.05.2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados no Processo nº SEI-21/087.100061/2018, em face dos servidores GLEICI RENATA MARTINS DA COSTA MENEZES DOS SANTOS, ID 4420972-0; DANIELE PEREIRA FRAGOSO, ID 1991655-8; MIGUEL ÂNGELO DE SOUZA COUTINHO, ID. 1963348-3 e JOÃO LUIZ MENDONÇA DOS SANTOS, ID. 1966299-8.	
DE 27.05.2020	
INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos narrados no Processo nº SEI-21/100.100012/2018, em face dos servidores FLÁVIO DOS SANTOS, IDF 2010174-0; LUIZ CLAUDIO VILELA COUTINHO, ID. 5708713-3; HUMBERTO SOARES PINTO DA SILVA, IDF 1998327-1 e GLAUCO BALTHOR DO AMARAL, ID. 4356636-7.	
Id: 2254382	

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 25.05.2020	
PROCESSO Nº SEI-21/0037/000160/2020 - SHIRLEY COUTINHO E SILVA, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula nº 816.129-1 ID. Funcional: 1978214-4. <b>CONCEDO</b> o Abono de Permanência, nos termos do art. 40º no § 1º, inciso III, alínea "a" e o § 19º, CFRB/1988, faz jus ao Abono de Permanência com efeitos a contar do período 13/05/2018.	
PROCESSO Nº SEI-21/0053/000180/2020 - LUIZ CLAUDIO VEIGA DE SOUZA, ISAP, Matrícula nº 822.362-0 ID. Funcional: 2005244-8. <b>CONCEDO</b> o Abono de Permanência, nos termos do art. 40º no § 1º, inciso III, alínea "a" e o § 19º, CFRB/1988, faz jus ao Abono de Permanência com efeitos a contar do período 07/02/2020.	
Id: 2254355	

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA GERAL CORREGEDORIA GERAL	
ATOS DA CORREGEDORA DE 13.05.2019	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor CARLOS EDUARDO DE FREITAS, ID 50002490. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210006/000478/2020	
DE 20.05.2019	
DESIGNA, como Sindicante, a servidora ELIZABETH RODRIGUES DA SILVA, ID 43714617. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210006/000501/2020	
Id: 2254379	
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL COORDENAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS DO GRANDE RIO	
ATO DO COORDENADOR DE 24.04.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor EDNILSON DE AZEVEDO HUMELINO, ID 19989865, em substituição a servidora ALINE XAVIER DA SILVA, ID 50295195. Processo nº SEI-210059/000370/2020.	
PRESÍDIO JOSÉ FREDERICO MARQUES	
ATO DO DIRETOR DE 21.05.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor CLAUDIO LUIS DE O.COSTA, ID 20099487, em substituição a servidora SABRINA DE OLIVEIRA ASSUMPÇÃO, ID 42702364. Processo nº SEI-210052/001075/2020.	
Id: 2254380	

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA E ABASTECIMENTO COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTO E DISTRIBUIÇÃO	
ATO DO COORDENADOR DE 08.05.2020	
DESIGNA, como Sindicante, a servidora MARIA HELENA DE MELO GARCEZ, ID 41962273. Fixa o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, para a conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210104/000041/2020.	
Id: 2254381	

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE GESTÃO OPERACIONAL COORDENAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS DO GRANDE RIO	
ATO DO COORDENADOR DE 26.03.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor EDNILSON DE AZEVEDO HUMELINO, ID 19989865. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210059/000382/2020.	
PRESÍDIO MILTON DIAS MOREIRA	
ATOS DO DIRETOR DE 11.05.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor TARCÍSIO RIBEIRO DA SILVA, ID 50102800. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210011/000265/2020	
DE 19.05.2020	

DESIGNA, como Sindicante, o servidor TARCÍSIO RIBEIRO DA SILVA, ID 50102800. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210011/000283/2020	
CADEIA PÚBLICA COTRIN NETO	
ATOS DO DIRETOR DE 15.05.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor VINICIUS RIBEIRO DA COSTA FAZOLO, ID 50236784. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210016/000520/2020.	
DE 19.05.2020	
DESIGNA, como Sindicante, o servidor VINICIUS RIBEIRO DA COSTA FAZOLO, ID 50236784. Fixa, desde logo, o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos. Processo nº SEI-210016/000491/2020.	

Id: 2254377	
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA ADJUNTA DE INFRAESTRURA SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL DE 02.06.2020	
PROCESSO Nº SEI -210036/000113/2020 - Resultado de apuração de responsabilidade <b>CONCLUIU</b> que não foi comprovada a irregularidade que possa ser atribuída a servidor desta pasta visto que a responsabilidade de concurso para a ausência de cobertura contratual atual bem como para gerar a situação emergencial recai majoritariamente na morosa análise do Edital pelo Egrégio Tribunal de Contas.	
Id: 2254280	
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
ATA 26ª DA SESSÃO DELIBERATIVA	

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos realizou-se a Sessão Deliberativa do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, através do site zoom.us/meeting, conforme autorizado pelo Decreto nº 46.979/2020, sob a presidência do Doutor Bruno da Silva Rodrigues e secretariada pela Diretora de Secretaria Gessica Machado dos Santos Mesquita. Consignar as presenças. Reuniram-se os conselheiros: Fernanda Prates Fraga, Gabriel Bustamante Pires Leal, Wagner de Oliveira, Júlio César Lima dos Santos, Roberta Dias Laplace, Leonardo Monteiro Villarinho, Fábio de Almeida Cascardo, Eduardo Costa Linhares,Marlon Vinicius de Souza Barcellos, Leonardo Rosa Melo da Cunha, Roberto de Assis Almeida Conceição, César Augusto Spezin Kuhner de Oliveira, Elizabeth Rodrigues Félix, Paulo Horn, Eunice da Silva Cavalcante, Claudia Maria Pires da Mota, Fátima Elisabeth de Souza Silva, conforme atesta a lista de presença subscrita em apartado. Verificada a existência de quórum regimental, o presidente declarou aberta a Sessão e submeteu a leitura da Ata nº 25 da sessão do dia 19.05.2020, sendo aprovada pelo Colegiado por unanimidade. Em seguida, a conselheira Fernanda Prates compartilhou com o Colegiado convite realizado pela frente Estadual pelo desencarceramento para que o Conselho Penitenciário, na pessoa da vice-presidente, componha o grupo que avaliará se existem indícios mínimos para prosseguimento da denúncia enviados pela Plataforma Desencarcera - RJ. Nesse momento, o presidente solicitou que a conselheira participe da primeira reunião para conhecer o trabalho a ser desenvolvido e para posterior avaliação sobre existência de impedimento de participação do CPERJ na pessoa



da Vice-Presidente. O presidente apresentou aos conselheiros a Portaria SEAP/SG nº 17, de 19/05/2020, que trata da questão do monitoramento eletrônico, Processo nº SEI-21/0067/000232/2020. Após longo debate sobre o tema, o Colegiado deliberou no sentido de que seja verificado se já houve relatório de conclusão dos trabalhos. O conselheiro Leonardo Rosa mostrou relatório do SIPEN com dados estatísticos de mortes no sistema dos presos no ano passado e nesse ano (comparando os mesmos períodos). Também informou que no Rio de Janeiro não saiu quase nenhum apenado de acordo com a recomendação 62 do CNJ. Prosseguindo, a conselheira Fernanda Prates Fraga foi informada pela advogada do apenado, falecido no presídio João Carlos da Silva, que este não apresentava sintomas da Covid-19. O conselheiro Marlon Barcellos compartilhou dados de apenados e servidores com a Covid-19. Em seguida, a conselheira Elizabeth Félix expôs sua preocupação quanto aos mandados de busca e apreensão que estão sendo expedidos pela VEP às Unidades Prisionais para apreensão do exame criminológico, embora exista a impossibilidade de realização nesse momento de pandemia, tendo em vista a vedação pelos Sindicatos das Categorias dos Psicólogos e dos Assistentes Sociais do atendimento por videoconferência, associado ao reduzido quadro técnico. Após longo debate sobre o tema restou acordado, por maioria, que será encaminhado ofício ao Exmo. Senhor Juiz da Vara de Execuções Penais e ao Secretário da SEAP/RJ sugerindo a adoção de medidas alternativas. Nesse sentido, restou acordado, por maioria, ficando vencidos os conselheiros Júlio César Lima dos Santos e Roberta Laplace, ambos representantes do Ministério Público Estadual. O conselheiro Júlio César Lima dos Santos, antes dessa votação, se manifestou no sentido de que, em se tratando de decisão judicial, com atuação de defesa técnica, entendia que o enfrentamento da decisão deveria ser feito pelas partes legítimas, através dos meios jurídicos disponíveis. Não se mostrava adequada a atuação do Conselho Penitenciário oficiando ao Juiz da VEP, como proposto pelos Conselheiros Leonardo Rosa Melo da Cunha e pela Fernanda Prates Fraga. Por fim, os Conselheiros acordaram em convidar o Dr. Rafael Estrela, Juiz da VEP, para realizar um debate por videoconferência sobre o tema. Nada mais havendo tratar, a sessão foi encerrada às doze horas e trinta minutos, foi lavrada a presente ata pela Diretora de Secretaria Gessica Machado dos Santos que a subscreve juntamente com o presidente Bruno Silva Rodrigues, ficando consignado que a conselheira Sônia Regina Soares de Oliveira não compareceu à sessão, justificadamente.

**BRUNO SILVA RODRIGUES**  
Presidente do Conselho Penitenciário

**GESSICA MACHADO DOS SANTOS MESQUITA**  
Diretora de Secretaria

**Id: 2254376**

**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

**ATO DO SUPERINTENDENTE**  
**DE 01.06.2020**

**DESIGNA JULIO CESAR BARBOSA DE ALCANTARA**, Id. 43547443, para exercer a função de Agente de Pessoal da Unidade Administrativa nº 12507204120 (Cadeia Pública Pedro Mello), da Coordenação das Unidades Prisionais de Gerició, contando atualmente com 46 (quarenta e seis) servidores, na vaga decorrente da dispensa da servidora, **MARCIA DIAS QUEIROZ**, Id 4196043-2, com validade a contar de 11/05/2020. Processo nº SEI-210047/000195/2020

**Id: 2254354**

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS**

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**  
**DE 29/05/2020**

**PROCESSO Nº SEI-210026/000187/2020 - LUIZ CARLOS LUIZ**, ID 1993256-1, **DEFIRO** a desavervação do tempo de serviço prestado ao REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, nos períodos de 11/12/89 a 04/03/91 e de 03/01/94 a 28/05/94, no total de 595 dias de efetivo exercício, despacho de 24/07/14, publicado no D.O. de 30/07/14, através do Processo nº E-21/047.225/2014.

**Id: 2254368**

## Secretaria de Estado de Defesa Civil

**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL**

**DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS**  
**DE 02.06.2020**

**PROCESSO Nº SEI-27/132/000557/2019 - DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AUTORIZO** a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE DENTÍSTICA, RADIOLOGIA E RESINAS, com fulcro no art. 11 da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.02, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.857, de 27.06.2014 c/c o art. 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

**PROCESSO Nº SEI-27/132/001658/2019 - DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AUTORIZO** a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS RADIOLÓGICOS (FILMES, REVELADOR E FIXADOR), com fulcro no art. 11 da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.02, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.857, de 27.06.2014 c/c o art. 15, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

**Id: 2254277**

## Secretaria de Estado de Saúde

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**

**ATO DO DIRETOR EXECUTIVO**

**PORTARIA FS/DE Nº 185 DE 03 DE JUNHO DE 2020**

**REQUISITA OS BENS E SERVIÇOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS NOS HOSPITAIS DE CAMPANHA SOB GESTÃO DO INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no exercício das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 5.164.2007, alterada pela Lei Estadual nº 6.304/2012, os arts. 10 e 43, Parágrafo Único, II, da Lei nº 5.427/2009, e o art. 1º, do Decreto nº 47.103/2020;

### CONSIDERANDO:

- o Decreto Estadual nº 47.103, de 02 de junho de 2020, que determinou a intervenção nos hospitais de campanha sob a gestão do Instituto de Atenção Básica à Saúde - IABAS, com seu imediato afastamento, bem como indicou a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro como responsável pela execução da intervenção e estabeleceu que esta deverá requisitar os bens e serviços necessários ao combate à pandemia da COVID-19;

- as irregularidades amplamente repercutidas na imprensa a respeito do atraso na montagem e deficiência na gestão dos Hospitais de Campanha sob a responsabilidade do Instituto de Atenção Básica à Saúde - IABAS;

- a necessidade de atuação célere e coordenada, diante da excepcionalidade do atual estado de pandemia ocasionada pelo surto de Coronavírus (2019-nCoV ou CoVID-19), assim reconhecida pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, resultando na declaração do estado de emergência em saúde de importância internacional (ESPIN) pela Portaria do Ministério da Saúde nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, e no estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, a ensejar aumento exponencial da demanda assistencial e a necessidade de rápida disponibilização dos hospitais de campanha à população fluminense;

- o risco iminente de lesão ao interesse público e à segurança do serviço, bem como à incolumidade dos usuários do sistema público estadual de saúde, que motivam a adoção de providências urgentes e autoexecutórias; e

- o que determinam os arts. 5º, XXV, CRFB/88, 43, caput e Parágrafo Único, II, da Lei Estadual nº 5.427/2011, 15, XIII, da Lei nº 8.080/90, 3º, VII, da Lei Federal nº 13.979/2020, art. 2º do Decreto Estadual nº 46.966/2020, para utilização temporária de bem ou serviços do IDAB, desde que se proceda à indenização justa e posterior;

### RESOLVE:

**Art. 1º** - Ficam requisitados serviços, insumos, bens e demais instrumentos disponíveis e necessários à continuidade da prestação do serviço de saúde nos hospitais de campanha sob gestão do Instituto de Atenção Básica à Saúde - IABAS, resguardando-se o direito à indenização por meio de termo de ajuste de contas.

**Art. 2º** - Notifique-se imediatamente a organização social sobre a presente decisão.

**Art. 3º** - A Fundação Saúde fica responsável por providenciar as medidas necessárias à transição da gestão hospitalar.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2020.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

**ROSSI MURILO DA SILVA**  
Diretor Executivo da Fundação Saúde

**Id: 2254482**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO**  
**DE 02.06.2020**

**PORTARIA/FS/DE Nº 181/2020 - EXONERA MARCOS ALVES CORREIA**, Id Funcional nº 4279065-4, a contar de 02/06/2020, do cargo em comissão de Diretor-Geral com lotação no Hospital Estadual Anchieta - HEAN, da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**PORTARIA/FS/DE Nº 182/2020 - EXONERA ULISSES DE OLIVEIRA MELO**, a contar de 02/06/2020, do cargo em comissão de Diretor-Assistencial, com lotação no Hospital Estadual Anchieta - HEAN, da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**PORTARIA/FS/DE Nº 183/2020 - EXONERA RENATA GONÇALVES KASAKEWITCH**, Id Funcional nº 5010203-6, a contar de 02/06/2020, do cargo em comissão de Diretora Administrativo e de Recursos Humanos, com lotação no Hospital Estadual Anchieta - HEAN, da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**Id: 2254333**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO DIRETOR EXECUTIVO**  
**DE 02.06.2020**

**PORTARIA/FS/DE Nº 184/2020 - EXONERA EDUARDO PEREIRA MARQUES**, Id Funcional nº 2573137-8, a contar de 01/06/2020, do cargo de livre provimento de COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE, símbolo CD, da Diretoria Técnica Assistencial, da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**Id: 2254403**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO SAÚDE**

**DESPACHOS DA DIRETORA-EXECUTIVA**  
**DE 03/04/2020**

**\*PROCESSO Nº SEI-080007/1225/2020 - AUTORIZO** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 025/2020 no valor total R\$ 18.565,68 (dezoito mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e a emissão da Nota de Empenho nº 2020NE00746, em favor da Empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, para a aquisição de medicamentos Alcool 70º e Antibióticos, para atender as Unidades sob Gestão da Fundação Saúde, de acordo com o art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e § 1º do art. 4º, da Lei nº 13.979/2020.

**\*PROCESSO Nº SEI-080007/1225/2020 - RATIFICO** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 026/2020 no valor total R\$ 268.403,22 (duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e três reais e vinte e dois centavos. Nota de Empenho nº 2020NE00745, em favor da Empresa AVANTE BRASIL COMÉRCIO EIRELI ME, para a aquisição de medicamentos, para atender as Unidades sob Gestão da Fundação Saúde, de acordo com o art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e § 1º do art. 4º, da Lei nº 13.979/2020.

\*Omitidos no D.O. de 05/05/2020.

**Id: 2254308**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO SAÚDE**

**DESPACHO DA DIRETORA-EXECUTIVA**  
**DE 03/04/2020**

**PROCESSO Nº SEI-080007/001225/2020 - TORNA SEM EFEITO** a publicação do Despacho no DOERJ de 27/04/2020, Ano XLIV - nº 073 - Parte I, página 10, em relação aos Ratifco de Dispensa de Licitação nº 025/2020 e 026/2020, em razão de ter sido publicado equivocadamente.

**Id: 2254313**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 048/2020. **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 47/2019. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa LABMEDIC COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS, com fornecimento de equipamentos automáticos e semiautomáticos, em sistema de comodato, incluindo assistência técnica/manutenções preventivas e corretivas, consumíveis, soluções de lavagens, controles e calibradores para realização do exame de gasometria (PO2, PCO2, PH), eletrólitos (Na, K+, Ca2, Cl), metabólicos (lactato), além da dosagem de hemoglobina e saturação de O2 (Item 01), para atender o HEMÓRIO. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do instrumento no DOERJ. **VALOR TOTAL REGISTRADO:** R\$ 96.127,80 (noventa e seis mil cento e vinte e sete reais e oitenta centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 03/06/2020. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-08/007/719/2019.

**Id: 2254358**

**DROGAS, DIGA NÃO**

## Secretaria de Estado de Educação

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE**  
**DE 26/05/2020**

**PROCESSO Nº SEI-030022/003726/2020 - ANTONIO LUIZ PIANCO LIMA**, Identidade Funcional 50371649/1, Agente Socioeducativo Masculino. **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Especial relativos ao período base de 26/03/2015 a 24/04/2020.

**DE 02/06/2020**

**PROCESSO Nº SEI-03/033/002859/2019 - GILCÉA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO VIEIRA**, Identidade Funcional: 5782139/2, Prof. Doc. I. **AVERBEM-SE**, nos termos do § 9º, do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, os períodos de 08/11/1982 a 24/09/1983; 01/11/1983 a 29/05/1984; 18/06/1984 a 19/06/1986; 23/06/1986 a 17/06/1988; 01/08/1988 a 30/05/1994; 22/05/1995 a 18/12/1997; 27/07/1998 a 24/10/1998; 07/04/2003 a 23/07/2003, num total de 5.255 dias de serviço prestado ao INSS (RGPS), como Diversos.

**PROCESSO Nº SEI-030030/000029/2020 - RENAN REBEQUE MARTINS**, Identidade Funcional: 50772414/1, Prof. Doc. I. **AVERBE-SE**, nos termos do § 9º, do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, o período de 01/02/2012 a 31/12/2013, num total de 700 dias de serviço prestado à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (RGPS), como Professor contratado, desprezando-se o período de 01/04/2011 a 31/05/2011 por solicitação do servidor.

**PROCESSO Nº SEI-030022/003680/2020 - SYLVIO MATTOS**, Identidade Funcional 19892942/1, Agente de Segurança Socioeducativa. **AVERBEM-SE**, nos termos do § 9º, do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, os períodos de 21/12/1979 a 03/05/1988, 01/08/1988 a 31/10/1988, 15/04/1989 a 24/04/1989, 03/07/1989 a 15/08/1989, 01/09/1989 a 31/05/1990, 16/08/1993 a 29/09/1993, 01/06/1996 a 30/09/1998, num total de 4.373 dias de serviço prestado ao INSS (RGPS), desprezando-se os períodos de 01/10/1998 a 30/11/1998, 01/07/2010 a 31/08/2010, 28/03/2014 a 31/08/2014 por estar concomitante com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**PROCESSO Nº SEI-030033/000263/2020 - MARCIA MERIZIO QUEIROZ RIBEIRO**, Identidade Funcional: 33617414/2, Prof. Doc. I. **AVERBEM-SE**, nos termos do § 9º do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, os períodos de 01/06/1987 a 16/12/1988, 01/04/1989 a 29/07/1989, 01/09/1989 a 14/12/1989, 01/03/1990 a 10/08/1990, 06/02/1998 a 03/02/2002, num total de 2.407 dias de serviço prestado ao INSS (RGPS), como Professora / Secretária, desprezando-se os períodos de 01/07/2012 a 31/07/2012, 04/12/2014 a 31/10/2019 por estar concomitante com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**PROCESSO Nº SEI-03/040/002330/2019 - FLORO ROSA JUNIOR**, Identidade Funcional: 33839840/1, Prof. Doc. I. **AVERBE-SE**, nos termos do § 9º do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, o período de 02/03/1992 a 08/02/1998, num total de 2.162 dias de serviço prestado ao INSS (RGPS), como Professor de Educação Básica, desprezando-se o período de 01/03/1990 a 01/03/1992 por solicitação da servidora.

**PROCESSO Nº SEI-03/030/004730/2019 - SOLANGE LOPES ALVES**, Identidade Funcional: 36967661/1, Prof. Doc. II. **AVERBEM-SE**, nos termos do § 9º do artigo 201, da CRFB/1988 e no Parágrafo Único, do artigo 9º da Lei nº 530/1982, os períodos de 18/04/1983 a 30/07/1983, 10/05/1984 a 31/12/1984, 21/05/1985 a 30/07/1987, 01/03/1988 a 25/05/1990, 20/11/1990 a 28/11/1990, num total de 2.086 dias de serviço prestado ao INSS (RGPS), desprezando-se os períodos de 04/10/1984 a 10/11/1984 por estar concomitante com o INSS 01/04/2003 a 30/04/04/2003, 01/09/2003 a 31/12/2003, 01/01/2010 a 31/01/2010, 01/05/2010 a 31/05/2010, 22/07/2010 a 30/09/2010 por estar concomitante com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**Id: 2254294**

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS**  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**ATO DO CONSELHO**

**DELIBERAÇÃO CEE Nº 378 DE 02 DE JUNHO DE 2020**

**DEFINE AS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS PARA O CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

### CONSIDERANDO:

- os direitos à vida e à saúde, definidos como direitos sociais, de natureza inalienável constituem princípios basilares da cidadania e, portanto, dever do Poder Público para com sua consecução;

- compromisso do Poder Público Estadual com os Princípios de Proteção da Confiança Legítima e Interesse Público, previstos no art. 2º, da Lei nº 5.427/2009;

- a inegável crise de qualidade pela qual passa a saúde, entendendo que considerável parte desta crise está relacionada a uma formação precária de seus profissionais, como demonstram notícias veiculadas na mídia relatando erros procedimentais;

- o compromisso dos Órgãos Profissionais e de Classe para com a formação dos Técnicos em Enfermagem, em especial a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn/RJ e o Conselho Regional de Enfermagem - COREN/RJ;

- as audiências públicas realizadas com fulcro no artigo 29, da Lei nº 5.427/2009;

- a inexistência de Diretrizes Curriculares para o curso Técnico em Enfermagem que dialoguem com o contexto fluminense, suas demandas e desafios; e

- o compromisso deste Colegiado em ouvir as demandas e expectativas da comunidade fluminense, dando vez e voz nos processos de construção normativa àqueles que vivem a educação em seu cotidiano e, como este CEE, buscam sua constante melhoria;

### DELIBERA:

#### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Capítulo I Objetivo e Finalidade

**Art. 1º** - A presente Deliberação institui as Diretrizes Curriculares do Curso Técnico em Enfermagem, a serem observadas na organização curricular das Instituições de Educação Profissional Técnica integrantes do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.



**Art. 2º** - As Diretrizes Curriculares para o Ensino Técnico em Enfermagem dispostas nesta Deliberação, em conjunto com os referenciais dispostos pelo Cadastro Nacional de Cursos Técnicos, definem o conjunto mínimo de princípios, fundamentos, condições e procedimentos necessários à formação do Técnico em Enfermagem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 3º** - A formação do Técnico em Enfermagem tem como finalidade o cuidado de pessoas, famílias, grupos e comunidades, fundamentado nos princípios universais dos direitos humanos e nos determinantes biopsicossociais e culturais do viver e conviver da população brasileira.

**Parágrafo Único** - A formação do Técnico em Enfermagem deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade e equidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento.

## Capítulo II Princípios Norteadores

**Art. 4º** - São princípios norteadores na formação do Técnico em Enfermagem:

I - compreensão das necessidades básicas do ser humano em todas as fases do ciclo vital, a diversidade cultural, religiosa/espiritual, étnica e de gênero para tratar de forma igualitária os desiguais;

II - atuação nos diferentes campos da prática desenvolvendo cuidados integrais de prevenção, promoção e reabilitação da saúde individual, da família e da coletividade, com senso de responsabilidade social e compromisso ético/moral, a partir do perfil epidemiológico para promoção da integralidade da assistência em todas as fases da vida, sem preconceito ou discriminação de qualquer tipo;

III - conhecimento e prevenção dos riscos ambientais, físicos, psicológicos, mentais e sociais;

IV - domínio das tecnologias de cuidado para prestar assistência a clientes/usuários com disfunções clínicas e cirúrgicas.

## TÍTULO II ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

### Capítulo I Formas de Oferta

**Art. 5º** - O curso Técnico em Enfermagem é desenvolvido nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

**a)** integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclua a última etapa da Educação Básica;

**b)** concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja na mesma instituição de ensino ou em unidades de ensino distintas;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

**Art. 6º** - O curso pode ser desenvolvido nas formas articulada integrada na mesma instituição de ensino, ou articulada concomitante em instituições de ensino distintas, mas com projeto pedagógico unificado, mediante convênios ou acordos de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento desse projeto pedagógico unificado na forma integrada.

## Capítulo III Do Projeto Pedagógico

**Art. 7º** - O Curso de Técnico em Enfermagem deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa, a assistência e os movimentos sociais locais.

**§ 1º** - A organização curricular construída coletivamente pela instituição deve ser flexível, com a inclusão de novas tecnologias no campo da saúde e da educação.

**§ 2º** - O Currículo do Curso Técnico em Enfermagem deve incluir aspectos complementares de perfil exigidos no âmbito territorial/locregional, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso e as possibilidades de Itinerário Formativo e de aproveitamento de competências.

**§ 3º** - O Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares que dialoguem com o contexto socioprofissional em que a instituição de ensino está inserida.

**Art. 8º** - As Instituições de Ensino Técnico que ofertam o curso Técnico em Enfermagem devem organizar os cursos em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, ou documento que eventualmente o substitua.

## Capítulo IV Organização Curricular e Bases Tecnológicas

**Art. 9º** - Para fins desta Deliberação, compreende-se currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, profissionais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir a formação profissional dos estudantes.

**Parágrafo Único** - O currículo, consubstanciado no Plano de Curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu Projeto Político-Pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

**Art. 10** - O currículo do curso Técnico em Enfermagem deve promover a integração do disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional, nesta Deliberação e na legislação específica do exercício profissional da Enfermagem.

**Art. 11** - As Bases Tecnológicas para o Curso Técnico em Enfermagem, referendadas nas atribuições legais do Técnico em Enfermagem e organizadas ao redor dos macro processos profissionais, constituem um conjunto mínimo de saberes que buscam garantir integralidade das ações do cuidar em enfermagem, tendo por base o conhecimento do processo saúde-doença do cidadão, da família, de grupos e da comunidade, os integrando à realidade epidemiológica e profissional.

**Art. 12** - As Bases Tecnológicas mínimas a serem observadas na construção do currículo do Curso Técnico em Enfermagem, são as seguintes:

I - De Apoio ao Diagnóstico: Medidas antropométricas; Técnica de verificação de peso, altura e sinais vitais; Parâmetros normais de Sinais

vitais; Noções básicas de exames clínicos e exame físico; Posições para exames; Técnicas essenciais de enfermagem em higiene, conforto e segurança do paciente; Normas e rotinas de anotações e registros em formulários patronizados; Noções básicas sobre os principais exames laboratoriais, radiológicos e especializados; Noções de bioquímica e normas técnicas e rotinas sobre coleta de materiais para exames;

II - De Proteção e Prevenção: Normas técnicas de descontaminação, limpeza, preparo, desinfecção, esterilização, manuseio e estocagem de materiais; Métodos de esterilização: funcionamento de equipamentos de esterilização na ação química e física: protocolos técnicos e manuseio; Técnicas de limpeza concorrente, terminal e específico; Técnica de isolamento reverso; Princípios gerais de biossegurança, prevenção e controle de infecção; Fontes de contaminação radioativa, prevenção e controle; Técnica de higienização das mãos; Procedimentos que requerem utilização de técnicas assépticas; Normas básicas e protocolos de prevenção da infecção hospitalar; Dados estatísticos relativos à infecção hospitalar no Brasil, Limpeza e desinfecção de ambientes, móveis, equipamentos, materiais e utensílios hospitalares; Comissão de controle de infecção hospitalar (CCIH): histórico da sua criação, bases legais, finalidades e estrutura organizacional; Indicadores dos índices de infecção hospitalar; Manuseio e separação dos resíduos dos serviços de saúde; Centro de material e esterilização: organização, estrutura e funcionamento;

III - De Proteção e Prevenção em Saúde da Coletividade: Trabalho de entidades e órgãos responsáveis por medidas de execução, combate, controle e erradicação de doenças transmissíveis; Trabalho de Instituições locais e/ou regionais responsáveis pela: educação em Vigilância Sanitária e pela fiscalização em Vigilância Sanitária; Técnicas de imunização / vacinação e aplicação de imunobiológicos; Técnicas de transporte, armazenamento/e conservação de vacinas (controle de Rede de Frio); Noções básicas de imunologia; Programa Nacional de Imunização, protocolos, diretrizes, normas técnicas para aplicação das diversas vacinas e imunobiológicos especiais; Recursos do Território vivo/comunidade para as ações de saúde coletiva; Vigilância em Saúde; Noções de fisiopatologia, das doenças transmissíveis prevalentes na região, focos de contaminação, vias de transmissão, medidas de prevenção, controle e tratamento dessas doenças; Desenvolvimento, crescimento, evolução e envelhecimento humano no ciclo vital; Necessidades humanas básicas em cada etapa do ciclo vital; Ações da vigilância sanitária em relação a produtos alimentares, domiciliares, medicamentos, serviços de Saúde e meio ambiente; Psicologia e sociologia aplicada à saúde coletiva; Técnicas de comunicação interpessoal; Técnicas de Mobilização Social; Política Nacional de Atenção Básica e Estratégias de intervenção em saúde da família;

IV - De Promoção da Saúde do usuário/paciente/família em Tratamento Clínico: Técnicas essenciais de enfermagem para a higiene, conforto, segurança, alimentação, hidratação, eliminação, recreação, exercícios e tratamentos do cliente/paciente; Prevenção, tratamento e reabilitação das afecções clínicas mais comuns nos adultos e idosos; Técnicas de administração de medicamentos pelas diversas vias; Noções de farmacologia com ênfase nas interações medicamentosas; Noções básicas da fisiopatologia dos agravos clínicos de saúde mais comuns na população; Características gerais do ser humano sadio dentro da visão holística, fases de desenvolvimento e comportamento orgânico e emocional; Aspectos fisiológicos, psicológicos, sociais e patológicos do envelhecimento; Noções sobre limitações e sequelas consequentes às principais doenças clínicas; Noções sobre as principais próteses/órteses e sua utilização; Anotações de enfermagem; Normas relativas ao manuseio de antineoplásicos e cuidados com o meio ambiente no armazenamento e conservação; Técnicas dos diversos procedimentos e cuidados de enfermagem requeridos pelos clientes/pacientes clínicos adultos e idosos; Características dos diversos tipos de curativos; Antissépticos mais comuns utilizados em feridas; Psicologia e sociologia aplicada na saúde do indivíduo em tratamento clínico; Organização, estrutura e funcionamento de uma Unidade de Internação Clínica;

V - De Promoção da Saúde em pacientes em Tratamento Cirúrgico: fisiopatologia dos principais agravos à saúde que determinam necessidades de tratamento cirúrgico; Cuidados de enfermagem pré-operatórios gerais e específicos e técnicas básicas de preparo físico; Técnicas de preparo, conservação e administração de medicamentos pelas diversas vias; Técnicas de transporte do paciente no pré e pós-operatório; Processo de trabalho em centro cirúrgico; Técnicas de circulação e instrumentação em sala cirúrgica; Técnicas de manuseio de material e instrumental cirúrgico, estéril e contaminado; Indicativos da recuperação dos níveis de consciência e dos sentidos; Cuidados de enfermagem no pós-operatório imediato, mediato e tardio; Desconforto e complicações no pós-operatório: sinais, sintomas e cuidados de enfermagem; Noções básicas de controle hidroeletrolítico; Manuseio de drenos, cateteres e sondas utilizadas em cirurgias; Noções de farmacologia, anestésicos, anticoagulantes, coagulantes e antibióticos; Procedimentos indicados para cirurgias contaminadas antes, durante e após o ato cirúrgico; Técnicas de posicionamento correto no leito e na mesa de operação, proteção de membros e tronco do cliente/paciente, mudanças de decúbito e outras que visem a segurança e o conforto e ainda evitem complicações e sequelas; Organização, estrutura e funcionamento de um Centro Cirúrgico, Centro de Recuperação Pós-anestésica e de Unidade de Internação Cirúrgica;

VI - De Promoção da Saúde em saúde mental: Evolução Histórica da assistência à Saúde Mental e da Psiquiatria; Reforma psiquiátrica, Redução de danos, integralidade do cuidado como diretrizes para intervenção em saúde mental e no uso de álcool, crack e outras drogas; Políticas Nacional de Saúde Mental e Atenção Básica; Política de Redução de Danos e Rede de Apoio Psicossocial; Estruturação dos diversos níveis de atenção à Saúde Mental e Rede de Atenção Psicossocial; Princípios que regem a assistência à Saúde Mental com ênfase nos direitos humanos e de cidadania; Conhecendo o território, as redes de atenção, os conceitos, políticas e as práticas de cuidado em saúde mental; Medidas de prevenção ao sofrimento, a crise e aos transtornos mentais; Classificação das doenças mentais, comportamentos, e determinantes; Conhecimento básicos de psicologia e Psicopatologia do desenvolvimento; Anatomia e fisiologia do Sistema Nervoso: influência das substâncias químicas na fisiologia cerebral; Sinais, sintomas e formas de tratamento dos principais transtornos mentais tanto nos seus quadros agudos quanto crônicos; Procedimentos e cuidados de enfermagem em saúde mental, psiquiátrica e emergências psiquiátricas; Noções sobre as diversas modalidades de recreação: ludoterapia, musicoterapia, atividades físicas e artísticas, horticultura, jardinagem, entre outros; Técnicas de contenção; noções de psicofarmacologia;

VII - De Promoção da Saúde à criança, ao adolescente e a mulher: Enfermagem em gineco-obstetrícia; Planejamento Familiar; Grupos de apoio à mulher e à gestante - pré-natal; Puericultura; Sinais e sintomas de agravos no recém-nascido: prematuro, baixo peso, pós-termo, com doença hemolítica, com infecções perinatais, filhos de mães diabéticas, HIV positivo ou dependentes de drogas; Imunologia, nutrição aplicada e Reprodução humana; Menarca, menopausa e climatério; Gestação, parto, puerpério e aborto; Noções das principais situações de risco que envolvem o adolescente: violência, drogas, álcool, acidentes, suicídios, exploração sexual, exploração comercial, delinquência, estilo e má qualidade de vida; Comportamento sexual de risco; Crescimento e desenvolvimento do adolescente normal; Noções da fisiologia, psicologia e patologias mais comuns na mulher, na criança e no adolescente; Noções básicas de psicologia e comunicação interpessoal; Técnicas de mobilização e de trabalho com grupo; Programa de saúde do adolescente (PROSAD); Órgãos e entidades de proteção e orientação à criança, à mulher e ao adolescente, existente no território; Legislação específica: Estatuto da criança e Adolescente, Lei do feminicídio, Lei Maria da Penha, entre outras; Sexualidade e saúde reprodutiva (mulher, criança e adolescente), manual de transexualidade; Enfermagem pediátrica; Farmacologia, cálculo e administração de

medicamentos em pediatria - fracionamento de doses; Comportamento de risco na criança e no adolescente - dependência química, delinquência, desnutrição, abuso sexual, violência doméstica, trabalho infantil, autoagressão; Organização, estrutura e funcionamento das Unidades: pediátrica, ginecológica e obstétrica;

VIII - De Promoção da Saúde a pacientes/clientes em situações de urgência e emergência: Agravos à saúde e acidentes que ameaçaram a vida e caracterizam situações de emergência e urgência: traumatismo, fraturas, coma, grandes queimaduras, envenenamentos, parada cardiorrespiratória, insuficiência respiratória, distúrbios metabólicos, dores intensas, estado de choque, hemorragias e ferimentos; Técnicas de transporte de paciente; Técnicas de reanimação cardiorrespiratória; Controle de hemorragias; imobilização de fraturas, luxações e entorses; Atendimento de urgência/emergência em ferimentos, queimaduras, choque elétrico, desmaios, vertigens, intoxicações, envenenamentos, picadas de animais peçonhentos, crise convulsiva, estado de choque; Farmacologia, medicamentos e antídotos mais usados em urgência/emergência: indicações e contraindicações, epidemiologia do trauma; Normas técnicas sobre o funcionamento e a utilização dos aparelhos e equipamentos específicos; Noções de fisiopatologia da PCR; Noções de fisiopatologia do estado de choque; Estrutura, organização e funcionamento de um serviço de emergência;

IX - De Promoção da Saúde a pacientes/clientes em situações críticas/graves: Fisiopatologia dos sistemas neurológicos, sensorial, linfático, cardiovascular, ósseo, articular, genitourinário, respiratório, digestório; Normas e rotinas gerais das unidades de tratamento intensivo; Fundamentos da sistematização de enfermagem a pacientes em estado grave; Técnicas de enfermagem de higiene, conforto, segurança, alimentação, hidratação e eliminações em pacientes graves; cuidados paliativos; Sinais e sintomas de paciente terminal e técnica de enfermagem no preparo do corpo pós-morte; Técnicas de posicionamento correto no leito, proteção de membros e tronco do cliente/paciente, mudanças de decúbito e outras que visem a segurança e o conforto e ainda evitem complicações e sequelas; Organização, estrutura e funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva;

X - Do Processo de Trabalho em Saúde/Enfermagem: História da enfermagem: legislação educacional relativa à formação dos diferentes profissionais da enfermagem, competências e responsabilidades; Entidades de Classe representativas da Enfermagem: ABEn, Abenfo, Sindicato dos Enfermeiros e Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de enfermagem e Sindicatos - suas finalidades; Autarquias representativas da Enfermagem: COFEN e COREN; Noções gerais de bioética: conduta humana, valores e significados, situações e dilemas éticos; Código de Ética e Lei do Exercício Profissional da Enfermagem; Formas de tratamento: emprego formal, cooperativas, cuidado domiciliar, contrato temporário, trabalho autônomo, jornada de trabalho; Leis trabalhistas, contratos e organizações de trabalho; Processo de trabalho em enfermagem: divisão técnica do trabalho, planejamento e organização da assistência (Sistematização da Assistência de Enfermagem); Noções de pesquisa em enfermagem; Parâmetros para avaliação da qualidade da assistência de enfermagem: grau de satisfação do cliente/ família e comunidade. Baixo índice de infecção nas unidades de saúde/enfermagem; Técnicas e princípios de anotações de ocorrências e serviço; Informática aplicada à saúde/enfermagem; Organização, estrutura e funcionamento da Enfermagem dentro das instituições de saúde;

XI - Dos Temas Transversais: Redução de danos à saúde por meio do modo de viver; Linguagem e redação adequadas para registros e informações sobre as condições do paciente/cliente/família; Pesquisa aplicada em saúde/enfermagem; Política pública que interfere na saúde da população; Humanização da saúde; Segurança do paciente; Ética Profissional; Direitos Humanos; Medidas de proteção e prevenção adotadas em situações de risco; Técnicas de mobilização social; Organização de serviços com foco no território vivo; Estratégia da Saúde da família como porta de entrada e referência do sistema; Transexualidade; Comunicação interpessoal e suas diferentes linguagens (línguas).

## Capítulo V Das Competências e Habilidades

**Art. 13** - Constituem competências profissionais específicas do Técnico em Enfermagem a serem observadas no seu processo de formação, aquelas que o permitam:

I - reconhecer os processos de organização do Sistema de Saúde como espaço privilegiado do trabalho da enfermagem e desenvolvimento em equipe de ações de promoção e de prevenção de agravos a indivíduos em diferentes faixas etárias, a famílias, grupos e comunidades, fundamentadas nos princípios de valor à vida, respeito à dignidade humana e aos direitos de cidadania.

II - reconhecer os cenários de prática em saúde como ambientes terapêuticos que garantam segurança e bem-estar ao usuário, família e equipe multidisciplinar, para adoção de ações de enfermagem livres de riscos para todos que neles circulam precaução padrão.

III - prestar atendimento a clientes em situações de urgência e emergência e assistência de enfermagem àqueles em estado crítico, tomando por referência os protocolos técnicos e princípios éticos, técnicos e científicos.

IV - atuar nas políticas públicas desenvolvendo ações nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, nas áreas de hanseníase, saúde mental, entre outros que surjam por determinação epidemiológica e social.

V - reconhecer os benefícios da alimentação saudável na vida e na recuperação da saúde de pessoas, com vistas à prestação de cuidados de enfermagem, considerando a fisiopatologia, a complexidade da via de alimentação, as condições do paciente e as medidas de prevenção de complicações.

VI - realizar cuidados de higiene corporal, de controle hemodinâmico, de suporte nutricional, de controle e de avaliação das eliminações corporais, de forma a promover conforto/bem-estar e auxiliar no diagnóstico das disfunções orgânicas e de agravos.

VII - realizar cuidados no processo de finitude, respeitando os preceitos éticos e culturais estabelecidos socialmente e a condição humana.

VIII - participar, sob supervisão do enfermeiro, de ações de gestão do trabalho de enfermagem nas diferentes unidades de produção de serviços de saúde com vistas à eficiência e eficácia do cuidado de enfermagem, tendo por princípios a qualidade e a ética na atenção à saúde e nas relações interpessoais.

**Art. 14** - Para o desenvolvimento das competências acima relacionadas, a formação do Técnico em Enfermagem tem por objetivo proporcionar aos alunos um conjunto de habilidades requeridas no âmbito do Setor Saúde, organizadas em núcleos formadores, a saber:

I - Promoção da Saúde:

- identificar os processos de organização dos serviços de saúde locais/regionais e as ações de saúde coletiva desenvolvidas no Município.
- estabelecer vínculo e comunicação eficientes com a população, considerando a comunidade como um dos atores na efetivação das ações de Vigilância em Saúde.
- participar nas ações de promoção da saúde com a equipe multidisciplinar, utilizando recursos da comunidade.
- participar com a equipe do planejamento, organização e avaliação nas ações para a promoção da saúde e da cidadania.



e) participar na elaboração de propostas e do desenvolvimento de ações educativas em saúde.  
f) identificar os riscos ambientais que afetam a saúde da população e do trabalhador, assim como as medidas de vigilância, prevenção e controle.  
g) identificar as ações previstas para cada fase da organização do sistema de informação em saúde e participa da coleta e processamento de informações para a saúde.  
h) participar nas pesquisas em saúde / enfermagem com a equipe multiprofissional, identificando fontes de dados para investigação e adotando princípios da bioética.  
i) utilizar e operar equipamentos de trabalho, aplicando princípios ergonômicos e técnicas adequadas de prevenção de acidentes e descarte de resíduos, dentro dos princípios de segurança.  
j) estabelecer relação entre a saúde mental e a qualidade de vida, identificando a inserção da saúde mental nos processos de organização dos serviços de saúde.  
k) participar na promoção/manutenção do ambiente terapêutico e na recuperação do cliente quanto à sua integridade mental, emocional e no equilíbrio com o meio em que vive.  
l) estabelecer contato interpessoal terapêutico com o cliente e seus familiares, participando de atividades terapêuticas observando e registrando o estado do cliente.  
m) realizar ações educativas voltadas para usuário e grupos populacionais de maneira compreensível de acordo com o contexto socio-cultural.  
n) registrar informações de cuidados do usuário em instrumento próprio, com vistas a acompanhar a evolução e acompanhamento do caso, para fins de pesquisa e respaldo ético legal.  
o) compreender a importância da saúde mental em todos os níveis de atenção, utilizando na relação com o usuário as seguintes tecnologias do cuidado: escuta, acolhimento, vínculo, responsabilização e trabalho em rede.  
p) compreender a vigilância em saúde como estratégia de orientação e avaliação do trabalho em saúde e, em particular, da enfermagem.  
q) desenvolver trabalho em equipe, tais como: ações de promoção, prevenção da saúde e a redução de agravos, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

## II - Cuidando do Paciente Adulto:

a) compreender a dinâmica de funcionamento dos sistemas urinários e gastrointestinal, identificando os fatores que os afetam com base na avaliação das perdas, possíveis reposições, sinais e sintomas de intercorrências, dimensões orientadoras da realização de procedimentos não invasivos.  
b) compreender a dinâmica de funcionamento do sistema cardiovascular, identificando os fatores que o afetam com base em avaliação hemodinâmica, possíveis disfunções, sinais e sintomas de intercorrências.  
c) Compreender a dinâmica de funcionamento do sistema respiratório, identificando os fatores que o afetam, a fim de preservar a c das vias acéreas, possíveis disfunções, sinais e sintomas de intercorrências.  
d) prestar cuidados de Enfermagem que atendam às necessidades básicas do cliente/paciente portador de transtornos mentais e usuários de diferentes drogas.  
e) estabelecer comunicação eficiente com o cliente/paciente e seus familiares utilizando tecnologias leves como: escuta sensível, vínculo, acolhimento, toque terapêutico e corresponsabilização, entre outras.  
f) realizar atividades de sensibilização de grupo e de mobilização de forma individual e/ou coletiva.  
g) orientar clientes/pacientes e famílias referenciadas para serviços de saúde mental considerando as potencialidades do território e a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).  
h) registrar ocorrências e cuidados prestados, utilizando terminologia específica da área.  
i) estabelecer comunicação eficiente com o cliente/paciente com vistas à efetividade das ações realizadas.  
j) manter a capacidade funcional do cliente/paciente ao máximo, auxiliando sua adaptação às limitações resultante da doença.  
k) orientar o cliente/paciente e família quanto a ações que promovam o autocuidado.  
l) administrar medicamentos pelas diversas vias.  
m) operar equipamentos e manusear materiais próprios do campo de atuação em saúde/enfermagem.  
n) utilizar adequadamente os EPI (Equipamentos de Proteção Individuais), no atendimento a pacientes em situações clínicas e cirúrgicas.  
o) utilizar normas de segurança para si e para o cliente/paciente nos diferentes cenários de práticas.  
p) realizar procedimentos de enfermagem nos períodos pré, trans e pós-operatório.  
q) apoiar os clientes/pacientes que apresentem insegurança consequente da hospitalização e no que se refere ao ato cirúrgico.  
r) realizar procedimentos de enfermagem em Centro Cirúrgico.  
s) realizar os procedimentos indicados para cirurgias contaminadas antes, durante e após a realização das mesmas.  
t) realizar curativo simples e manuseio drenos, cateteres e sondas.  
u) realizar posicionamento correto, mudanças de decúbito e proteção dos membros e tronco do cliente / paciente de modo a evitar complicações e/ou sequelas.  
v) acompanhar o transporte do paciente no pré e pós-operatório e preencher os formulários padronizados.

## III - Cuidando da Mulher, da Criança e do Adolescente:

a) prestar cuidados de enfermagem à mulher no ciclo gravídico e puerperal.  
b) auxiliar os procedimentos de enfermagem relacionados aos aspectos ginecológicos e para a prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama.  
c) realizar atendimento à mulher no Planejamento Familiar e no ciclo gravídico-puerperal.  
d) registrar o acompanhamento do pré-natal de baixo risco no cartão da gestante.  
e) operar equipamentos e manusear materiais e instrumentos utilizados em centros-cirúrgicos, alojamento conjuntos, e unidades neonatais de tratamento intermediário e intensivo.  
f) prestar cuidados de enfermagem a recém-nascidos e lactentes saudáveis, doentes e em situações de risco.  
g) prestar cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente saudáveis, doentes e em situações de riscos.  
h) realizar o controle antropométrico da criança e do adolescente.  
i) registrar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança e do pré-adolescente.  
j) utilizar técnicas de mobilização de grupos para fins de educação em saúde.  
k) estabelecer comunicação eficiente com clientes/pacientes, familiares e responsáveis e equipe de trabalho, com vistas à efetividade das ações.  
l) realizar ações que promovam o bem-estar e melhorem a qualidade de vida da mulher, da criança e do adolescente.

## IV - Cuidando do Paciente Crítico:

a) reconhecer o cliente em seu estado crítico para efetivação do atendimento em situação de urgência e emergência.  
b) desenvolver ações de enfermagem em unidades de atendimento pré-hospitalar, pronto socorro, clínica, cirúrgica, ambulatório, unidade básica, UTI adulto e neonatal, aplicando medidas de prevenção e controle de infecção.  
c) desenvolver ações de enfermagem a clientes submetidos a tratamento intensivo, intermediadas pelo uso de equipamentos de alta complexidade e suporte tecnológico.  
d) manter o ambiente preparado para o atendimento, organização e conservação dos recursos existentes no atendimento pré-hospitalar e hospitalar.

e) reconhecer a linguagem não verbal do cliente, interagindo com o cliente e a equipe, pautado em princípios éticos de humanização e cidadania.  
f) prestar cuidados de enfermagem a clientes/pacientes em situações de urgência e emergência.  
g) estabelecer comunicação eficiente com cliente/paciente, seus familiares e responsáveis assim como com a equipe multidisciplinar para uma maior efetividade da assistência.  
h) manter materiais, equipamentos e medicamentos para emergência, separados e em local de fácil acesso e remanejamento.  
i) realizar procedimentos para manutenção da permeabilidade das vias áreas e assegura a ventilação e perfusão eficiente aos tecidos e órgãos.  
j) Administrar medicamentos pelas diversas vias.  
k) Registrar ocorrências de serviços prestados e preenche impressos de notificação compulsória para vigilância epidemiológica.  
l) Auxiliar ações de enfermagem que atendam às necessidades de higiene, conforto, segurança, alimentação, hidratação e eliminações do paciente grave.  
m) Realizar posicionamento correto, mudanças de decúbito e proteção dos membros e tronco do cliente/paciente de modo a evitar complicações e/ou sequelas.  
n) Tomar as medidas cabíveis, ao nível de sua competência, no caso de agravamento do estado de saúde do paciente.  
o) Prestar cuidados de enfermagem a pacientes terminais e prepara o corpo após a morte.  
p) Estabelecer comunicação eficiente com paciente, familiares ou responsáveis e equipe de trabalho multidisciplinar.

## V - Participando na Gestão em Saúde:

a) aplicar medidas de prevenção e controle de riscos para a saúde do trabalhador, na sua área de atuação.  
b) participar nas atividades administrativas de enfermagem em diversas unidades de saúde.  
c) empregar princípios da qualidade na prestação de cuidados de enfermagem.  
d) participar junto ao enfermeiro do planejamento e organização na assistência de enfermagem.  
e) auxiliar o enfermeiro na supervisão da realização dos procedimentos, colaborando no processo de avaliação do trabalho.  
f) realizar intervenções de forma a atender às demandas e às necessidades do cliente, de acordo com as prioridades definidas na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).  
g) participar com o enfermeiro, ou por sua delegação, na gestão de suprimentos, incluindo a testagem para avaliação de artigos e equipamentos hospitalares.  
h) participar com o enfermeiro, ou por sua delegação, na elaboração de escala mensal e diária de trabalho e de férias.  
i) manter o ambiente, os equipamentos e os instrumentos de trabalho em condições de uso para o cliente e para os profissionais de saúde.  
j) realizar ações de observação, coleta de dados e registro das informações pertinentes aos cuidados de enfermagem, interagindo com a equipe, com o usuário e com seus familiares.  
k) reconhecer os conceitos e princípios da administração e as atribuições administrativas inerentes ao Técnico em Enfermagem.  
l) organizar o processo de trabalho, considerando a natureza, as finalidades, os resultados e os riscos das ações, por meio de tecnologia apropriada.  
m) participar da equipe multidisciplinar, no desenvolvimento das atividades de planejamento e avaliação das unidades de saúde.

## Capítulo VI Da Duração do Curso e Organização

### Seção I Da Carga Horária

**Art. 15** - A carga horária mínima do curso Técnico em Enfermagem é de 1.800 horas, organizadas em 1.200 horas de atividades teórico-práticas e 600 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório.

**§ 1º** - O estágio curricular, de natureza obrigatória, deve obedecer às normas previstas na legislação em vigor que tratam da matéria, em especial o disposto nesta Deliberação;

**§ 2º** - Poderão ser desenvolvidas por meio de recursos multimídia e/ou plataformas de aprendizagem, atividades de pesquisa com orientação docente, integradas ao planejamento curricular e que não ultrapassem de 20% do total da carga horária teórico-prática, sendo expressamente proibido o uso deste recurso pedagógico nas atividades de estágio curricular supervisionado obrigatório.

**§ 3º** - Os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos na formação do Técnico em Enfermagem devem ser exercidos por meio de atividades teóricas e práticas e pelo estágio curricular supervisionado, devendo conferir ao futuro Técnico em Enfermagem a capacidade profissional para atender a demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população, conforme a realidade epidemiológica da região e do país, em consonância com as políticas públicas;

**§ 4º** - O Poder Público Estadual por meio de seu órgão próprio poderá, sempre que necessário, estabelecer com órgão profissional convênios, protocolos e normas regulamentares destinadas as rotinas complementares de autorização, acompanhamento, avaliação e orientação das instituições de ensino, em consonância com a presente Deliberação, sempre sob a forma de oitiva técnica.

**§ 5º** - A carga horária da forma de oferta do Curso Técnico em Enfermagem, em especial de os organizados de maneira concomitante, devem observar o disposto no art. 27, da Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012, ou norma que eventualmente a substitua.

### Seção II Da Organização

**Art. 16** - O curso Técnico em Enfermagem poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, módulos com base em competências, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**Art. 17** - Para fins desta Deliberação, compreende-se:

**I** - Atividade teórica como toda ação educacional que desenvolva conteúdos teóricos, podendo ser realizada em sala de aula e em outros cenários, em salas virtuais, por meio de visitas guiadas, atividades de leitura, pesquisas de dados extraclasses, atividades culturais relacionadas ao desenvolvimento das competências e habilidades.

**II** - Atividade prática como toda a ação educacional que desenvolva habilidades técnicas presenciadas e experienciadas pelos estudantes na realidade dos serviços de saúde e em laboratório de práticas simuladas, com expressão de comportamentos adquiridos em treinamentos ou instruções, com planejamento e acompanhamento didático do docente.

**§ 1º** - A atividade prática não integra e/ou substitui o Estágio Supervisionado e não deve ser substituída por visitas técnicas e/ou outros dispositivos observacionais.

**§ 2º** - As áreas, disciplinas ou componentes curriculares relacionados à formação de competências e habilidades profissionais, devem, obrigatoriamente, prever atividades práticas em seu planejamento.

**§ 3º** - Os laboratórios de práticas simuladas devem ser flexíveis em sua estrutura física para proporcionar a simulação de cuidados de enfermagem no domicílio, no hospital, no ambulatório e em espaços coletivos para simulação de cuidados de enfermagem realísticos com base em situações reais da prática em saúde.

### Seção III Do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

**Art. 18** - Compreende-se por estágio o período durante o qual o estudante exerce uma atividade com vistas à sua formação ou aperfeiçoamento profissional, integrado à matriz curricular e supervisionado por docente enfermeiro, ou enfermeiro preceptor.

**Art. 19** - O Estágio Supervisionado, compreendido como processo educativo de efetivação da articulação entre a teoria e a prática, constitui atividade curricular obrigatória na formação do Técnico em Enfermagem, onde se vivencia a essência da profissão nos campos de promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação, contemplando ações em cenários diversificados de atenção à saúde, admitidos um máximo de 200 horas em visitas técnicas e atividades implementadas nos diferentes espaços de atuação deste profissional.

**Parágrafo Único** - A distribuição da carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório deve priorizar o desenvolvimento de cuidados de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade, estando atrelada, necessariamente, às áreas, às disciplinas ou aos componentes curriculares relacionados à formação de competências e habilidades profissionais.

**Art. 20** - O Estágio Supervisionado Obrigatório será desenvolvido na rede de atenção à saúde, atenção básica, ambulatorial e hospitalar, nos termos da legislação em vigor que trata da matéria.

**Parágrafo Único** - Constituem espaços de estágio os seguintes cenários de cuidado a saúde: Estratégia da Saúde da Família; Centro de Saúde; Saúde Mental - RAPS; Vigilância Sanitária; Laboratórios de Análises Clínicas; Centro de Imagens; Domicílios; Sistema Prisional; Creches; Orfanatos; Asilos; Offshore (navios/embarcações); Centros Esportivos; Farmácias (caso comercialize ações de enfermagem); Institutos de Estética; Hospital Geral (clínico, cirúrgico e emergência); Unidade de Pronto-Atendimento - UPA; Coordenação de Emergência Regional; Maternidade e Casa de Parto; Hospital de Especialidades (oncologia, hematologia, cirurgia, pediatria, cardiologia, traumatologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia); Unidade de Terapia Intensiva; Serviços de Saúde do Trabalhador; e outros serviços que desenvolvem ações de enfermagem previstas na Lei do Exercício Profissional.

**Art. 21** - Os Estágios devem ser desenvolvidos sob orientação de docente enfermeiro e supervisão local de profissional enfermeiro preceptor com competência na área do estágio, obedecendo à proporção máxima de 10 (dez) estudantes por docente/supervisor/preceptor, sendo que, especificamente nos Serviços de Terapia Intensiva, esta proporção será de 05 (cinco) estudantes por docente/supervisor/preceptor.

### Capítulo VII Da Avaliação, Aproveitamento e Certificação

#### Seção I Da Avaliação

**Art. 22** - A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

**Art. 23** - A implantação e desenvolvimento do curso Técnico em Enfermagem deve ter como fundamento o desenvolvimento das competências e habilidades essenciais na formação discente, adotando metodologias sistematizadas e flexíveis de avaliação focadas no contexto profissional, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

**§ 1º** - Os critérios e metodologias das avaliações discentes deverão basear-se na construção e desenvolvimento das competências, habilidades e conteúdos curriculares adotados.

**§ 2º** - O Curso Técnico em Enfermagem deverá utilizar metodologias ativas e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com a Rede Nacional de Certificação e Formação Inicial e Continuada do MEC (Rede Certific), ou outra estrutura que eventualmente a substitua.

**Art. 24** - Para conclusão do Curso Técnico em Enfermagem o aluno deve, preferencialmente, preparar uma atividade que resulte na elaboração de um texto de reflexão sobre a prática profissional, o qual pode ser parte de um projeto maior desenvolvido pelos docentes da Instituição de Ensino ou, simplesmente, um resumo ampliado sobre determinado tema, ou um caso clínico que contemple as soluções da prática, ou um levantamento bibliográfico de tema de relevância para sua formação.

#### Seção II Do Aproveitamento

**Art. 25** - Para fins de matrícula ou prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

**I** - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

**II** - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

**III** - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

**IV** - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

**Parágrafo Único** - o aproveitamento que trata o caput do artigo refere-se, exclusivamente, a conhecimentos teóricos, estando vetado o aproveitamento de atividades que tenham por objetivo dispensar a realização de atividades práticas ou de estágio supervisionado obrigatório.

#### Seção III Do Certificação

**Art. 26** - Tendo em vista o caráter específico do curso Técnico em Enfermagem, sobretudo no que tange a sua relação estreita com o direito à vida e à saúde, fica expressamente proibida a realização de processos de avaliação de competências, habilidades, experiências profissionais ou saberes adquiridos para fins de certificação final ou intermediária.



**Art. 27** - A critério da instituição de ensino, o itinerário formativo poderá prever certificações intermediárias nos termos previstos na legislação específica que trata da matéria, em especial o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

**Art. 28** - Só farão jus ao processo de certificação profissional os alunos que concluírem com êxito todos os requisitos previstos no Projeto Pedagógico, Plano de Curso e disposições regimentais adotadas pela instituição.

**§ 1º** - Os concluintes do curso técnico receberão diploma, o qual deve ser registrado nos assentamentos institucionais, bem como junto aos sistemas definidos pela legislação em vigor.

**§ 2º** - Os concluintes de processos de certificação intermediária receberão certificados, registrados tão somente nos assentamentos internos da instituição de ensino.

## Capítulo VII Da Coordenação Técnica e Corpo Docente

**Art. 29** - A Coordenação Técnica do curso só poderá ser exercida por enfermeiro, preferencialmente licenciado, e que apresente Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Estadual de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 30** - As áreas de conhecimento, disciplinas ou componentes curriculares específicas da formação profissional, serão acompanhadas e ministradas por enfermeiros preferencialmente licenciados, e, as não específicas, por professores licenciados nos termos da legislação em vigor.

**§ 1º** - Consideram-se, para fins dessa Deliberação, disciplinas não específicas as de enriquecimento curricular adotadas pela instituição de ensino em seu Plano de Curso, especialmente as destinadas à construção de competências específicas das áreas de linguagens e matemática.

**§ 2º** - No caso de enfermeiros não licenciados, a instituição desenvolverá programa de formação pedagógica em serviço, coordenado e implementado por profissional habilitado, e acompanhado pelo Órgão Regional de Inspeção Escolar.

**§ 3º** - São admitidos docentes com formação pedagógica nos termos do art. 21 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro 2019, ou norma que eventualmente a substitua, incluídos os enfermeiros que eventualmente estejam ainda em curso.

## Capítulo VIII Do Perfil Profissional de Conclusão

**Art. 31** - Além das competências e habilidades previstas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o egresso do curso Técnico em Enfermagem deverá ter domínio de procedimentos essenciais a sua prática, que incluem: aferição de sinais vitais; higiene corporal em sua totalidade; técnicas simplificadas de massoterapia; coleta de exames de urina, sangue, escarro e fezes; administração de medicamentos; venóclise e punção periférica; cuidados com feridas e curativos simples; alimentação oral e extra oral; nebulização e oxigenoterapia; administração de imunobiológicos; pesagem e mensuração; glicemia capilar; circulação na sala de operação; cuidado com o corpo pós-morte; visita e cuidados no domicílio; e aplicação de compressas frias e quentes.

**Parágrafo Único** - o perfil profissional de conclusão deverá constar do diploma ou histórico escolar, a critério da instituição de ensino.

## TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 32** - As instituições de ensino já autorizadas poderão dar terminalidade aos cursos em andamento na forma em que foram autorizados, devendo adequar as turmas futuras ao disposto nesta Deliberação.

**Parágrafo Único** - as turmas em curso que ainda não iniciaram o estágio curricular obrigatório deverão, nos termos dessa norma, deverão cumprir a carga horária mínima de 600 horas, na forma desta Deliberação.

**Art. 33** - Os processos de autorização de cursos Técnicos em Enfermagem em andamento deverão se adequar às Diretrizes previstas nesta Deliberação.

**Parágrafo Único** - o ato definitivo de autorização será emitido após atendimento ao caput, sendo vetada a revogação do Parecer Favorável já emitido, quando for o caso.

**Art. 34** - Os cursos de especialização deverão promover o diálogo entre as disposições curriculares previstas nesta Deliberação com o disposto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, em especial no que tange a organização e carga horária.

**Art. 35** - Estas Diretrizes, por iniciativa deste Colegiado e mediante a realização das audiências públicas, poderão ser reformuladas após um período mínimo de 03 (três) anos de sua efetiva implantação.

**Art. 36** - Para fins de melhor compreensão desta norma, bem como sua relevância social, fica descrito seu processo histórico-metodológico de construção na forma do Anexo Único da presente Deliberação.

**Art. 37** - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Legislação e Normas Acompanha os **votos** dos Relatores.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020  
**MARCELO GOMES DA ROSA - Presidente**  
**ALESSANDRO SATHLER LEAL DA SILVA - Relator**  
**ANTONIO CHARBEL JOSÉ ZAIB**  
**ARILSON MENDES SÁ - Ad hoc**  
**CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY**  
**DELMO ERNESTO MORANI - Relator**  
**ELIZANGELA NASCIMENTO DE LIMA SILVA**  
**FÁBIO FERREIRA DE OLIVEIRA**  
**FERNANDO MENDES LEITE - Ad hoc**  
**FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA - Ad hoc**  
**GIANE QUINZE DIAS DE FARO OLIVEIRA**  
**MALVINA TANIA TUTTMAN - Ad hoc**  
**MARCELO SIQUEIRA MAIA VINAGRE MOCARZEL**  
**MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS**  
**RICARDO MOTTA MIRANDA**  
**RICARDO TONASSI SOUTO**  
**ROBSON TERRA SILVA - Ad hoc**

## CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

A presente Deliberação foi aprovada por unanimidade por aclamação.

SALA DAS SESSÕES (VIRTUAL),

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020

**MALVINA TANIA TUTTMAN**  
Presidente

## ANEXO ÚNICO

**O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da sua **COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS**, em parceria com a Associação Brasileira de Enfermagem - Seção RJ e o Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ, no uso de suas atribuições institucionais e, compreendendo a formação de Técnicos em Enfermagem como um processo multidisciplinar, marcado por grandes desafios históricos e estruturais, tendo como valor primeiro a vida em sua plenitude, estabelecem um protocolo de trabalho para construção coletiva e democrática no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, das Diretrizes Curriculares para Formação de Técnicos em Enfermagem.

A Professora Doutora Ana Chrystina Venâncio Mignot, ao participar de uma banca de Exame de Qualificação de doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, destaca que é “necessário cantarmos os silêncios”. A compreensão da sociedade, nas palavras da educadora, passa pelo conhecimento do que foi silenciado em seus processos históricos, institucionais e, no caso específico da construção de uma norma, pela objetividade em nome da burocracia estabelecida.

Nesse sentido, este Colegiado como órgão de representação política legítima, que dá vez e voz aos diversos e diferentes agentes de nossa sociedade, entende que se faz necessário contar os silêncios, permitindo assim a percepção efetiva na norma e seu efeito prático, buscando estabelecer uma cultura de transparência, explicitando que a norma não se limita a um conjunto frio mandatório e coercitivo de artigos e parágrafos, mas sim de um movimento vivo que busca ao máximo estabelecer critérios justos, reais e factíveis.

Para melhor compreensão deste processo em especial, cabe esclarecer que essa construção coletiva, apesar de institucionalizada no ano de 2019, tem sua origem muito antes, no ano de 2012 em razão de uma fatalidade ocorrida em um Pronto Socorro da Cidade de São João de Meriti, quando a senhora Palmerina Pires Ribeiro, de 80 anos, vem a óbito em decorrência de um erro de procedimento de enfermagem, quando uma estagiária confunde a sonda de alimentação com o acesso dos medicamentos e aplica café com leite junto ao soro fisiológico.

Os gestores da época e seus respectivos sucessores percebem que não se tratava de um caso simples, solucionado pela punição da aluna e de sua escola, mas sim de um problema sistêmico gravíssimo relacionado ao processo formativo e, em especial, das normas de estágio curricular. A formação dos Técnicos em Enfermagem não possuía nesse período normas que consideravam as especificidades do cuidado com a vida e a saúde. A organização de tais processos era delegada pelo Estado aos dirigentes escolares, deixando a cargo da subjetividade de cada um deles a condução do itinerário, sem estabelecer procedimentos mínimos e, sobretudo, sem assumir sua responsabilidade político-institucional.

Orlandi (2007) destaca que essa postura generalista do Estado pode ser compreendida como um tipo específico de silêncio, onde nas palavras da autora existe “[...] uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma de não calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política”.

Um ponto de destaque necessário nesse caminhar é o esclarecimento que esta normativa, para além do fazer institucional, constitui uma história de protagonismo profissional, onde diferentes atores identificaram o fato, suas fragilidades e buscaram, coletivamente, construir soluções. Apesar da identificação nominal necessária de muitos deles, não se trata em absoluto de um caminhar permeado por personalismos, mas sim de servidores, enfermeiros e gestores educacionais buscando cumprir seu compromisso com a sociedade.

Em linhas gerais, identificamos a seguir o processo de diálogo e construção coletiva que trazem o Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro a esse momento:

- Em 06 de novembro de 2012, em Audiência Pública das Comissões de Saúde e Educação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, é discutida a situação dos cursos e seus processos de autorização. Durante as discussões a questão basilar do problema é sintetizada de maneira clara e objetiva pela Professora Doutora Maria Therezinha Nóbrega, Professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e naquele momento Vice-Presidente do COREN-RJ. A docente destaca que a lacuna existente quanto as normativas para realização de estágio, sua organização, controle, fiscalização e seus efeitos diretos, concluindo assim sua fala: “Os problemas acontecem por conta da carência de uma lei que deveria obrigar a designação de um profissional do curso e de um enfermeiro responsável para o acompanhamento desse estagiário. Trata-se de uma covardia colocar a culpa somente nos profissionais de Educação, responsáveis pela formação”;

- Em junho de 2013, conforme consta do Processo nº E-03/001/1933/2015 que dá origem ao Parecer CEE nº 66/2017, é realizada a primeira parceria COREN-RJ e SEEDUC/RJ para avaliação de funcionamento de irregular de curso Profissional Técnico em Enfermagem;

- Em 04 de novembro de 2013, nos termos do Processo nº E-03/001/7875/2013 é autuado processo para estabelecer um Termo de Colaboração entre a SEEDUC/RJ e o COREN-RJ para a realização das atividades de autorização, acompanhamento, avaliação e apuração de denúncias referentes ao curso Técnico em Enfermagem;

- Em setembro de 2014, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação o COREN-RJ, é realizado no I CONFLUENF a mesa redonda com o tema Interface na Formação Profissional das Instituições Reguladoras, de Ensino e de Fiscalização Profissional, buscando promover o diálogo e a integração entre os profissionais de educação e de enfermagem;

- Em 22 de setembro de 2014, como fruto dessa parceria desenvolvida é publicada a Resolução Conjunta SEEDUC/FAETEC nº 1285, de 17 de setembro de 2014, que em seu art. 1º, §§ 5º e 6º, visa objetivamente o aproveitamento profissional de competência para habilitações do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde que compreendam ações e intervenções no processo saúde - doença desenvolvidas diretamente junto ao cliente/paciente;

- Em outubro de 2016, o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em Audiência Pública promovida pela Comissão de Saúde da ALERJ, participa das discussões sobre a oferta da Enfermagem com uso da metodologia de Educação a Distância, destacando que naquele período não existiam cursos técnicos em enfermagem autorizados nesta modalidade no Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Realidade que se mantém até a presente data;

- Em abril de 2017, a SEEDUC/RJ participa do 1º Seminário CONATENF/COFEN.EaD em Brasília, tendo como tema do Seminário “Prova de suficiência para Profissionais de Enfermagem de Nível Médio”;

- Em 23 de junho de 2017, as Comissões de Educação e da Mulher, em Audiência Pública Conjunta, discutem em Campos dos Goytacazes a situação dos egressos do curso Técnico em Enfermagem do JOMASA. Nesse momento são expostos fatos e questões sobre o tema, sobretudo ligados ao funcionamento irregular e ações ilegais de oferta de curso e certificação, sendo deliberado naquele momento que a questão se encaminhará a este Colegiado, o que de fato ocorreu, culminando com o encerramento da instituição de ensino nos termos do Parecer CEE nº 066/2017;

- Em 26 de março de 2018, é publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Termo de Cooperação nº 07/2018 entre o COREN-RJ e a SEEDUC/RJ com vigência prevista de 60 (sessenta) meses, cujo objeto é “estabelecer a cooperação mútua entre as Instituições Particulares, visando à fiscalização e a promoção de medidas que buscam garantir a adequada prestação das ações e serviços educacionais, nas suas respectivas áreas de atuação, em especial nos processos de autorização, acompanhamento, avaliação e apuração de denúncias.”;

- Em julho de 2019, a ABEn/RJ encaminha à Presidência do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro documento intitulado “Projeto de Diretrizes Curriculares para Formação Profissional de Técnicos de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro”;

- A Presidência do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, convida a ABEn/RJ e o COREN-RJ para análise técnica geral do documento. Nesta reunião, com a presença de outros Conselheiros, os órgãos técnicos aprovam o conteúdo do documento e, coletivamente, é definida a metodologia de audiências públicas;

- Em reunião plenária é apresentada a questão, sendo definida a constituição de uma Comissão Mista para condução do processo, sendo designados os Conselheiros Delmo Morani, Robson Terra e Alessandro Sathler, representando a Comissão de Legislação e Normas e as Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior e de Educação Profissional;

- Nos dias 14 e 28 de agosto de 2019, em parceria com ABEn/RJ e COREN-RJ este Colegiado realiza duas audiências públicas com o tema: “Diretrizes Curriculares para Formação Profissional de Técnicos de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro”. A primeira delas em Laje do Muriaé - RJ, no CIEP 343 - Professora Emília Diniz Ligeiro, e a segunda no Sinepe-Rio, onde foi discutido o documento base apresentado e recolhidas contribuições de profissionais da Enfermagem e da Educação.

A construção desta normativa, iniciada e conduzida pelo compromisso assumido entre especialistas das áreas de Educação e Saúde, e pelo diálogo direto com aqueles que vivenciam a realidade, tanto nos processos de formação dos profissionais, quanto no próprio cotidiano do exercício da enfermagem, tem seu processo deliberativo respaldado na Lei Estadual nº 5.427/2009, em especial seus artigos 28, 30 e 31 e, em seu caminhar, consagra o espírito democrático adotado por este Conselho Estadual de Educação no cumprimento de sua missão institucional.

## DELIBERAÇÃO CEE Nº 379 DE 02 DE JUNHO DE 2020

**PRORROGA ATÉ 31/12/2020 OS ATOS AUTORIZATIVOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO POR DOS CURSOS POR ELA OFERTADOS, VINCULADOS AO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

## CONSIDERANDO:

- que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia e que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para restringir a disseminação do COVID-19, além da necessidade de se reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações em toda a cidade, inclusive no transporte coletivo;

- a Lei Estadual nº 4.528/2005, alterada pelas Leis nº 6.158/2012 e nº 6.864/2014, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro e que designa o Conselho Estadual de Educação como o órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema estadual de ensino e;

- a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo COVID-19;

- o Decreto Estadual nº 46.970, de 13 de março de 2020, publicado no DOERJ de 13 de março de 2020, e suas respectivas alterações, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do COVID-19, do Regime de Trabalho do Servidor Público e Contratado e dá outras providências;

- o Decreto Estadual nº 46.973, de 16 de março de 2020, publicado no DOERJ de 17 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do COVID-19, e dá outras providências;

- o curso do prazo processual nos processos administrativos perante a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e a necessidade de adequar os processos de renovação de atos autorizativos das Instituições e Cursos vinculados ao Sistema Estadual de Educação do Rio de Janeiro;

## DELIBERA:

**Art. 1º** - Prorrogar, até 31/12/2020, o prazo dos atos autorizativos vencidos ou a vencer, enquanto durar as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente da COVID-19, ou enquanto for reconhecida a necessidade de manutenção da situação de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**§ 1º** - As instituições deverão protocolar os pedidos relacionados aos atos autorizativos do caput em até 120 dias após término das medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente da COVID-19, ou enquanto for reconhecida a necessidade de manutenção da situação de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**§ 2º** - Os prazos estabelecidos no caput e no § 1º, poderão sofrer alterações de datas em função de demandas e necessidades futuras que se fizerem necessárias.

**§ 3º** - Fica suspenso o prazo estabelecido no art. 14 da Deliberação CEE-RJ nº 345/2020, de 28 de dezembro de 2014 e no § 2º, do art. 2º, da Deliberação CEE-RJ no 358 de 12 de julho de 2016, enquanto durarem as medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do COVID-19, ou enquanto for reconhecida a necessidade de manutenção da situação de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Comissão Permanente de Legislação e Normas, em conjunto com a Câmara de Educação Básica e a Câmara Conjunta de Educação Superior e de Educação Profissional acompanha o voto dos relatores.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020

**MARCELO GOMES DA ROSA - Presidente da CPLN e Relator**  
**MARCELO SIQUEIRA MAIA VINAGRE MOCARZEL - Relator**  
**CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Presidente da Câmara de Educação Básica**



**MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS** - Presidente da Câmara Conjunta de Educação Superior e de Educação Profissional  
**ALESSANDRO SATHLER LEAL DA SILVA**  
**ANTÔNIO CHARBEL JOSÉ ZAIB**  
**DELMO ERNESTO MORANI**  
**ELIZANGELA NASCIMENTO DE LIMA SILVA**  
**FÁBIO FERREIRA DE OLIVEIRA**  
**FÁTIMA BAYMA DE OLIVEIRA**  
**GIANE QUINZE DIAS DE FARO OLIVEIRA**  
**HENRIQUE ZAREMBA DA CÂMARA**  
**JORGE NASSIM VIEIRA NAJJAR**  
**JOSÉ CARLOS DA SILVA PORTUGAL**  
**PEDRO PAULO DE BRAGANÇA PIMENTEL JUNIOR**  
**RICARDO MOTTA MIRANDA**  
**RICARDO TONASSI SOUTO**  
**ARILSON MENDES SÁ**  
**FERNANDO MENDES LEITE**  
**FLÁVIA MONTEIRO DE BARROS DE ARAÚJO**  
**MALVINA TANIA TUTTMAN**  
**MARIA BEATRIZ LEAL DA SILVA**  
**ROBSON TERRA SILVA**

**CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**  
A presente Deliberação foi aprovada por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES (VIRTUAL),  
  
Rio de Janeiro, em 02 de junho de 2020  
  
**MALVINA TANIA TUTTMAN**  
Presidente  
  
Id: 2254366

**Secretaria de Estado de  
Ciência, Tecnologia e Inovação**  
  
**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**  
  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL  
DA ZONA OESTE**  
  
**ATO DA REITORA**  
  
**PORTARIA UEZO SEI Nº 16 DE 02 DE JUNHO DE 2020**  
  
**ATUALIZA AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE  
PREVENÇÃO DA OCORRÊNCIA DE CASOS  
DE COVID19 NO ÂMBITO DA UEZO, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A REITORA DA FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL  
DA ZONA OESTE - UEZO**, no uso de suas atribuições legais, es-  
tatutárias e regimentais,

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de manter a suspensão das atividades acadêmicas e  
administrativas não essenciais, atendendo às medidas de prevenção e  
controle da COVID-19;

- as recomendações da Comissão Científica de Estudos para Preven-  
ção e Controle de Doenças Infectocontagiosas da UEZO (CEPDIC-  
UEZO) instituída Portaria UEZO N°05 de 10 de março de 2020  
(DOERJ 07/04/2020); e

- o acelerado crescimento dos casos de COVID-19 no Estado do Rio  
de Janeiro e da grande incidência de casos em Campo Grande;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Prorrogar, até 30 de junho de 2020, o prazo estabelecido no  
artigo 12 da Portaria UEZO nº 10/2020, que atualiza as medidas tem-  
porárias de prevenção da ocorrência de casos de COVID-19 no âm-  
bito da UEZO, e suspende as aulas de graduação e pós-graduação e  
as atividades presenciais científicas, culturais e esportivas da UEZO.

**Art. 2º** - São consideradas atividades essenciais:

I. Gestão de pagamentos a servidores, bolsistas e contratos de ma-  
nutenção;

II. Liberação das autorizações e transferências orçamentárias relativas  
às atividades essenciais;

III. Manutenção da rede, e-mails, hospedagem de página e suporte  
aos sistemas de apoio à demais atividades essenciais;

IV. Cumprimento de decisões judiciais e atendimento aos processos  
eletrônicos;

V. Atendimento às solicitações de acesso à informação de acordo  
com o Decreto Estadual nº 46.475/18;

VI. Serviços de limpeza e segurança;

VII. Manutenção do Biotério.

**Parágrafo Único** - A Reitoria, a pedido das unidades administrativas  
e acadêmicas poderá considerar como essenciais para fins deste ato,  
outras atividades não previstas neste artigo.

**Art. 3º**- Instituir três grupos de trabalho (GTs) com o objetivo de ela-  
borar políticas acadêmicas que orientem ações de ensino, pesquisa e  
extensão para os anos de 2020 e 2021. A retomada das atividades  
regulares após a pandemia ocasionada pela COVID-19 exige a ga-  
rantia da segurança da vida de todos, somente ocorrendo em acordo  
com as normas determinadas pelas autoridades sanitárias e educa-  
cionais.

I. Grupo de Trabalho de Assuntos Acadêmicos - Formado pelo Fórum  
de Graduação (Deliberação COEPE nº 046/2015) deverá propor mo-  
delos pedagógicos (atividades remotas, semipresenciais, etc...) e pra-  
zos visando a retomada das atividades acadêmicas da graduação;

II. Grupo de Trabalho de Infraestrutura de TIC - Formado pelos ser-  
vidores da Diretoria de Informática e pelos professores Maurício Que-  
lhas Antolin e Edmilson Monteiro de Souza (coordenador do GT), de-  
verá avaliar a infraestrutura disponível e necessária na instituição para  
atividades remotas bem como propor planejamento de Tecnologia da  
Informação e Comunicação (demanda de redes, provedores, equipa-  
mentos, etc...) visando adequação para a nova realidade de oferta  
das atividades acadêmicas através de via remota;

III. Grupo de Trabalho de Infraestrutura Predial - Formada pelos pro-  
fessores João Bosco de Salles, Carlos Vitor de Alencar Carvalho, Da-  
rio Nepomuceno Silva Neto (coordenador do GT), Camelinada Mon-  
teiro Costa Afonso e Jessica Manyá Bittencourt Dias Vieira (membros  
representantes da CEPDIC-UEZO),deverá avaliar as instalações da  
UEZO visando adequação às normas sanitárias vigentes, além de prop-  
or o planejamento para as atividades presenciais determinando o nú-  
mero de alunos por sala ou laboratório.

**Art. 4º** - Os Grupos de Trabalho atuarão de forma integrada através  
de suas coordenações com o objetivo de redigir o documento nortea-  
dor de políticas acadêmicas e de infraestrutura para os próximos se-

mestres que deverá ser apresentado na reunião ordinária do Conselho  
Universitário em 23 de junho de 2020.

**Art. 5º**- A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, no âmbito das  
suas respectivas atribuições, apresentará na reunião ordinária do Con-  
selho Superior a ser realizada no dia 23 de junho de 2020 o plane-  
jamento de retorno às atividades acadêmicas regulares de forma re-  
mota dos cursos de pós-graduação stricto sensu modalidade profis-  
sional, sendo ouvidas as coordenações dos respectivos cursos por  
meio dos fóruns apropriados, tendo em vista que os mestrados pro-  
fissionais possuem uma dinâmica diversa em relação aos cursos de  
graduação.

**Art. 6º**- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, re-  
vogadas as disposições em contrário  
Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020

**MARIA CRISTINA DE ASSIS**  
Reitora  
  
Id: 2254386  
  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
  
**ATO DO PRESIDENTE**  
  
**PORTARIA FAPERJ/PR Nº 418 DE 02 DE JUNHO DE 2020**  
  
**PRORROGA O PRAZO PREVISTO NA PORTA-  
RIA FAPERJ/PR Nº 417, DE 12 DE MAIO DE  
2020, CONSIDERANDO A NOVA EDIÇÃO DE-  
CRETO Nº 47.102, DE 01 DE JUNHO DE 2020  
QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE EN-  
FRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECOR-  
RENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19),  
EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMER-  
GÊNCIA EM SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AM-  
PARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**CONSIDERANDO:**  
- a edição do Decreto nº 47.102, de 01 de Junho de 2020, pelo Ex-  
mo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre  
medidas de enfrentamento da propagação do COVID-19;

- que o artigo 3º do Decreto nº 47.102, de 01 de Junho de 2020,  
determina que o servidor público deverá exercer suas funções labo-  
rais, preferencialmente, fora das instalações físicas do órgão de lota-  
ção, em trabalho remoto (regime home Office), e que a autoridade su-  
perior, em cada caso, deverá expedir ato de regulamentação do tra-  
balho remoto;

- a publicação da Lei nº 8802, de 04 de Maio de 2020, que autoriza o  
poder executivo a reduzir a carga horária ou a adotar o regime de  
trabalho remoto para os servidores públicos estaduais;

- a necessidade de adotar medidas de prevenção ao contágio e de  
enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (CO-  
VID-19);

- a necessidade de disciplinar no âmbito da Fundação Carlos Chagas  
Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ,  
o desempenho das funções laborais dos seus servidores e colabora-  
dores no período emergencial de saúde pública; e

- a necessidade de manutenção da continuidade e essencialidade das  
atividades da Administração Pública, através de recursos de tecnolo-  
gia da informação e a possibilidade de trabalho remoto via comuni-  
cação eletrônica, bem como utilização do Sistema Eletrônico de In-  
formações (SEI);

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Prorrogar até o dia 21 de junho de 2020, o prazo previsto no  
artigo 1º da Portaria FAPERJ/PR nº 417, de 12 de maio de 2020.

**Art. 2º** - Esta Portaria poderá ser alterada, prorrogada ou revogada a  
qualquer momento, se for o caso.

**Art. 3º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua pu-  
blicação, com efeitos a contar de 02 de junho de 2020.

**Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020.**  
**JERSON LIMA DA SILVA**Presidente  
  
Id: 2254388

**INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO**  
  
**ATO DO PRESIDENTE**  
  
**\*PORTARIA IPEM/GAPRE Nº 981 DE 02 DE JUNHO DE 2020**  
  
**DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE  
PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTA-  
MENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE  
DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DO  
REGIME DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚ-  
BLICO E CONTRATADO, E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTA-  
DO DO RIO DE JANEIRO - IPEM/RJ**, no uso de suas atribuições le-  
gais, e considerando o que consta no Decreto nº 47.102/2020,

**CONSIDERANDO:**

- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido me-  
diante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco  
de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às  
ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na for-  
ma do artigo 196 da Constituição da República;

- as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS,  
que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde in-  
dividual e coletiva, conforme o artigo 289, inciso IV, da Constituição  
do Estado do Rio de Janeiro;

- o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre  
a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacio-  
nal - ESPIN e a Declaração de Emergência em Saúde Pública de  
Importância Internacional OMS em 30 de janeiro de 2020;

- as medidas de emergência em saúde pública de importância nacio-  
nal e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento  
Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212,  
de 30 de janeiro de 2020;

- a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saú-  
de, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública  
de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana  
pelo novo coronavírus (2019-nCoV), especialmente a obrigação de ar-  
ticulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Ope-  
rações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), e

- a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento  
da Emergência em Saúde Pública de Importância Estadual e Interna-  
cional, decorrente do "coronavírus";

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficar, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas e suas  
respectivas superintendências regionais, suspensas todas as ativida-  
des internas e externas até o dia 05/06/2020.

**Parágrafo Único** - A medida visa preservar a saúde de nossos em-  
pregados e clientes, e está em linha com as determinações do Go-  
verno do Estado para reduzir o risco de transmissão do Novo Coro-  
navírus (Covid-19).

**Art. 2º** - Excepcionalmente medidas urgentes serão convocadas pela  
Presidência do IPEM/RJ.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, re-  
vogadas as disposições em contrário.

**Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020**  
  
**ALEXANDRE VALLE**  
Presidente  
  
\*Omitida no D.O. de 03/06/2020.  
  
Id: 2254407

**Secretaria de Estado de Transportes**  
  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES**  
  
**ATO DO SECRETÁRIO E DOS PRESIDENTES**  
  
**RESOLUÇÃO CONJUNTA SETRANS / DETRO / CODERTE / CEN-  
TRAL / RIOTRILHOS Nº 104 DE 02 DE JUNHO DE 2020**  
  
**ALTERA O ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO CON-  
JUNTA SETRANS / DETRO / CODERTE/ CEN-  
TRAL / RIOTRILHOS Nº 100 DE 11 DE MAIO  
DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES E OS PRESI-  
DENTES DO DETRO, CODERTE, CENTRAL E RIOTRILHOS**, no uso  
de suas atribuições legais e regulamentares, e

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 47.102, de 01 de junho  
de 2020, que atualiza as medidas temporárias a serem adotadas para  
prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação do novo Co-  
ronavírus (COVID-19), especificamente as que tratam do regime de  
trabalho remoto (home office) para os servidores públicos e contra-  
tados, previstas em seu art. 3º - §§ 1º, 2º e 3º;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** - Fica estendido até o dia 05 de junho de 2020, o Trabalho  
Remoto (Home office), de que trata o art. 1º da Resolução Conjunta  
nº 097, de 30 de abril de 2020.

**Parágrafo Único** - Ficam mantidas as demais medidas estabelecidas  
na Resolução Conjunta nº 100, de 11 de maio de 2020.

**Art. 2º** - As medidas previstas nesta Resolução poderão ser reava-  
liadas a qualquer tempo.

**Art. 3º** - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua pu-  
blicação.

**Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020**  
  
**DELMO MANOEL PINHO**  
Secretário de Estado de Transportes  
  
**CARLOS ALBERTO BUSS**  
Presidente da CENTRAL  
  
**NELSON OAQUIM JUNIOR**  
Presidente da CODERTE  
  
**CLEBER RIBEIRO AFONSO**  
Presidente do DETRO  
  
**LUIZ CARLOS TEÓFILO**  
Presidente da RIOTRILHOS  
  
Id: 2254392

**Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, e Abastecimento**  
  
**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO**  
  
**ATO DO SECRETÁRIO**  
  
**RESOLUÇÃO SEAPA Nº 09 DE 02 DE JUNHO DE 2020**  
  
**ALTERA A RESOLUÇÃO SEAPA Nº 07, DE 11  
DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO**, no uso das atribuições constitucionais e legais;

**CONSIDERANDO:**

- a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de  
março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

- a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre me-  
didas para enfrentamento da emergência de saúde pública de impor-  
tância internacional, decorrente do Novo Coronavírus, e o que dispõe  
o Decreto Estadual nº 46.966, de 11 de março de 2020;

- o Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020, que decreta estado  
de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência  
do Novo Coronavírus (COVID-19); e

- o Decreto nº 47.102, de 01 de junho de 2020, dispõe sobre as me-  
didas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Corona-  
vírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saú-  
de, e dá outras providências, e suas alterações;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- O caput do artigo 1º da Resolução SEAPA nº 07, de 11 de  
maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o trabalho remoto - homeoffice para os  
agentes públicos em exercício na Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária e Abastecimento que não desempe-  
nhem atividades de caráter essencial até o dia 05 de junho  
de 2020. "

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,  
produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

**Rio de Janeiro, 02 de junho de 2020**  
  
**MARCELO QUEIROZ**  
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
  
Id: 2254264



Secretaria de Estado de  
Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA  
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 01.06.2020

PROCESSO Nº SEI-18/0002/000188/2020 - DECIDO sancionar a Empresa Ingresso Rápido e penalidade de advertência, na forma disposta na Lei Federal nº 8.666/93; determinar que o valor pendente de repasse e acréscimo pecuniário, seja descontado da Garantia Contratual apresentada, e determinar que a Ingresso Rápido, em face do desconto a ser efetivado, que complemente a Garantia Contratual no prazo e forma que consta do contrato vigente.

Id: 2254346

Secretaria de Estado de Turismo

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO  
ATO DO SECRETÁRIO  
RESOLUÇÃO SETUR Nº 234 DE 03 DE JUNHO DE 2020  
INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRASPRO-VIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Manual do Sindicante, Anexo do Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para que, no prazo de 30 (trinta) dias, sejam apuradas possíveis irregularidades e emitido o competente parecer em relação ao TAC firmado com a Empresa P&P Turismo EL-RELI, conforme o Processo Administrativo nº SEI-050003/000176/2020,  
Art. 2º Designar, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância, para o fim do artigo 1º, os seguintes servidores:

OSWALDO GOMES DE SOUZA; ID. 1943573-8;  
MARIA CRISTINA TAUIL; ID. 4318114-7;  
JAQUISSANE BARROS RESENDE; ID. 1916102-6.

CARGO ANTERIOR	ÚLTIMO OCUPANTE	DATA DA VACÂNCIA	CARGO ATUAL
Procurador do Estado	Es-Aline Reis de Souza	Jatahy	pecial

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2020

MARCELO LOPES DA SILVA  
Procurador-Geral do Estado

Id: 2254371

viços, a fim de atender o ambiente computacional da Procuradoria Geral do Estado, composta pelos membros a seguir:

SIMONE DE JESUS DO CARMO, ID Funcional: 50849778;  
SANIO MARTINS VALINHO, ID Funcional: 50326880;  
LUIS FERNANDO LELIS DA SILVA, ID Funcional: 50160893.

Id: 2254309

AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

\*INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2019.  
PARTES: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a empresa P&P TURISMO EIRE-LI.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2019, relativo à prestação de serviços contínuos de agência de viagens, na forma do termo de referência.  
DATA DE ASSINATURA: 02/06/2020.  
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).  
FUNDAMENTO: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.  
PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de 03/06/2020.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/004/308/2019.  
\*Omitido do D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254401

SECRETARIA DE ESTADO da  
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

AVISO

O PREGOEIRO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IOERJ, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 004/2020 fora considerado **FRA-CASSADO**, pois o único concorrente apresentou proposta de preço superior a 40% do valor estimado no Edital. Processo nº E-12/079/0815/2019.

Id: 2254442

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2019 - Termo Contratual nº 019/2020.  
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa AGROVET SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO SUBPROCURADOR-GERAL  
DE 02.06.2020

DESIGNA TANIA DE SOUSA ELIAS, Procurador do Estado, Id, Funcional nº 41954840, para prestar assistência à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, sem prejuízo de suas atribuições na Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico, no período de 01 a 30/06/2020, **CESSA**, com validade a contar de 31 de maio de 2020, os efeitos do ato, datado de 16/04/2020, publicado em DOERJ de 20/04/2020, que a designou para prestar assistência à Secretaria de Estado de Saúde - SES, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº SEI-140001/002278/2020.

DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL  
DE 01.06.2020

PROCESSO Nº SEI-14/001/030872/2019 - TORNO SEM EFEITO o despacho de 16/10/2019, publicado no D.O. de 21/01/2020, que concedeu a Licença Especial para estudo no exterior, no período de 15/06/2020 a 19/06/2020, face à Pandemia da Covid-19.

SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE  
DE 02.06.2020

PROCESSO Nº SEI-140001/021945/2020 - Requerente: JOSÉ UBIRAJARA SILVA ALMEIDA - CPF: 044.326.737-53 - Falecido: HADIR PORTELLA ALMEIDA. Louvada na manifestação da Gerência de Recursos Humanos, **DEFIRO** o pagamento do Auxílio Funeral.

Id: 2254372

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATOS DO SUBPROCURADOR-GERAL  
DE 03.06.2020

DESIGNA GABRIEL PACHECO ÁVILA, Procurador do Estado, Id, Funcional nº 42666040, para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, em caráter temporário, pelo período de 60 dias, prestar assistência para fins do disposto no Processo nº SEI-030029/002633/2020, com validade a contar de 01 de junho de 2020.

DESIGNA GABRIEL BALTAZAR MULLER, Procurador do Estado, Id, Funcional nº 50143786, para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, em caráter temporário, pelo período de 60 dias, prestar assistência para fins do disposto no Processo nº SEI-030029/002633/2020, com validade a contar de 01 de junho de 2020.

Id: 2254393

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL  
DE 03/06/2020

PROCESSO Nº SEI-10/001/000099/2018 - Louvado nas manifestações constantes dos doc. n°s SEI 5104945 e 5128584, que adoto como razões de decidir, **INDEFIRO** a impugnação ofertada pela Sociedade Empresária TELEFÔNICA BRASIL S/A, no doc. nº 5094732, e determino o prosseguimento do Pregão Eletrônico PGE nº 02/2020.

Id: 2254445

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
DIRETORIA DE GESTÃO

ATO DA ASSESSORA ESPECIAL  
DE 02/06/2020

Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016 e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº SEI-14/001/000662/2019, **FICA DESIGNADA** a Comissão de Fiscalização do Contrato PGE-RJ nº 05/2020, cujo objeto é o fornecimento de Plataforma de Segurança de Conectividade Integrada, na modalidade ser-

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2020

OTAVIO LEITE  
Secretário de Estado de Turismo

Id: 2254342

Gabinete de Segurança Institucional do Governo

SUBSECRETARIA MILITAR

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 27.05.2020

PROCESSO Nº SEI-390002/000083/2020 - Por delegação de competência conferida através da Resolução GSI nº 002, de 24/04/2019 e, considerando o constante no Contrato SSMGSI nº 005/2019 e Processo nº SEI-390002/000083/2020, **RECONHEÇO A DÍVIDA** de exercício anteriores, no valor de R\$ 16.657,28 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), de acordo com o inciso III, do artigo 11, da Lei nº 287, de 04/12/1979, para pagamento de débito desta Subsecretaria Militar com a Empresa TRIVALE ADMINISTRISTRAÇÃO Ltda.

Id: 2254263

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 4549 DE 01 DE JUNHO DE 2020

TRANSFORMA SEM AUMENTO DE DESPESA O CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO NA FORMA QUE MENCIONA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica transformado, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Procuradoria Geral do Estado, o cargo vago, abaixo discriminado, conforme o disposto no artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 137, de 29 de junho de 2010.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica transformado, sem aumento de despesa, na estrutura básica da Procuradoria Geral do Estado, o cargo vago, abaixo discriminado, conforme o disposto no artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 137, de 29 de junho de 2010.

viços, a fim de atender o ambiente computacional da Procuradoria Geral do Estado, composta pelos membros a seguir:

SIMONE DE JESUS DO CARMO, ID Funcional: 50849778;  
SANIO MARTINS VALINHO, ID Funcional: 50326880;  
LUIS FERNANDO LELIS DA SILVA, ID Funcional: 50160893.

Id: 2254309

## AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

### Vice Governadoria do Estado

#### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO FUNDAÇÃO LEÃO XIII

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

\*INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2019.  
PARTES: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a empresa P&P TURISMO EIRE-LI.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2019, relativo à prestação de serviços contínuos de agência de viagens, na forma do termo de referência.  
DATA DE ASSINATURA: 02/06/2020.  
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).  
FUNDAMENTO: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.  
PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de 03/06/2020.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-16/004/308/2019.  
\*Omitido do D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254401

### Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

#### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

#### AVISO

O PREGOEIRO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IOERJ, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 004/2020 fora considerado **FRA-CASSADO**, pois o único concorrente apresentou proposta de preço superior a 40% do valor estimado no Edital. Processo nº E-12/079/0815/2019.

Id: 2254442

### Secretaria de Estado de Fazenda

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2019 - Termo Contratual nº 019/2020.  
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa AGROVET SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 007/2019, relativo à prestação de serviços contínuos de locação com instalação e manutenção mensal de filtro para tratamento químico da água que abastece o Posto Fiscal de Nhangapi, com fundamento no art. 57, inciso II, e na Cláusula Segunda, parágrafo primeiro do Contrato.  
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 05/06/2020.  
VALOR: R\$ 60.003,84 (sessenta mil três reais e oitenta e quatro centavos).  
PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.  
NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.14.  
NOTA DE EMPENHO: 2020NE00317.  
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.  
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.  
PROCESSO Nº E-04/056/75/2016.

Id: 2254508

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

\*\*\*INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2017 - Termo Contratual nº 010/2020.  
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa MULTIAMERICAN SERVIÇOS LTDA EPP.  
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 012/2017, relativo à prestação de serviços contínuos de locação de veículos com rastreador de frota, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, com fundamento art. 65, inciso II, e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, assim como no Decreto Estadual nº 46.993 de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 47.005/2020, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público.  
DATA DA ASSINATURA: 25/05/2020  
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993  
PROCESSO Nº E-04/056/93/2016.  
\*Omitido no D.O. de 26/05/2020  
\*\*Republikado por incorreções no original publicado no D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254338

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

#### EDITAL

OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam cientificados da lavratura dos autos de infração por infringência à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.  
Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 61/2020.

REPARTIÇÃO FISCAL  
AFR - 60.01 - TRES RIOS  
Rua Pref Joaquim J. Ferreira, 81 Centro - CEP 25805-020  
Três Rios - RJ

RENAN DE PAULA MARTINS  
CPF 150.707.147-75 - Processo nº E-04/211/002263/2020  
Auto de Infração nº 03.609843-2, de 13/02/2020  
Valor reclamado: R\$ 15.134,70.

REPARTIÇÃO FISCAL  
PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI  
Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

MACHADO USINAGEM DE METAIS LTDA  
CNPJ 3.825.099/0001-59 - Processo nº E-04/211/001087/2020  
Auto de Infração nº 03.608837-5, de 22/01/2020  
Valor reclamado: R\$ 7.746,48.

ANVI COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI  
CNPJ 43.448.687/0001-35 - Processo nº E-04/211/003536/2020  
Auto de Infração nº 03.611575-6, de 11/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 9.690,39.

BRADEX TRANSPORTES LTDA  
CNPJ 24.566.736/0003-51 - Processo nº E-04/211/001730/2020  
Auto de Infração nº 03.609686-5, de 04/02/2020  
Valor reclamado: R\$ 15.218,09.

FACCIN LOGISTICA LTDA  
CNPJ .966.468/0006-40 - Processo nº E-04/211/023574/2019  
Auto de Infração nº 03.602929-6, de 26/11/2019  
Valor reclamado: R\$ 39.355,27.

FAP LOG TRANSPORTES ME  
CNPJ 26.717.733/0001-35 - Processo nº E-04/211/003463/2020  
Auto de Infração nº 03.608417-6, de 10/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 7.240,83.

FIBRASUL FIBRAS E METAIS EIRELI  
CNPJ 2.127.283/0001-62 - Processo nº E-04/211/000556/2020  
Auto de Infração nº 03.607589-3, de 14/01/2020  
Valor reclamado: R\$ 48.125,07.

FLEX SOLUCOES INTEGRADAS LIMITADA  
CNPJ 22.975.120/0001-47 - Processo nº E-04/046/102755/2018  
Auto de Infração nº 03.573477-1, de 04/09/2018  
Valor reclamado: R\$ 17.524,67.

FRS TRANSPORTES LTDA  
CNPJ 4.695.056/0002-40 - Processo nº E-04/211/001973/2020  
Auto de Infração nº 03.609303-7, de 09/02/2020  
Valor reclamado: R\$ 15.519,99.

GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA  
CNPJ 3.094.658/0008-74 - Processo nº E-04/211/003142/2020  
Auto de Infração nº 03.610189-7, de 04/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 8.788,81.

MAURI PEDRO TRANSPORTES EIRELI  
CNPJ 5.335.400/0001-71 - Processo nº E-04/211/003474/2020  
Auto de Infração nº 03.608428-3, de 10/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 11.771,16.

SHALLOON CARGAS BRASIL EIRELI  
CNPJ 19.495.322/0002-68 - Processo nº E-04/211/003306/2020  
Auto de Infração nº 03.611006-2, de 07/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 11.264,67.

SHYRLEY DE OLIVEIRA EIRELI  
CNPJ 14.751.428/0001-80 - Processo nº E-04/211/002882/2020  
Auto de Infração nº 03.609442-3, de 23/02/2020  
Valor reclamado: R\$ 14.649,36.

TG TRANSPORTES EIRELI  
CNPJ 32.653.504/0001-05 - Processo nº E-04/211/003346/2020  
Auto de Infração nº 03.611010-4, de 08/03/2020  
Valor reclamado: R\$ 11.569,99.

TRANSPORTADORA BORGES EIRELI  
CNPJ 33.854.933/0001-03 - Processo nº E-04/211/002316/2020  
Auto de Infração nº 03.609887-9, de 13/02/2020  
Valor reclamado: R\$ 9.368,70.



REPARTIÇÃO FISCAL PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO Funcionando Em Local Provisório
MARCIEL SILVEIRA ABEL CPF 80.007.489-08 - Processo nº E-04/211/002679/2020 Auto de Infração nº 03.610825-6, de 22/02/2020 Valor reclamado: R\$ 7.843,57.
R. C. T. TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA CNPJ 34.581.510/0001-11 - Processo nº E-04/211/002675/2020 Auto de Infração nº 03.610818-1, de 21/02/2020 Valor reclamado: R\$ 23.429,26.
VEROME DISTRIBUIDORA EIRELI CNPJ 30.345.330/0001-80 - Processo nº E-04/211/000076/2020 Auto de Infração nº 03.607459-9, de 02/01/2020 Valor reclamado: R\$ 12.204,71.
REPARTIÇÃO FISCAL PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN Rua Anísio Torres 1 ( rox. Rod Br 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000
ANA P. VIEIRA CNPJ 20.233.677/0001-87 - Processo nº E-04/211/001796/2020 Auto de Infração nº 03.609038-9, de 05/02/2020 Valor reclamado: R\$ 11.662,22.
EDUARDO JUNIOR DO NASCIMENTO OLIVEIRA CPF 62.137.436-93 - Processo nº E-04/211/000952/2020 Auto de Infração nº 03.608675-9, de 20/01/2020 Valor reclamado: R\$ 8.970,75.
FRATELLO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI CNPJ 18.292.429/0001-65 - Processo nº E-04/211/003441/2020 Auto de Infração nº 03.610257-2, de 09/03/2020 Valor reclamado: R\$ 10.833,24.
Id: 2254373
EDITAL
OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam cientificados das decisões proferidas pelo Conselho de Contribuintes, as quais recusaram total ou parcialmente os recursos interpostos, mantendo a exigência total ou parcial do crédito tributário reclamado nos autos de infração respectivos. O pagamento do crédito tributário reclamado deverá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias dessa ciência, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. Neste prazo cabe a redução de 10 % (dez por cento) do valor da multa. No prazo de 15 (quinze) dias da ciência dessa decisão, ressalvadas as restrições do artigo 105 da Resolução SEFCON nº 5.927/2001, cabe recurso ao Conselho Pleno. O não pagamento ou recurso implica a imediata inscrição em dívida ativa e execução judicial do débito. Os processos administrativos respectivos, contendo o inteiro teor dos despachos mencionados acima, encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 62/2020.
REPARTIÇÃO FISCAL AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS Av. Doutor Manuel Teles, nº 77, Slj Centro - CEP 25010-090 Duque de Caxias - RJ
ANA E FABIO COMERCIO DE GAS LTDA ME Inscrição Estadual 78.813.768 - Processo nº E-04/024/001749/2016 Auto de Infração nº 03.497043-4, de 28/07/2016 Valor reclamado: R\$ 289.130,61.
REPARTIÇÃO FISCAL PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itatiaia - RJ
EXPRESSO ALPHAVILLE TRANSPORTES DE CARGAS LTDA CNPJ 8.504.740/0001-77 - Processo nº E-04/046/002084/2018 Auto de Infração nº 03.556329-5, de 01/03/2018 Valor reclamado: R\$ 58.039,59.
Id: 2254374
EDITAL
O CONTRIBUINTE, abaixo, fica notificado do cancelamento do auto de infração respectivo, conforme decisão de julgamento administrativo. O processo administrativo respectivo encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 63/2020.
REPARTIÇÃO FISCAL PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod Br 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000
FRANCA & FRANCA TRANSPORTES LTDA CNPJ 08.100.942/0001-53 - Processo nº E-04/211/010215/2019 Auto de Infração nº 03.589227-2, de 05/05/2019
Id: 2254375

## Secretaria de Estado de Polícia Militar

### SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação referente ao proc. Nº E-09/082/09/2018.  
**PARTES:** O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR e o MUNICÍPIO DE PARACAMBI com a intervenção da SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE MUNICIPAL, através do PROEIS.  
**OBJETO:** a) Alterar a Cláusula Quarta em virtude da incidência de meses com 31 (trinta e um dias) e consequente alteração de valor; b) Alterar a Cláusula Quinta para inclusão do Parágrafo Único que estipula prazo para adoção de medidas pelo atraso do repasse de verba; e c) Alterar a Cláusula Oitava para inclusão de novos parágrafos para melhor adequação ao serviço.  
**VALOR:** É de até R\$1.207.500,84 (um milhão, duzentos e sete mil quinhentos reais e oitenta e quatro centavos).  
**PRAZO:** Fica prorrogado, por mais12 (doze) meses de vigência, a partir da data de assinatura.  
**FUNDAMENTO:** A Lei Estadual nº 6.162/12, o Decreto Estadual nº 42.875/11, alterado pelo Decreto nº 43.309/11, o Decreto Estadual nº 43.538/12, alterado pelo Decreto Estadual nº 23/18 e o Decreto Estadual nº 43.131/11 e pelo Decreto Estadual nº 46.646/19, para os fins que especifica.  
**DATA DA ASSINATURA:** 01.06.2020.  
**PROCESSO Nº E-09/082/09/2018.**

Id: 2254301

### SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

#### AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2020 - (SEPM) MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**  
**OBJETO:** Aquisição de arco em ´c de radiologia para atender as necessidades dos Policiais Militares e seus dependentes que são beneficiários do FUSPOM (Fundo de Saúde da Polícia Militar).  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://www.compras.rj.gov.br (PE nº 052/2020).  
**DATA DA LICITAÇÃO:** Dia 04/06/2020, às 10:00 horas.  
**VALOR ESTIMADO:** R\$ 3.939.998,00 (três milhões, novecentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e oito reais).  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-35/091/29/2020.**

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante apresentação de mídia gravável, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

Id: 2254336

## Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

#### EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Ajuste de Contas.  
**PARTES:** Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Empresa CIAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA. - CNPJ 00.055.699/0004-30.  
**OBJETO:** Prestação de fornecimento de refeições completas (almoço e jantar) para a Cadeia Pública Inspetor Jose Antonio da Costa Barros.  
**VALOR:** R\$ 201.736,39 (duzentos e um mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos).  
**PERÍODO:** Março/2020.  
**DATA DA ASSINATURA:** 02/06/2020.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-210108/000192/2020.**

Id: 2254378

## Secretaria de Estado de Defesa Civil

### SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

#### AVISOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2020.**  
**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo de dentística, radiologia e resinas.  
**DATA DE ABERTURA:** 18/06/2020, às 09h.  
**DATA ETAPA DE LANCES:** 18/06/2020, às 09h30min.  
**PROCESSO Nº SEI-27/132/000557/2019.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020.**  
**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de insumos radiológicos (filmes, revelador e fixador).  
**DATA DE ABERTURA:** 22/06/2020, às 08h30.  
**DATA ETAPA DE LANCES:** 22/06/2020, às 09h.  
**PROCESSO Nº SEI-27/132/001658/2019.**

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados no site: www.compras.rj.gov.br, podendo ser retirados, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3084/2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.

Id: 2254278

## Secretaria de Estado de Saúde

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO

A DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO SAÚDE convoca os interessados a formularem propostas de preços para contratação em caráter emergencial em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV):

**OBJETO:** Aquisição de SWAB, SECO COM PONTA DE RAYON para atender as necessidades das unidades geridas pela FSERJ.  
**DATA LIMITE PARA RESPOSTA:** IMEDIATO  
**ENVIO DA PROPOSTA:** O Formulário de Proposta de Preços encontra-se disponível no site da Fundação Saúde: www.fundacaosau-de.rj.gov.br, após ser preenchido deverá ser encaminhado através dos e-mails erica.santos@fs.rj.gov.br e isabela.pinna@fs.rj.gov.br, ou ser entregue fisicamente na sede da Fundação Saúde (Setor de Aquisição e Pesquisa), situada à Rua Padre Leonel Franca, nº 248, 2º Andar, Gávea, Rio de Janeiro.  
**FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** Art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8666/1993.  
**PROCESSO Nº E-0080007/2574/2020.**

As respectivas especificações técnicas encontram-se à disposição dos interessados no site da Fundação Saúde: www.fundacaosau-de.rj.gov.br. Demais informações podem ser obtidas por telefone (21) 2334-5010 Ramais 1362 ou 1359 ou através dos e-mails: erica.santos@fs.rj.gov.br e isabela.pinna@fs.rj.gov.br.

Id: 2254458

#### FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### AVISO

A DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO SAÚDE convoca os interessados a formularem propostas de preços para contratação em caráter emergencial em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV):

**OBJETO:** Aquisição de TUBO FALCON para atender as necessidades l das unidades geridas pela FSERJ.  
**DATA LIMITE PARA RESPOSTA:** IMEDIATO  
**ENVIO DA PROPOSTA:** O Formulário de Proposta de Preços encontra-se disponível no site da Fundação Saúde: www.fundacaosau-de.rj.gov.br, após ser preenchido deverá ser encaminhado através dos e-mails erica.santos@fs.rj.gov.br e isabela.pinna@fs.rj.gov.br, ou ser entregue fisicamente na sede da Fundação Saúde (Setor de Aquisição e Pesquisa), situada à Rua Padre Leonel Franca, nº 248, 2º Andar, Gávea, Rio de Janeiro.  
**FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** Art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8666/1993.  
**PROCESSO Nº E-0080007/2575/2020.**

As respectivas especificações técnicas encontram-se à disposição dos interessados no site da Fundação Saúde: www.fundacaosau-de.rj.gov.br. Demais informações podem ser obtidas por telefone (21) 2334-5010 Ramais 1362 ou 1359 ou através dos e-mails: erica.santos@fs.rj.gov.br e isabela.pinna@fs.rj.gov.br.

Id: 2254365

## Secretaria de Estado de Educação

### SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFICAÇÃO E ACERVO

#### EDITAL

O COORDENADOR GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFICAÇÃO E ACERVO nos termos da Deliberação CEE nº 366/2017, tendo em vista a decisão prolatada no Processo nº 0049543-06.2019.8.19.0000, torna público o nome do aluno concluinte:

**1 - INSTITUTO EDUCACIONAL LUMINIS - Rio de Janeiro**  
ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
Fabio da Silva Leitão- 2017

Id: 2254307

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AVISO

\*A PRESIDENTE INTERINA DA FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ/CONSÓRCIO CEDERJ, no uso de suas competências e atribuições legais, tendo em vista o disposto no Processo nº SEI-260004/000666/2020, faz saber que, considerando o Decreto Estadual nº 47.102, de 01 de junho de 2020, a prova do concurso de seleção pública para os cursos de graduação do consórcio CEDERJ, prevista para o dia 14 de junho, está adiada. Um novo cronograma será divulgado, oportunamente, após deliberação dos órgãos competentes, e estará disponível na página do Instituto Selecon (www.selecon.org.br) ou através do link na página da Cecierj (www.cecierj.edu.br).  
\*Omitido no D.O. de 03/06/2020.

Id: 2254405

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO
EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 081/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e ECO MEDICE - Distribuidora de Produtos Médicos Hospitalares EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de material de OPMES em regime de consignação para o Setor de Bucomaxilo do HUPE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Pregão Eletrônico nº 021/2020. VALOR: R\$ 13.399,98 (treze mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). N.E: 2020NE01075 FISCAL: MAURÍCIO DE CARVALHO ANDRADE - matrícula nº 30.693-6. GESTOR: PAULO JOSÉ MEDEIROS - matrícula nº 4.575-7. NOMEAÇÃO: Portaria nº 083/HUPE/2020. DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2020. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº E-26/008/1494/2019.

**INSTRUMENTO:** Contrato de Comodato vinculado ao Contrato nº 081/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e ECO MEDICE - Distribuidora de Produtos Médicos Hospitalares EIRELI - ME. OBJETO: Cessão em comodato de equipamento conforme Edital. DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2020. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº E-26/008/1494/2019.

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 104/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e UNIQUE Distribuidora de Medicamentos EIRELI. OBJETO: Aquisição de medicamentos para o Serviço de Farmácia do HUPE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA: Pregão Eletrônico nº 297/2019. VALOR: R\$ 67.172,10 (sessenta e sete mil cento e setenta e dois reais e dez centavos). N.E: 2020NE01383. FISCAL: JOSÉ FREITAS JUNIOR - matrícula nº 35.585-9. GESTOR: FERNANDA GARCIA LIMA VIANA - matrícula nº 37.886-9. NOMEAÇÃO: Portaria nº 077/HUPE/2020. DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2020. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº E-26/008/1133/2019.

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 113/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e HOMACC Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. **OBJETO:** Aquisição de material de OPMES para o HUPE. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA:** Pregão Eletrônico nº 296/2019. **VALOR:** R\$ 128.025,00 (cento e vinte e oito mil vinte e cinco reais). **N.E:** 2020NE01436. **FISCAIS:** CRISTIANE FERREIRA DE ARAÚJO GOMES - matrícula nº 35.617-0, LORENA DE BRITTO MATOS CORREIA - matrícula nº 37.171-6 e THAYANNE BORGES ESTELITA - matrícula nº 36.234-3. **GESTOR:** CARLOS EDUARDO VIRGINI MAGALHÃES - matrícula nº 34.110-7. **NOMEAÇÃO:** Portaria nº 082/HUPE/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de junho de 2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-26/008/100867/2018.

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 114/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e VASCULINE Comércio de Material Médico e Representações Ltda. **OBJETO:** Aquisição de material de OPMES para o HUPE. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA:** Pregão Eletrônico nº 296/2019. **VALOR:** R\$ 2.233.200,00 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil e duzentos reais). **N.E:** 2020NE01435. **FISCAIS:** CRISTIANE FERREIRA DE ARAÚJO GOMES - matrícula nº 35.617-0, LORENA DE BRITTO MATOS CORREIA - matrícula nº 37.171-6 e THAYANNE BORGES ESTELITA - matrícula nº 36.234-3. **GESTOR:** CARLOS EDUARDO VIRGINI MAGALHÃES - matrícula nº 34.110-7. **NOMEAÇÃO:** Portaria nº 082/HUPE/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de junho de 2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-26/008/100867/2018.

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 115/2020/HUPE. PARTES: UERJ/HUPE e E TAMUSSINO & CIA Ltda. **OBJETO:** Aquisição de material de OPMES para o HUPE. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA:** Pregão Eletrônico nº 296/2019. **VALOR:** R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais). **N.E:** 2020NE01437. **FISCAIS:** CRISTIANE FERREIRA DE ARAÚJO GOMES - matrícula nº 35.617-0, LORENA DE BRITTO MATOS CORREIA - matrícula nº 37.171-6 e THAYANNE BORGES ESTELITA - matrícula nº 36.234-3. **GESTOR:** CARLOS EDUARDO VIRGINI MAGALHÃES - matrícula nº 34.110-7. **NOMEAÇÃO:** Portaria nº 082/HUPE/2020. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de junho de 2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-26/008/100867/2018.

Id: 2254352

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 100/2017/HUPE/UERJ. PARTES: HUPE/UERJ e SOFIS Informática Ltda. **OBJETO:** Acréscimo de 25% ao item 01 do objeto do contrato. **VALOR DO ADITIVO:** R\$ 11.802,00 (onze mil oitocentos e dois reais). **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 153.426,00 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e vinte e seis reais). **DATA DA ASSINATURA:** 02 de junho de 2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-26/008/697/2017.

Id: 2254353

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato IPem/RJ nº 001/2020. **PARTES:** Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Distri Thech Comércio e Serviços EIRELI. **OBJETO:** Redução dos valores então vigentes estabelecidos no Contrato IPem/RJ nº 001/2020 para R\$ 34.877,26 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), a contar de 09/04/2020. **VALOR:** Fica reduzido o valor mensal da prestação de serviços em R\$ -68.135,25, (sessenta e oito mil cento e trinta cinco reais e vinte e cinco centavos), sendo previsto o valor mensal após a redução em R\$ 34.877,26 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos). **FUNDAMENTO:** Artigo 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Estadual no 47.004/2020. **EMPENHO:** 2020NE00061. **ASSINATURA:** 09/04/2020. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/018/63/2020.**

Id: 2254408



Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017. **PARTES:** CODERTE e OBERG FERRAZ ADVOGADOS ASSOCIADOS. **OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato por 06 (seis) meses ou até o encerramento do processo de licitação para contratação de serviços técnicos de advocacia. **VALOR:** R\$ 108.336,00 (cento e oito mil trezentos e trinta e seis reais). **DATA DE ASSINATURA:** 14/05/2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 8.666/93, art. 57, II e alterações, Lei nº 13.303/2016. **PROCESSO Nº E-10/004/746/2016.**

**\*INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2020. **PARTES:** CODERTE e VIAMIL EIRELI - ME. **OBJETO:** alteração da data de início da prestação dos serviços elencados no instrumento Contratual nº 02/2020, conforme descrito na cláusula segunda do termo originário, que passará a vigorar a contar de 17 de abril de 2020. Respalhando as medidas adotadas, na pandemia do Coronavírus (COVID-19), e Decretos Estaduais nºs 46.966/2020, 46.973/2020, 46.980/2020 e 46.934/2020, editados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. **VALOR:** no período das restrições no Estado do Rio de Janeiro para o combate à Pandemia, a CODERTE abre mão do valor mínimo de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), devendo a remuneração ser no percentual de 17,52% (dezessete virgula cinquenta e dois por cento) sobre o valor arrecadado. **DATA DE ASSINATURA:** 02/04/2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 13.303/2016, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº E-10/004/744/2019.** Omitido no D.O. de 17/04/2020.

**\*INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2020. **PARTES:** CODERTE e PRIVINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** redução do quantitativo do efetivo e dos insumos, passando para 24 (vinte e quatro) Auxiliares de Serviços Gerais, e os insumos reduzidos em virtude da diminuição do movimento de ônibus e passageiros nos Terminais, garantindo o necessário para que o serviço de limpeza e higienização seja de qualidade. Respalhando as medidas adotadas, na pandemia do Coronavírus (COVID-19), e Decretos Estaduais editados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. **VALOR:** fica condicionado a apresentação de planilha de composição do objeto. **DATA DE ASSINATURA:** 02/04/2020. **FUNDAMENTO DO ATO:** Lei nº 13.303/2016, e alterações, Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº E-10/004/214/2019.** \*Omitido no D.O. de 17/04/2020

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Permissão nº 003/2020. PARTES: CODERTE e ENGE PRAT ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Permissão à título precário e oneroso de serviço para operação e exploração dos Estacionamentos Públicos da Rua Nilo Peçanha, nº 38, Centro, Rio de Janeiro, e Avenida Paulo de Frontin, nº 126, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro, sob o regime de execução de Empreitada Integral. PRAZO: 12 (doze) meses, com o início da vigência do presente Termo de Permissão em de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura, valendo a publicação do extrato como eficácia do presente ato. VALOR: R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) pagos à CODERTE em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) ou 29,50% (vinte e nove virgula cinquenta por cento) DATA DE ASSINATURA: 02/04/2020. FUNDAMENTO DO ATO: Leis nºs 10.520/2002, 13.303/2016, 10.406/2002, Decreto nº 7.258/2016, Lei Complementar 123/2006, e Decretos nºs 3.149/1980, 41.203/08 e 42.063/2009, 42.091/2009, 42.301/2010, 46.188/2017 e Resolução SEPLAG nº 429/2011 e alterações. PRO-CESSO Nº E-10/004/492/2019. \*Omitido no D.O. de 17/04/2020.

Id: 2254339

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EXTRATO DE TERMO

**INSTRUMENTO:** Termo de Compromisso Cultural. **PARTES:** Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e instituições listadas. **OBJETO:** Prorrogação de ofício da vigência dos Termos de Compromisso Cultural firmados com as instituições abaixo listadas:

1. Instituições que receberam a 1º Parcela em 2018:

Nº	Nº TCC	Nome do Projeto	Nome da Instituição	Processo	Vigência atual	Prorrogação
01	25/2017	Semeando com notas musicais, o amor	Sociedade Musical Lira da Esperança	E-18/001/1615/2015	22/06/2020	13/11/2021
02	41/2017	Circo Viva	Associação Centro Cultural Viva	E-18/001/1614/2015	22/06/2020	13/11/2021
03	27/2017	Me vê na Tv (2.0)	Campus Avançado	E-18/001/1.576/2015	22/06/2020	13/11/2021
04	31/2017	Estradas da História	Ação Animatographo de Promoção e Integração Cultural e Social	E-18/001/1578/2015	22/06/2020	07/11/2021
05	42/2017	Varre-Sai: Venha Ver A Banda Passar	Resgate Cultural Da Lira Santa Cecilia De Varre-Sai	E-18/001/220/2016	22/06/2020	18/12/2021
06	43/2017	Viva Da Aldeia Guarani De Sapucaia Em Bracuí (Acibra)	Associação Comunitária Indígena Bracuí	E-18/001/1645/2015	14/08/2020	26/11/2021
07	32/2017	Projeto Carlos Scliar de Educação Patrimonial	Instituto Cultural Carlos Scliar	E-18/001/1.599/2015	01/11/2020	08/11/2021
08	34/2017	Centro Cultural Donana: Conectando Redes e Saberes	Centro Cultural Donana	E-18/001/1642/2015	30/06/2020	27/12/2021
09	37/2017	Lona na Lua	Associação Cultural e Social Lona na Lua	E-18/001/1675/2015	19/07/2020	07/11/2021
10	36/2017	Ponto de Cultura Negrinhos de Sinhá VII	Associação de Capoeira Negrinhos de Sinhá VII	E-18/001/1.598/2015	22/06/2020	07/11/2021
11	38/2017	Matrizes Cultural	C. E. Egbe Ile Iya Omidaye Ase Obalayo	E-18/001/1.577/2015	22/06/2020	07/11/2021

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDSODH, através da sua Coordenação de Compras, convoca a todos os fornecedores interessados, que atendam as qualificações necessárias, a encaminhar propostas objetivando a formalização de processo licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada para realização de diagnóstico dos bens móveis existentes nos "Restaurantes Cidadão" em Barra Mansa, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Itaboraí.

As propostas poderão ser encaminhadas até as 17h:00m do dia 10 de junho de 2020.

O Termo de Referência, contendo as especificações técnicas e o modelo de proposta, poderá ser obtido através da página específica da SEDSODH, janela "SOCIAL" no site: <http://www.rj.gov.br/Secretarias.aspx>, ou requerido através do endereço [compras.sedsodh@gmail.com](mailto:compras.sedsodh@gmail.com) ou pelo telefone (21) 2334-9541. Processo nº E-31/003/001251/2019.

Id: 2254466

Gabinete de Segurança Institucional do Governo

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SUBSECRETARIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**\*INSTRUMENTO:** Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017. **PARTES:** SUBSECRETARIA MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL e a EMPRESA LÍDER TAXI AÉREO S/A - AIR BRASIL. **DATA DE ASSINATURA:** 28/05/2020. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento prorrogação de prazo com renúncia de reajuste ao contrato, prestação de Serviços de Manutenção de Aeronaves. **VALOR ESTIMADO:** R\$ 662.396,00 (seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** Com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a partir de 01 de junho de 2020. **ORDENADOR DE DESPESAS:** MARCOS DAFLON CORREA - ID. Funcional nº 3222064-2. **PROCESSO Nº E-13/002/41/2017.** \*Omitido no D.O. de 29/05/2020.

Id: 2253614

Serviço de Atendimento ao Cliente da  
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone:

tos nºs 10.024/2019, 31.863/2002, 31.864/2002, Lei Estadual 287/1979 e 7.258/2016, Lei Complementar 123/2006, e Decretos nºs 3.149/1980, 41.203/08 e 42.063/2009, 42.091/2009, 42.301/2010, 46.188/2017 e Resolução SEPLAG nº 429/2011 e alterações. PRO-CESSO Nº E-10/004/492/2019. \*Omitido no D.O. de 17/04/2020.

Id: 2254339

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo INEA nº 11/2020. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2019. **PARTES:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Brilliant Machine Tecnologia da Informação Ltda. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência e a alteração quantitativa do objeto do Contrato nº 06/2019, relativo à prestação de serviços contínuos de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, com fundamento no art. 57, inciso II e no art. 65, inciso II e §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, assim como no Decreto Estadual nº 46.993, de 25 de março de 2020, e Decreto Estadual nº 47.005, de 27 de março de 2020, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público. **VALOR:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 1.415.779,20 (um milhão, quatrocentos e quinze mil setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos). **PRAZO:** Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar do dia 03/06/2020 dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses. **DATA DA ASSINATURA:** 02/06/2020. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/93. **PROCESSO Nº SEI-07/002.140/2018.**

Id: 2254399

12	30/2017	"Dinfula Kasembe - A Cozinha Sagrada"	Instituição Filantrópica Abassá Lumjjaré Junçara	E-18/001/1626/2015	22/06/2020	26/11/2021
13	23/2017	Projeto Onikoja	Humpame Kuban Bewa Lemin	E-18/001/1597/2015	22/06/2020	07/11/2021
14	45/2017	Projeto LATEX	Laboratório de Artes e Teatro Experimental	E-18/001/172/2016	22/06/2020	07/11/2021

2. Vigência das Instituições que receberam a 1º Parcela em 2019:

Nº	Nº TCC	Nome do Projeto	Nome da Instituição	Processo	Data do Repasse da 1ª Parcela	Prorrogação
01	33/2017	Ação Cultural Búzios	Associação Bem-Querer	E-18/001/1647/2015	06/06/2019	06/06/2021

3. Instituições com atraso no repasse da 1º Parcela e que ainda não receberam, fica prorrogada de forma preliminar por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos a serem contados do término de sua vigência atual. Respeitando-se assim, o prazo designado para vigência mínima que é de 12 (doze) meses - art. 21 da Instrução Normativa nº 08, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

Nº	Nº TCC	Nome do Projeto	Nome da Instituição	Processo	Vigência atual	Dias Atraso de
01	22/2017	Leitura Viva	Associação Amigos da Casa de Leitura-Casimiro de Abreu	E-18/001/1627/2015	22/06/2020	22/06/2021
02	40/2017	Ponto de Cultura Rural	Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro	E-18/001/1641/2015	13/07/2020	13/07/2021
03	24/2017	Projeto Musical Maestro Carolino Ribeiro de Moura	Sociedade Musical 31 de Dezembro	E-18/001/1638/2015	13/07/2020	13/07/2021
04	26/2017	Cultura na Comunidade	Associação Sinhá Bahia de Capoeira	E-18/001/1600/2015	17/07/2020	17/07/2021
05	29/2017	Patrimônio Imaterial de Paraty	Instituto Trilha da Arte e Educação	E-18/001/1646/2015	24/08/2020	24/08/2021
06	09/2017	Ponto Cultura Urbana Curupaiti	Grupo Central Cultural Urbana	E-18/001/1623/2015	01/11/2020	01/11/2021
07	46/2017	Um Toque Clássico	Instituição Orquestrando a Vida ORAVI	E-18/001/729/2017	16/08/2020	16/08/2021
08	35/2017	Espaço Multicultural Gene Insanno - Araruama	Gene Insanno Companhia de Teatro	E-18/001/1634/2015	21/07/2020	21/07/2021
09	36/2017	Arte e Cultura para Todos	Cia. Faces de Teatro de Paracambi	E-18/001/1618/2015	13/07/2020	13/07/2021

**VALOR TOTAL DO CONTRATO:** Os repasses serão feitos por instrumento próprio já firmado. **FUNDAMENTO:** art. 83, § 2º e no art. 3º, inciso V, da Lei nº 13.019/2014 em o art. 65, § 1º, da IN/MinC nº 8/2016. **DATA DE ASSINATURA:** 15/05/2020. **PROCESSO Nº SEI-180007/000493/2020**

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
SUBSECRETARIA MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**\*INSTRUMENTO:** Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017. **PARTES:** SUBSECRETARIA MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL e a EMPRESA LÍDER TAXI AÉREO S/A - AIR BRASIL. **DATA DE ASSINATURA:** 28/05/2020. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento prorrogação de prazo com renúncia de reajuste ao contrato, prestação de Serviços de Manutenção de Aeronaves. **VALOR ESTIMADO:** R\$2.649.584,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** Com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a partir de 01 de junho de 2020. **ORDENADOR DE DESPESAS:** MARCOS DAFLON CORREA - ID. Funcional nº 3222064-2. **PROCESSO Nº E-13/002/41/2017.** \*Omitido no D.O. de 29/05/2020.

Id: 2253615